

Anais do FÓRUM NACIONAL (SESSÃO ESPECIAL – agosto 2018)



T E M A S

**Previdência pública e infraestrutura:
a saída para o Brasil**

.....
**A recuperação da economia
e o novo governo**

Raul Velloso
(Coordenador)





Anais do FÓRUM NACIONAL
(SESSÃO ESPECIAL – agosto 2018)



FÓRUM NACIONAL – Sessão Especial

23 e 24 de agosto de 2018

PATROCINADORES

Grandes Beneméritos

Grandes Beneméritos – Especiais



Apoio Institucional:



Anais do FÓRUM NACIONAL

(SESSÃO ESPECIAL – agosto 2018)

T E M A S

Previdência pública e infraestrutura: a saída para o Brasil

A recuperação da economia e o novo governo

Raul Velloso
(coordenador)

Raul Velloso | Dyogo de Oliveira | Luiz Fernando Pezão
Fernando Pimentel | Wellington Dias | Weder de Oliveira | César Borges
Bernardo Figueiredo | Maílson da Nóbrega | Fernando Veloso
Paulo Rabello de Castro | Christian Lohbauer | Leonardo Rolim Guimarães
Luiz Claudio Gomes | Marcelo Trindade | Guilherme Mercês | Gustavo Barbosa

1ª. Edição



Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE
Rio de Janeiro, agosto de 2018



Autores

BERNARDO FIGUEIREDO

Economista e consultor.

CÉSAR BORGES

Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR.

CHRISTIAN LOHBAUER

Candidato à vice-presidência da República.

DYOGO DE OLIVEIRA

Presidente do BNDES.

FERNANDO PIMENTEL

Governador do Estado de Minas Gerais.

FERNANDO VELOSO

Pesquisador do Centro de Economia Aplicada – IBRE/FGV.

GUILHERME MERCÊS

Representante do candidato Romário ao governo do Estado do Rio de Janeiro.

GUSTAVO BARBOSA

Ex-secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

LEONARDO ROLIM GUIMARÃES

Consultor concursado da Câmara Federal.

LUIZ CLAUDIO GOMES

Secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

LUIZ FERNANDO PEZÃO

Governador do Estado do Rio de Janeiro.

MARCELO TRINDADE

Candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

PAULO RABELLO DE CASTRO

Economista e candidato à vice-presidência da República.

RAUL VELLOSO

Consultor de Empresas, nas várias dimensões da Área Econômica (principalmente Macroeconomia e Infraestrutura). É PhD em economia pela Universidade de Yale (EUA) e Presidente do Fórum Nacional/INAE.

WEDER DE OLIVEIRA

Ministro do Tribunal de Contas da União.

WELLINGTON DIAS

Governador do Estado do Piauí.

© Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE

Reservam-se os direitos desta edição ao
Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE
Os artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Projeto gráfico e produção editorial: www.ideiad.com.br

Anais do Fórum Nacional (Sessão Especial – agosto 2018) / Coordenação:
Raul Velloso. (et al.). Rio de Janeiro: XXX Fórum Nacional, agosto de 2018.
Inclui bibliografia.

p. 152

ISBN: 978-85-67859-24-8

1. Brasil-Política econômica. 2. Desenvolvimento econômico-Brasil.
3. Desenvolvimento social-Brasil. 4. Inovação.

CDD: 338.981

CDU: 338

2018

INSTITUTO NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS – INAE / FÓRUM NACIONAL
Av. Rio Branco, 156 – sala 1034 – Centro
20040-901 – Rio de Janeiro, RJ/Brasil
Tel.: (21) 2212-5200

www.forumnacional.org.br
inae@inae.org.br

www.facebook.com/forumnacionalinae
www.youtube.com/forumnacionalinae
www.instagram.com/forumnacionalinae

Sumário

INTRODUÇÃO	11
<i>Raul Velloso</i>	
TEXTOS CONCERNENTES À REVISTA DO FÓRUM NACIONAL, n.13, ano 7, agosto de 2018	17
DEPOIMENTOS	
PAINEL 1	
<i>Raul Velloso</i>	53
<i>Dyogo de Oliveira</i>	56
<i>Luiz Fernando Pezão</i>	61
<i>Fernando Pimentel</i>	66
<i>Wellington Dias</i>	69
<i>Weder de Oliveira</i>	74
<i>César Borges</i>	80
<i>Bernardo Figueiredo</i>	85
PAINEL 2	
<i>Raul Velloso</i>	87
<i>Fernando Veloso</i>	92
<i>Fernando Veloso – Desafios Fiscais do Novo Presidente</i>	97
<i>Mailson da Nóbrega</i>	108
<i>Christian Lohbauer</i>	114
<i>Paulo Rabello de Castro</i>	118
PAINEL 3	
<i>Raul Velloso</i>	123
<i>Leonardo Rolim Guimarães</i>	127
<i>Luiz Claudio Gomes</i>	131
<i>Marcelo Trindade</i>	137
<i>Guilherme Mercês</i>	140
<i>Gustavo Barbosa</i>	144
APÊNDICE	
PROGRAMA DO FÓRUM NACIONAL (SESSÃO ESPECIAL) – AGOSTO DE 2018	149

Introdução





Em seus três níveis de governo, o nosso País enfrenta um duplo desafio: equacionar as contas da previdência e recuperar os investimentos em infraestrutura. Mesmo que não pareça óbvio, esses problemas estão interligados.

A maior fonte de desequilíbrio fiscal é a previdência. O déficit de todos os regimes de previdência (geral, próprios da União, estados e municípios) em 2017 atingiu nada menos que R\$ 403 bilhões, o equivalente a 6,15% do PIB. Se nada for feito, e com o envelhecimento da população, a tendência é de deterioração ainda mais profunda desse quadro.

Quanto mais se gasta com previdência, menos recursos públicos tornam-se disponíveis para outras despesas, em especial, para o investimento. Apesar dos programas de privatização ocorridos nas últimas décadas, a infraestrutura ainda depende muito dos gastos públicos, de forma que, na maioria dos anos, o governo é responsável por mais de 50% do investimento na área. Com o agravamento da situação fiscal desde 2015, retroalimentado pela crise econômica que vivemos, o investimento público desabou, passando de 2,42% do PIB em 2014 para 1,17% do PIB em 2017. Para o Brasil, onde há muito sua infraestrutura é incompatível com seu grau de desenvolvimento, a queda dos investimentos no setor traz consequências graves para a taxa de crescimento potencial do PIB.

O objetivo desta edição do Fórum Nacional é discutir a viabilidade de sanar os dois problemas. Em relação à reforma da previdência, tenho me diferenciado da maioria das propostas que vêm sendo apresentadas em dois aspectos fundamentais.

Em primeiro lugar, o foco deve estar na reforma dos regimes próprios. Ainda que o déficit do regime geral possa ser visto como de maior magnitude (o que nem é efetivamente verdadeiro), a solução do desequilíbrio dos regimes próprios é mais urgente, em especial, para os estados. Além disso, a discrepância no valor dos benefícios, muito mais favoráveis nos regimes próprios, torna a reforma desses regimes mais necessária por uma questão de justiça social.



Em segundo lugar, em vez de se concentrar nos fluxos, o enfoque deve ser nos estoques. O objetivo é constituir fundos, apartados do orçamento geral, capazes de zerar o passivo atuarial dos entes da Federação. A vantagem desse enfoque é permitir uma folga fiscal já no curto prazo. Esses recursos liberados podem então ser, de imediato, direcionados para investimentos. Quando a reforma afeta apenas os fluxos, e diante da obrigatoriedade de respeitar direitos adquiridos e oferecer regras de transição minimamente aceitáveis, os benefícios fiscais são auferidos somente no longo prazo.

O *funding* do aumento dos gastos públicos em infraestrutura viria, justamente, da folga fiscal permitida pela reorganização/reforma da previdência. Solucionaria, dessa forma, o principal entrave para o investimento público em infraestrutura no País, qual seja, a falta de recursos.

Este documento resume inicialmente os debates realizados nos três painéis do Fórum Nacional de Agosto de 2018, no que se configurou na revista que tradicionalmente antecede a publicação destes anais. Na sequência, publica-se a íntegra dos depoimentos dos participantes, incluindo um texto sobre a conjuntura macroeconômica assinado por Fernando Veloso. Cabe registrar, finalmente, que as degravações relativas a cada painel são precedidas por um texto introdutório que corresponde à fala inicial do signatário deste documento

Rio de Janeiro, Agosto de 2018.

Raul Wagner dos Reis Velloso
Presidente do Fórum Nacional

30
anos
FÓRUM NACIONAL

ASSOCIADADES

PTENABRASIL
BRASILIA
CCF
CNA
CNA
taoSA
FINEP
CALZA
GOVERNO FEDERAL

FÓRUM NACIONAL (Sessão Especial)
23 e 24 de agosto de 2018

TEMA
Previdência pública e infraestrutura: a saída para o Brasil
A recuperação da economia e o novo governo

FÓRUM NACIONAL





TEXTOS CONCERNENTES À

Revista do Fórum Nacional

n.13 | ano 7 | agosto de 2018

FÓRUM NACIONAL (Sessão Especial)
23 e 24 de agosto de 2010

M A S
Administração pública
Estrutura: a
para o Brasil
Operação da
Economia e o
governo



FÓRUM NACIONAL



FÓRUM ESPECIAL RETRATA UM BRASIL EM SUSPENSE

Aberta a exatos 45 dias da primeira das duas datas mais importantes do ano no calendário brasileiro, o dia 7 de outubro, quando acontecerão as eleições gerais parlamentares, nos níveis estadual e federal, e o primeiro turno da disputa para a escolha de governadores e do presidente da República (a segunda data é 28 de outubro, dia do segundo turno das eleições para governadores e presidente), a Sessão Especial do Fórum Nacional de 2018, ano em que o evento completou 30 anos de debates e propostas para o crescimento econômico e social brasileiro, refletiu um país à espera das decisões incontornáveis que precisarão ser tomadas depois dos embates nas urnas.

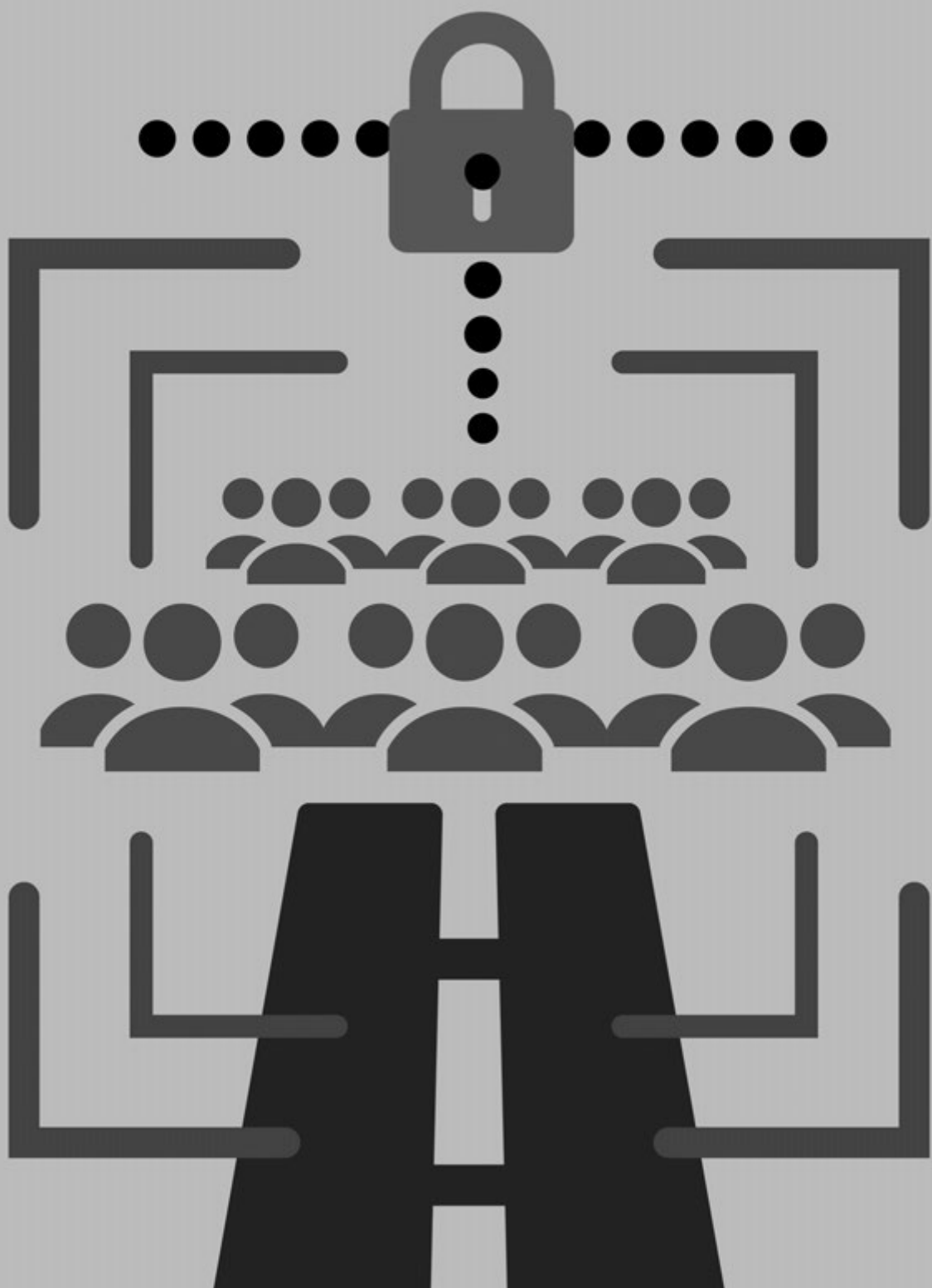
Nunca o Brasil precisou tanto dos bons presságios trazidos pelo nome do edifício, Ventura, centro do Rio de Janeiro, onde está localizado o auditório que vem abrigando o Fórum nos últimos anos. De fora, chegavam os maus ventos da dura realidade que o Brasil precisará vencer tão logo se definam as disputas eleitorais, antes mesmo que os novos governantes venham a tomar posse no dia 1º de janeiro do próximo ano.

Dura realidade social, expressa no contraste entre a miséria espalhada pelas calçadas da larga avenida à frente e a riqueza irradiada dos seus prédios envidraçados. E dura realidade político-econômica, captada pelas telas dos computadores e *smartphones* lá dentro, e cujo melhor retrato era a escalada da desvalorização cambial. A cotação do dólar fechara a véspera em R\$ 4,05, com alta de 0,46%, e dava os primeiros passos rumo ao fechamento em R\$ 4,12 naquele dia (alta de 1,65%), o maior valor desde 23 e setembro de 2015.

Centrado em dois eixos, “Previdência pública e infraestrutura: a saída para o Brasil” e “A recuperação da economia e o novo governo”, o segundo evento do ano do Fórum Nacional, transmitida ao vivo pelo canal do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae) no Youtube, chamou a atenção dos candidatos a futuros governantes e legisladores para problemas recorrentes e soluções evidentes,

mas que seguem esquecidos nas prateleiras da falta de vontade política e que a recessão econômica que assolou o país a partir do final de 2014 escancarou mais ainda.

Como disse o presidente do Fórum Nacional, economista Raul Velloso, na sessão de abertura, “a crise da Previdência estava encoberta e emergiu com a recessão”. Economistas, empresários, executivos, governantes, candidatos e seus representantes debateram a situação nacional e de alguns estados particularmente afetados, inclusive o Rio de Janeiro, nos dois primeiros painéis. Como bônus, o terceiro e último painel do evento aprofundou a situação particular do Rio de Janeiro, estado cuja capital é, reconhecidamente, o maior cartão de visitas do país.



PAINEL 1

PREVIDÊNCIA PÚBLICA E INFRAESTRUTURA: A SAÍDA PARA O BRASIL

“QUAL O PAÍS QUE QUEREMOS”, PERGUNTA PRESIDENTE DO BNDES

O presidente do BNDES, Dyogo de Oliveira, anfitrião do Fórum, abriu o evento na manhã da quinta-feira ressaltando que no século XX o Brasil tornou-se uma potência industrial, viveu ganhos de produtividade, ao mesmo tempo em que, especialmente entre o início da década de 1980 e meados da de 1990, passou por grandes perturbações econômicas, destacando as crises de hiperinflação e de superendividamento externo.

“O Brasil saiu dessa era”, afirmou Oliveira que, antes de optar pelo comando do principal banco de fomento do país, foi ministro do Planejamento do atual governo, com o discurso de resgatar o planejamento estratégico há muito abandonado no país. O ex-ministro ressaltou que vivemos atualmente “a era dos juros baixos” e previu que o Brasil viverá “um longo período de sua história” nessa condição monetária favorável aos investimentos, apostando no ajuste macroeconômico (a taxa Selic, que baliza os juros básicos da economia, está atualmente em 6,5%, o mais baixo patamar da história).

De acordo com a avaliação do presidente do BNDES, o sistema econômico brasileiro “está quebrando a inércia inflacionária” que sempre o atormentou. A inflação de 2017 medida pelo IPCA ficou em 2,95%, a menor taxa desde 1998, abaixo do piso da meta do Banco Central (BC) que era de 3%. Oliveira destacou que ao longo deste ano o IPCA tem sido submetido a estresses de forte potencial inflacionário sem sair de controle.

Como consequência da greve dos caminhoneiros ocorrida nos últimos dez dias de maio, a inflação mensal saltou para 1,26% em junho (contra 0,40

no mês anterior), mas não houve disparada, caindo para 0,33% em julho, cessadas as repercussões da greve sobre os preços. O presidente do BNDES ressaltou ainda que o dólar está em um ciclo de valorização (entre 2 de janeiro e 23 de fevereiro deste ano, a moeda norte-americana valorizou-se 26,4% diante do real) e até agora a repercussão sobre o IPCA tem sido muito pequena.

De acordo com a avaliação de Oliveira, o quadro sinaliza um sentido de estabilização e retorno ao crescimento do PIB brasileiro a uma faixa entre 2,5% e 3% ao ano. E acrescentou: “A grande inquietação que será discutida aqui neste Fórum é responder à pergunta: Onde vamos chegar com isso?”. O presidente do BNDES pontuou que esse nível de crescimento é o mesmo dos países desenvolvidos, o que significa que o Brasil não estará reduzindo o hiato de qualidade de vida que o separa dessas nações.

As oportunidades para retomar o crescimento em bases mais robustas e desejáveis, segundo ele, estão à mesa. De acordo com o ex-ministro, ultrapassada a questão da reforma da Previdência, que ele espera ocorrer já nos primeiros meses do mandato do novo presidente da República, os outros problemas do país precisarão ser atacados – tais como a questão tributária e a insegurança jurídica, além da melhoria da qualidade dos serviços públicos.

Oliveira também destacou o setor de saneamento como prioritário na agenda nacional. Ele disse que, atualmente, os investimentos no setor mal chegam a 0,2% do PIB. Na área de transportes, o executivo citou necessidade de reforço nos investimentos em aeroportos e renovação das ferrovias, em que pese os riscos da “aposta” nesses setores. “São gargalos ainda não resolvidos para uma nação que aspira ao crescimento”, afirmou.

Com base nas avaliações e observações que fez, Oliveira sugeriu dois pontos que, no seu entendimento, seriam prioritários nos debates do Fórum: “Que país queremos e como chegar lá” foi a primeira indagação. “Independentemente de questões ideológicas, precisamos criar condições básicas que nos permitam crescer dentro do nosso potencial”, explicou, ressaltando que, talvez, isso não seja suficiente para, no curto prazo, nos colocar na ponta em relação a outras nações do planeta, como a China.

O segundo ponto que o ex-ministro considerou essencial para ser debatido foi como melhorar o marco legal e o sistema econômico geral do país “Nesse caso, o foco deve ser na eficiência sistêmica”, disse Oliveira, acrescentando que o BNDES já vem concentrando esforços nesse sentido. “O banco tem hoje 50% dos desembolsos focado nas pequenas e médias empresas, e 40% na infraestrutura”, afirmou, resumindo o novo direcionamento do banco estatal voltado para estimular o desenvolvimento:

apostar em projetos com maior impacto em aumento da produtividade e em empresas inovadoras de pequeno e médio porte, com potencial de crescimento.

O CAOS DA EQUAÇÃO RECESSÃO + PREVIDÊNCIA

Ao abrir a participação de governadores de estados no Fórum, o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, lamentou os efeitos da, que ele considera haver, desconexão de propósitos entre os poderes da República: “O que me angustia mais é que os membros do Executivo ainda não conseguiram sensibilizar os demais poderes para a questão da dívida e da Previdência Pública”, lamentou Pezão, poucas horas após a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) derrubar seu veto ao artigo da Lei Orçamentária estadual que permite o aumento da folha salarial fluminense.

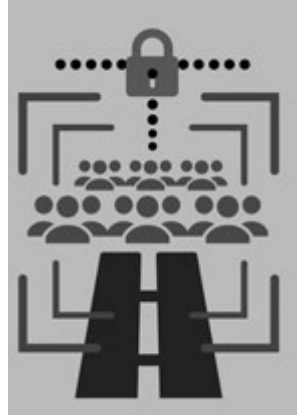
Com a derrubada do veto, o Rio de Janeiro pode vir a descumprir uma das cláusulas pétreas do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) assinado com a União que é a concessão de aumentos salariais (a Alerj pretende conceder reajuste de 5% a seus servidores).

Pelo RRF, os estados em dificuldades financeiras que a ele aderirem (até o momento só o Rio e Janeiro aderiu) deixam de pagar as parcelas das suas dívidas com a União por três anos, prorrogáveis por mais três, podendo também receber aval do Tesouro Nacional para fazer operações de crédito, mediante o cumprimento de determinados compromissos. O alívio permitiu ao estado colocar em dia os salários dos seus servidores.

“Diante de um quadro como o nosso, o Parlamento vem e concede reajuste, quando eu mal tenho como pagar aos 400 mil funcionários do estado”, lamentou Pezão em tom de despedida. Seu mandato termina no dia 31 de dezembro deste ano e o governador aproveitou o discurso para anunciar que pretende deixar a vida pública a partir de 2019.

O rombo nas contas do estado do Rio de Janeiro apresentado por Pezão foi ao encontro dos números apresentados à guisa de introdução ao debate com os governadores do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Piauí pelo economista e presidente do Fórum Nacional Raul Velloso, no trabalho “Previdência Pública e derrocada dos investimentos: duas faces da mesma moeda”.

Segundo os dados apresentados por Velloso, enquanto os gastos dos estados com o Regime de Previdência Pública dos Servidores cresceram a uma média de



6,2% ao ano de 2006 a 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu a uma média de 1,9% ao ano no mesmo período. Para o economista, as crescentes despesas previdenciárias têm sido a principal razão para a queda vertiginosa dos investimentos públicos brasileiros nas últimas décadas. Após alcançarem 10,6% do PIB em 1977, esses investimentos vêm em curva declinante ao longo dos anos, com alguns soluços, chegando a 1,9% no ano passado.

“A soma do déficit previdenciário da União e estados chegou a R\$ 172 bilhões no ano passado”, apontou Velloso, para quem a discussão dos caminhos a serem enfrentados tem que levar em conta que os estados não emitem dinheiro e os governadores estão em uma situação de terem que resolver com as “próprias pernas” os problemas. “Dá para zerar o passivo atuarial dos estados? Essa é a pergunta relevante”, apontou Velloso.

Baseado nos dados levantados pelo economista, Pezão enfatizou que a Constituição de 1988 garantiu direitos, mas gerou uma conta que precisa ser paga de alguma forma. “O Rio tem o agravante da perda da capital federal [para Brasília, em 1961] e em seguida ter sido feita a fusão [Rio de Janeiro-Guanabara, em 1975], que abriu para todos os funcionários os direitos da capital que era um estado [a cidade do Rio de Janeiro era o estado da Guanabara]. Esse peso imenso nunca foi discutido”, reclamou.

“Se a gente não fizer esse enfrentamento [do problema previdenciário] não terá jeito. Os estados estão todos com o mesmo problema”, disse Pezão. “Nós, no Rio de Janeiro, chegamos a ter 72% da receita comprometida com a folha de pessoal. Já conseguimos reduzir isso a 57% da receita. Isso não é trivial” disse o governador.

“Enfrentar uma recessão com crescimento de negativo de quase 8% [do final de 2014 a 2016] não tem fórmula em qualquer manual que ensine como pode ser feito. Com o atual regime [de Previdência] perdemos a cada ano cerca de dois mil policiais [que se aposentam]. Se nada for feito, a cada ano a folha de pagamentos crescerá R\$ 1,5 bilhão, ainda que não seja dado qualquer tipo de reajuste aos servidores”, finalizou.

PIMENTEL PEDE NOVO MODELO DE PREVIDÊNCIA PARA SALVAR O PAÍS

A comparação do Brasil com uma grande embarcação em mar aberto foi o mote da palestra do governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, na Sessão Especial do Fórum Nacional. O dirigente narrou um encontro recente que teve com estudantes

do ensino médio do seu estado, no qual tentou explicar de forma simples a crise que o país atravessa:

“O Brasil é como se fosse um barco, grande e antigo, que ao longo da história sofreu muitos furos. Quando se está em mar tranquilo, os furos não incomodam porque estão acima da linha d’água. Mas quando chega a tempestade, os furos podem levar o navio a pique”, disse Pimentel, repetindo o diálogo com os estudantes, para conduzir seu discurso ao ponto que considera crucial: “O furo por onde agora entra uma enxurrada é a questão previdenciária”. Minas Gerais, juntamente com o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, compõe a trinca dos estados brasileiros mais atingidos pela crise fiscal que tem nos gastos previdenciários seu ponto central.

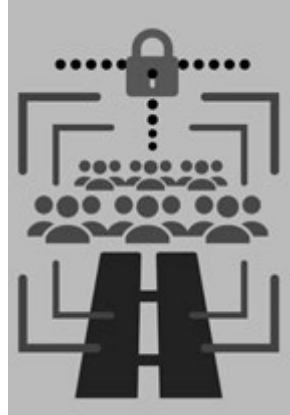
De acordo com o governador, no caso mineiro, o número médio de aposentadorias anuais cresceu de forma vertiginosa na última década, estabilizando-se em uma incrível média de incorporação de 15 mil novos benefícios por ano. “Esse furo no casco é o mais premente, o que está fazendo adernar nosso barco”, relatou. Pimentel expôs uma conta básica para dimensionar melhor sua afirmação.

Segundo ele, o orçamento fiscal de Minas Gerais gera superávit de R\$ 8 bilhões por ano sem os números da Previdência. “Mas quando se observa a rubrica previdenciária, constatamos que nela pagamos R\$ 22 bilhões, diante de uma arrecadação específica de R\$ 6 bilhões”, disse. Ou seja, a Previdência do estado tem sozinha um déficit de R\$ 16 bilhões. Feita a incorporação dos seus números ao balanço geral, o superávit mineiro inverte-se para um déficit do mesmo valor de R\$ 8 bilhões do superávit inicial, o rombo por onde entra livremente a correnteza da insolvência iminente.

O déficit estadual, então, é integralmente causado pela Previdência e, na avaliação do governador, não há como fechar esse buraco, pois os funcionários públicos são estáveis e têm direitos justos que não podem ser retirados. E a cada ano, os números negativos só fazem aumentar.

“A discussão, portanto, tem que se centrar em um novo modelo de Previdência, e não apenas no aumento de alíquotas”, afirmou Pimentel. Temos primeiro que falar claramente ao cidadão-contribuinte: “Seu imposto está sendo usado para pagar aposentados e não para financiar a infraestrutura”.

Diante desse cenário, Pimentel acredita que a criação de um fundo, ou mais de um, devidamente capitalizados, pode servir melhor do que “remendos” no casco. “Junto do professor Raul Velloso, estamos trabalhando numa solução para esse



problema”, adiantou. O governador citou como exemplo o fundo de aposentadoria dos professores da Província de Ontário, no Canadá, criado há mais de 50 anos. “Bem gerido, hoje esse fundo é um dos maiores acionistas da Cemig”, finalizou.

SEM CÁLCULO ATUARIAL NÃO HÁ PREVIDÊNCIA

A aplicação imediata do cálculo atuarial, que estabeleça contabilmente a cota a que cada contribuinte tem direito de acordo com seu histórico de contribuições, e o fim da paridade de salários entre ativos e inativos. Essa é a única receita viável para que os estados brasileiros possam enfrentar o rombo nas contas da Previdência que canibaliza a capacidade de investimento de todos eles, de acordo com a avaliação do governador do Piauí, Wellington Dias.

Ao participar da Sessão Especial do Fórum Nacional, Dias fez um balanço positivo da política que busca um equilíbrio entre austeridade fiscal, incluindo as contas da Previdência, e esforço de crescimento, com reflexo positivo na arrecadação fiscal, posta em prática por sua gestão. De acordo com o governador, graças a essa política foi possível trazer para parâmetros administráveis a gestão dos benefícios e salários pagos pelo estado.

Com os gráficos de sua apresentação, o líder regional nordestino, que está no seu terceiro mandato à frente do governo piauiense – 2003 a 2010 e desde 2014 novamente –, mostrou aos participantes do evento números para dar sustentação ao seu discurso. Segundo esses dados, graças aos esforços feitos a relação entre a dívida e o PIB estadual caiu de 38,87% em 2002, ano anterior à primeira posse de Dias, para 6,89% em 2017.

A receita tributária própria, que até 2009 era claramente inferior ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) na composição do orçamento estadual, começou a tomar a dianteira a partir de 2010 e, gradativamente, foi abrindo uma pequena “boca de jacaré” no gráfico comparativo entre as duas rubricas, com projeção de aumento dessa boca até 2020. Em 2017, comparativamente a 2002, o PIB do Piauí, ainda um dos estados mais pobres do país, cresceu 86%, contra 51% do PIB brasileiro e 59% do PIB de toda a região Nordeste.

Especificamente em relação à Previdência, o estado aumentou as alíquotas de contribuição do empregado e do lado patronal (hoje elas estão, respectivamente, em, 14% e 28%), aderiu ao PrevNordeste, uma previdência complementar para novos funcionários com salários mais altos e que funciona como o INSS (em fase de implantação), aumentou o controle dos benefícios, criou um lastro para cobertura de déficit

atuarial e estabeleceu novas regras com limites para dependentes e pensões. Ainda assim, o déficit entre as contribuições totais e os benefícios pagos saltou de R\$ 373,5 milhões em 2010 para R\$ 918,7 milhões no ano passado.

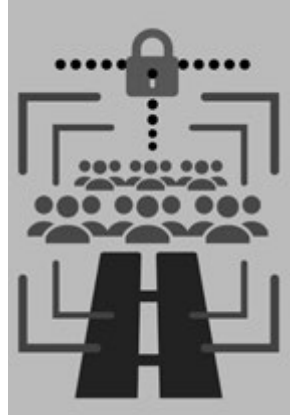
Dias apresentou-se como o “Pezão” do Nordeste, comparando-se ao governador do Rio de Janeiro em razão das manifestações de protesto e críticas que recebeu até do seu próprio partido no início da administração, em decorrência das medidas impopulares que foi forçado a adotar para fazer frente aos problemas enfrentados.

Mas ressaltou que essas medidas eram e são inevitáveis, até para assegurar, no caso da Previdência, que os benefícios poderão continuar a ser pagos. “Falar em Previdência sem cálculo atuarial é impossível. Quer garantir pensão para a filha? Ótimo, aplica-se o cálculo atuarial e paga-se o necessário para assegurar a pensão. Qualquer outra fórmula é balela”, exemplificou. Dias afirmou acreditar que só uma intensa campanha de esclarecimento sobre o que é e como se faz para pagar a Previdência poderá trazer a população para apoiar as medidas que viabilizem as mudanças necessárias.

“Seis meses de propaganda intensa sobre o que é e como se faz Previdência. Depois, sim, saber da população o que ela quer, que se pague Previdência ou se invista em saúde, educação etc”, sugeriu Dias. Ele relacionou ainda uma outra série de medidas mais amplas tomadas por sua gestão que ajudaram a aumentar a receita do Piauí, entre elas a criação de fundo imobiliário, com recursos voltados para o custeio previdenciário. “Quando eu assumi o Piauí, a dívida pública do estado estava próxima a 40% do PIB e hoje está abaixo de 7%”, finalizou capitalizando os dados apresentados acima.

MINISTRO DO TCU PREVÊ REVOLUÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O ministro Weder Oliveira, do Tribunal de Contas da União (TCU), palestrante seguinte ao governador do Piauí, fez a transição entre a questão das contas estaduais e a problemática das regras fiscais que travam os investimentos, especialmente em obras de infraestrutura. Ele mostrou a evolução dessas regras ao longo das décadas, dividida em três fases: a leniência fiscal da década de 1980 (quando imperavam as obras inacabadas e o desperdício bilionário, citados em várias reportagens de jornal apresentadas ao público no telão), uma segunda fase que ele classificou como de



“equilíbrio fiscal intertemporal” e a fase atual, que Oliveira definiu como de “rigidez fiscal constitucionalizada”. A partir dessa enumeração, o ministro do TCU lançou a pergunta: “O que virá a seguir? Voltaremos à leniência do passado ou caminharemos rumo ao equilíbrio fiscal consistente?».

A primeira constatação de Oliveira foi que a questão das obras inacabadas não acabou, ou seja, as três fases se interpenetram. “Quanto a isso, pouca coisa mudou, 25 anos após os primeiros estudos do TCU”, lamentou, acrescentando que há propostas recentes de aperfeiçoamento feitas até pelo próprio setor privado, como a exigência de estudo de viabilidade técnica prévio da obra e uma previsão mais detalhada de todos os gastos, o que poderia evitar desperdício.

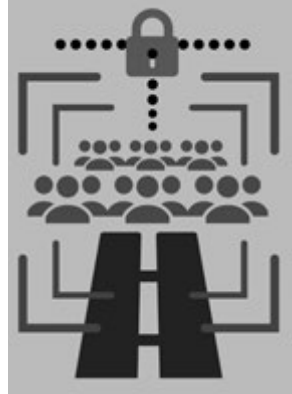
“É bom lembrar que a Lei de Responsabilidade Fiscal ainda existe e precisa ser cumprida em sua totalidade”, alertou. Segundo Oliveira, nem todas as normas da LRF foram levadas a sério pelos governantes. O ministro alertou que, talvez, alguns dos problemas atualmente enfrentados pelo Brasil não estariam acontecendo caso houvesse o cumprimento das regras do arcabouço criado em 1999 justamente com o objetivo de disciplinar a gestão dos recursos públicos.

Oliveira ressalta que para além do controle do enorme problema do déficit fiscal, o desafio para os futuros administradores que serão eleitos em outubro será de inovar no modelo de gestão. “Vem aí uma revolução na administração”, acenou. Essa revolução teria como mote a exigência de redução do tamanho do estado, para caber dentro dos limites orçamentários, tendo como pano de fundo a manutenção de direitos sociais adquiridos. “Aí se encaixa toda a discussão previdenciária, por exemplo”, explicou.

Para o ministro, o atual arcabouço de regras fiscais exige dos governos o que chamou de “verdade orçamentária”. Segundo ele, não há mais espaço para a superestimação de receitas. A revolução também passa, justamente, pela redistribuição dessas receitas. “Para alguém ganhar, alguém irá perder, ou seja, a despesa pública deverá ser dividida pelos diferentes setores do governo, o que exigirá cada vez mais a eficiência na administração”, concluiu.

PAÍS CAMINHA PARA O COLAPSO DA INFRAESTRUTURA

Sob impacto da realidade exposta pela explanação do ministro Weber, o ex-governador da Bahia César Borges, atual presidente da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias (ABCR), previu um colapso total na infraestrutura do país, caso permaneçam os impasses e entraves políticos e burocráticos que prati-



camente inviabilizam a retomada dos investimentos em grandes obras por parte não apenas do setor público, mas também do setor privado.

Segundo Borges, não há hoje no Brasil um ambiente seguro que leve o investidor privado a ser parceiro em projetos fundamentais de rodovias, ferrovias e portos, essenciais para a retomada do crescimento do país. O líder empresarial, também ex-ministro dos Transportes, classificou como “caótica” a insegurança jurídica provocada pela verdadeira queda de braços entre os órgãos reguladores, como o TCU, e cerca de uma dezena de instituições responsáveis por licenças e pareceres necessários para que projetos saiam do papel.

“O setor privado sempre foi alvo de forte reação quando cobra por qualquer serviço. A concessão veio para auxiliar o setor público, que não tem mais como garantir esses investimentos, mas a população não sabe disso e não compreende por que tem que pagar pedágio, por exemplo, quando já paga uma série de impostos que não são revertidos para as estradas”, disse Borges. Para o ex-governador baiano, houve avanço nos investimentos em rodovias, mas muito centrado no Sudeste do país, particularmente em São Paulo.

Em um dos muitos gráficos que rechearam sua apresentação, Borges mostrou que de 60 concessões rodoviárias atualmente ativas no país, totalizando 20,7 mil quilômetros (9,5% da malha pavimentada do país), o estado de São Paulo concedeu 21 trechos, totalizando 7,1 mil quilômetros. Em quantidade de concessões, São Paulo tem mais do que as 19 feitas pelo governo federal, a maioria concentrada também nas regiões Sudeste e Sul, embora a extensão das concessões federais seja um pouco maior (9,2 mil quilômetros).

“O Brasil está ficando para trás em infraestrutura, principalmente no que diz respeito a transporte. O Brasil está em uma posição sofrível, sem que seja possível ver no curto prazo como voltar a investir”, lamentou.

“É preciso que fique claro que as estradas com baixa demanda só terão investimentos do setor público. No entanto, o país destina a cada ano menos recursos para a infraestrutura. Os poderes não se unem para discutir isso. Estamos com investimentos de 1,5% do PIB, quando deveríamos estar em pelo menos 4% do PIB”, alertou Borges.

Outro dado mostrado em gráfico pelo ex-ministro dos Transportes escancara bem o quanto o país está ficando para trás em infraestrutura rodoviária, justamente

a que expressa a opção de modal prioritário feita pelo país lá atrás, na década de 1950, ao mesmo tempo em que a frota de veículos não para de crescer. Segundo esses números, enquanto a densidade da malha rodoviária pavimentada brasileira, expressa em quilômetros por mil quilômetros quadrados de território (Km/1000km²), é de 25, a do Canadá é de 42, a da Austrália, 46, da Rússia, 54, da China, 360 e dos Estados Unidos, 438.

A comparação acima inclui somente países de dimensões continentais como o Brasil. Ao lado, o presidente da ABCR colocou uma pequena tabela que enfatiza ainda mais a dramaticidade a situação. De 2009 a 2017, enquanto a malha viária brasileira cresceu apenas 0,45%, a frota de caminhões aumentou 34,26% e o número de automóveis de passeio avançou incríveis 53,22%.

“Ninguém quer colocar o seu CPF como agente público, para depois ter que responder aos órgãos de controle. Falta planejamento adequado, falta fonte de financiamento, falta regulação. É um calvário a licitação pública”, desabafou Borges. Para ele, é necessário redefinir o planejamento de longo prazo e aprimorar o modelo de concessões, garantindo segurança jurídica para os contratos.

“Precisamos criar confiança nos marcos regulatórios e buscar a parceria em novos parâmetros. Parceria de todos os segmentos, com todos os entes envolvidos no processo, para impedir o colapso da infraestrutura para o qual estamos caminhando”, ponderou.

“NÃO É SÓ TER DINHEIRO, É PRECISO PREPARAR A OBRA”, DIZ FIGUEIREDO

A primeira manhã de debates da Sessão Especial do Fórum Nacional de 2018 foi encerrada pelo economista e consultor Bernardo Figueiredo, idealizador do primeiro plano de concessões da ex-presidente Dilma Rousseff e também ex-presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL). O executivo mineiro, de Sete Lagoas, concentrou suas críticas na qualidade dos projetos de infraestrutura executados no país como um obstáculo tão relevante ao avanço quanto a carência de recursos.

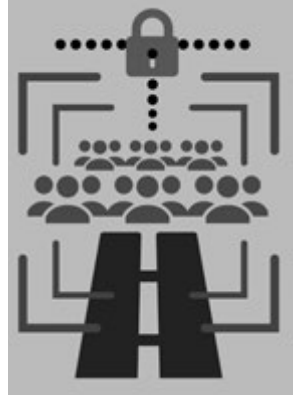
“Não é só ter o dinheiro, é preciso preparar bem a obra”, disparou. De acordo com a avaliação do especialista, consciente de que há muito tempo perdeu a condição de “fazer tudo”, como acontecia no passado, o Estado precisa redefinir seu papel com eficiência para que a recuperação e manutenção da infraestrutura já existente e a urgente ampliação em velocidade compatível com as carências possam ser retomadas, tirando o país da virtual paralisia em que se encontra no que toca a essas

obras. “É necessário repassar as tarefas para a iniciativa privada e centrar os esforços na fiscalização, na cobrança de resultados”, aconselhou.

De acordo com a análise do economista, é preciso usar os ativos disponíveis no patrimônio estatal para gerar recursos. “Não adianta ficar só esperando que haja um espaço fiscal orçamentário e que esse dinheiro venha”. Focando no setor ferroviário, ele exemplificou como um desses ativos os contratos de concessão que estão vencendo.

“Temos que maximizar o valor que isso vai gerar, temos que pegar esses recursos e reverter para a ferrovia: não podemos pegar os recursos de outorga [das concessões ferroviárias que estão para vencer] e colocar no Tesouro”, defendeu, acrescentando que também há muitos ativos imobiliários do setor ferroviário e pertencentes ao patrimônio público [da extinta Rede Ferroviária Federal, por exemplo] em todo o país que podem ser usados de forma inteligente para gerar divisas. “Exemplo disso é o Porto Maravilha, do Rio de Janeiro, que pegou uma área absolutamente degradada, gerou valor e trouxe desenvolvimento”, citou Figueiredo.

Ao final da sua intervenção, o consultor insistiu no alerta de que hoje é fundamental que o país ganhe consciência do quanto é urgente retomar as obras de infraestrutura. Ainda que a necessidade de transferência de grande parte das obras para o setor privado seja uma realidade imposta pelas limitações fiscais, Figueiredo lembrou que essa realidade não exime o setor público de realizar diretamente uma fatia importante dessas obras [aquelas que não têm atratividade para as empresas privadas] que não tem como ser repassada à iniciativa privada. “O governo precisa abrir espaço fiscal para que seja possível, em parceria com a iniciativa privada, alavancar o investimento em infraestrutura, sem nos esquecermos da eficiência”, exortou.





PAINEL 2

A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA E O NOVO GOVERNO

MAÍLSON APONTA EFEITOS MALÉFICOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

O ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, abriu o segundo painel da Sessão Especial do Fórum Nacional, dedicada ao tema “A recuperação da economia e o novo governo”, fazendo severas críticas à Constituição Federal de 1988. Ele ressaltou que, à época, o então presidente Sarney, foi a público para dizer que “o país se tornaria ingovernável” caso o texto constitucional fosse aprovado da forma que estava redigido. “Levou 30 anos, mas a conta chegou”, disparou Nóbrega.

Segundo o ex-ministro, hoje voltado para trabalhos de consultoria, duas grandes corporações principais atuaram especialmente entre os grupos que pressionaram a Assembleia Nacional Constituinte durante o período de elaboração e votação dos artigos da atual Constituição (1987-1988): os servidores públicos, que teriam imposto a criação do Regime Jurídico Único, acabando com os trabalhadores regidos pela CLT no setor público, e o “lobby” de estados e municípios, exigindo o fim do imposto único, em nome da descentralização da receita pública e da devolução de um suposto poder aos governos regionais e locais. “De forma resumida, podemos dizer que essas corporações ganharam todas as batalhas e a União saiu perdedora em tudo”, analisou.

Feita a contextualização histórica que, na sua avaliação, reflete a situação atual, Nóbrega projetou o futuro. “Diante do tamanho dos desafios, as eleições de 2018 serão as mais importantes desde 1989”, disse. Ele centrou este trecho da sua palestra em dois desafios que estarão à mesa para o próximo presidente da República: evitar a insolvência fiscal do Estado e fazer o Brasil voltar a ganhar produtividade.

“Perdemos o bônus demográfico, e isso pesará muito a partir de agora, sobretudo nas tentativas de ganho de produtividade”, comentou. O economista explicou

que para crescer o país precisa basicamente da conjunção de três fatores: força de trabalho, investimento e produtividade. “Nenhuma democracia resiste tanto tempo a uma queda de produtividade do tamanho da que se vê no Brasil”, ponderou.

Na visão de Nóbrega, a Reforma da Previdência é o ponto de partida para evitar a insolvência fiscal. “No caso brasileiro, essa insolvência vai se materializar num processo violento de inflação. O colapso fiscal significará o Brasil entrar em situação de dominância fiscal – e isso seria ainda mais grave do que em 1988”, previu.

Nas décadas de 1980 e 1990 o Brasil viveu uma escalada hiperinflacionária sem precedentes na sua história de país independente. Em 1982 a inflação anual medida pelo IPCA (atual índice oficial), criado em 1979, ultrapassou pela primeira na história de todos os índices de inflação brasileiros a barreira dos 100%, alcançando 104,80%, resultado de uma trajetória ascendente que já vinha do final dos anos 1970. Represada momentaneamente em 1986 pelo Plano Cruzado (79,65%), passou dos 300% em 1987, chegou a 980,22% em 1988 e a incríveis 2.477,5% em 1993, sendo controlada a partir de 1994 pelo Plano Real.

Na sua palestra, marcada pelo alerta quanto ao risco de repetição daquela tragédia, Nóbrega por mais de uma vez ressaltou a importância da reforma previdenciária como antídoto imprescindível à volta do pesadelo inflacionário que caracterizaria um quadro de dominância fiscal.

“Se o novo presidente não tiver capacidade de articulação política, as forças contrárias à reforma da Previdência entrarão em ação. E se não houver reformas no primeiro ano do novo governo, o sinal será de que o colapso virá: fuga de capitais e deterioração total do sistema econômico”, disse. A reforma tributária também foi citada pelo ex-ministro como fundamental. “Está na hora de implantarmos um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) nacional, tal qual todas as grandes nações fizeram há tempos e a Índia fez recentemente”, conclamou.

APELO ANTI-INFLACIONÁRIO E UM QUADRO DE LENTA RECUPERAÇÃO

“Por favor, não façam isso. Não emitam dinheiro adoidado para financiar o rombo da Previdência, como estão fazendo agora”. O apelo foi feito pelo presidente do Fórum Nacional, Raul Velloso, aos candidatos a vice-presidente da República Paulo Rabello de Castro e Christian Lohbauer, ambos participantes do painel do Fórum que tratou das perspectivas de recuperação da economia brasileira no novo governo.

Com a plateia sob impacto da palestra de Nóbrega, Velloso fez uma espécie de introdução à intervenção do economista Fernando Veloso, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), enfatizando que não há mais como o Estado brasileiro, qualquer que seja o futuro governo, ignorar a necessidade que o país tem de equacionar o problema da Previdência para conseguir alívio nas contas públicas e recuperar a capacidade de investir em infraestrutura e voltar a crescer.

O presidente do Fórum Nacional tornou a alertar, como fizera durante sua breve intervenção no primeiro painel do evento, que há uma explosão dos gastos previdenciários destinados a beneficiários do setor público, sem falar do INSS, e uma recessão histórica convivendo no país. Essa equação, relembrou o economista, levou ao caos, com um déficit R\$ 172 bilhões na Previdência dos estados e da União. “Tem como zerar esse déficit? Tem. Mas serão necessárias inúmeras medidas para esse objetivo seja alcançado”, disse.

Na seqüência, Fernando Veloso, da FGV, em uma apresentação recheada de números, foi além e disse que as más notícias não param por aí. Em palestra denominada “Os desafios Fiscais do novo presidente”, começou mostrando um gráfico com um colapso da taxa de investimentos como proporção do PIB que fechou 2017 em 15,6%, quando se sabe que para um crescimento robusto e equilibrado é necessário que ela chegue próxima a 25% do PIB ao ano.

Na seqüência, Veloso mostrou uma séria de quadros com dados retirados do último Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), a divisão da FGV voltada para a produção de pesquisas e indicadores macroeconômicos, todos rotulados com o mote “lenta recuperação”. O Ibre vem ajustando sucessivamente para baixo suas projeções para o crescimento da economia brasileira neste e no próximo ano e suas últimas atualizações preveem que a taxa de crescimento será de 1,7% em 2018 e 1,9% em 2019, números que mal permitem algum crescimento marginal do PIB per capita.

Pela ótica da oferta de produtos e serviços, a construção civil, indicador básico de como andam os investimentos em infraestrutura, patinará em magros crescimentos de 0,1% e 1,8%, respectivamente, nos dois anos. E pela ótica da demanda, o consumo do governo não vai passar de 0,1% nos dois anos, indicando que não se deve contar com essa rubrica para aumentar os investimentos por enquanto.

O desemprego também cai muito devagar e em recuperação apoiada principalmente no trabalho informal (sem carteira assinada) ou por conta própria. Segundo



gráfico apresentado por Veloso, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE, a taxa de desocupação fechou o segundo trimestre deste ano em 12,4%. Já a dívida bruta do setor público fechou o mesmo período em explosivos 77,2%, segundo dados do Banco Central, deixando claro que os governos estão sem fôlego para contribuir com uma cota significativa nessa recuperação do emprego.

A conclusão do economista da FGV é que a economia brasileira, que dava sinais de reação no final do ano passado, chegando a justificar projeções de crescimento de 3% para este ano, começou a andar de lado, com o agravante de que o país está perdendo o bônus demográfico, como foi dito acima (quando a população em idade ativa cresce mais do que a população total), e assiste os índices de produtividades a recuarem aos patamares dos anos 1980.

Veloso fez coro com os especialistas que veem como quase impossível o cumprimento do teto dos gastos aprovado pelo Congresso Nacional para os próximos 20 anos e apresentou dados da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado, segundo os quais a margem entre o teto dos gastos e as despesas obrigatórias do governo será de R\$ 105,4 bilhões em 2019 (7% do teto), de R\$ 90,3 bilhões em 2020 (6% do teto) e chegará a 2023 em apenas R\$ 30,5 bilhões, ou 2% do montante estimado para o teto (R\$ 1,65 trilhão). Ou seja, o descumprimento do teto ou paralisia geral já pode chegar em 2021. E, pior, conforme acrescentou o economista: “É dramática a queda do investimento privado, que desabou, com efeitos de curto e longo prazo”.

POR UM CAPITALISMO DE VERDADE

Escortados pelos números e argumentos preocupantes, para dizer o mínimo, dos palestrantes que os antecederam, os dois integrantes de chapas presidenciais que compareceram ao Fórum deram seus recados. O candidato a vice-presidente da República Cristhian Lohbauer defendeu a entrada do Brasil no que chamou de verdadeiro capitalismo, com a redução do custo de capital e aumento da produtividade, com foco na eficiência do setor público, e a privatização de estatais, como a Infraero, que geram prejuízos, segundo ele, de R\$ 4 bilhões por ano.

“O que o nosso programa faz é trazer o capitalismo para o Brasil. Na nossa visão é preciso a redução do custo de capital e o aumento da produtividade. O que existe hoje, por conta de políticas irresponsáveis, é um processo sistemático de transferência dos recursos de pobres para ricos”, criticou.



Segundo Lohbauer, pelo menos 150 estatais estão no foco do programa de governo do seu partido como privatizáveis. O candidato também defendeu uma maior inserção do país no mercado global, com o ingresso na Organização para Cooperação E Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Brasil possui atualmente um pleito para ingressar na OCDE, mas a tramitação desse pleito encontra-se virtualmente parada. Esse ingresso foi uma bandeira importante na gestão de Henrique Meirelles, hoje candidato à Presidência da República, no Ministério da Fazenda.

“Finalmente, temos que ingressar na OCDE e deixarmos de ser meros expectadores. Temos também que acabar com a seletividade. Sermos horizontais na escolha de quem recebe crédito. Nosso país transformou-se em um país antiempresarial, que não prestigia quem quer gerar riqueza”, atacou Lohbauer.

“Esse país vai ter que enfrentar um processo de abertura comercial. Temos que enfrentar e entrar na nova lógica mundial. Não dá mais para deixar o Brasil neste ambiente fechado ao mundo dos negócios”, acrescentou, evidenciando compromisso com uma agenda liberal. Ainda segundo Lohbauer, pelo menos 33% do PIB brasileiro estão na mão de 20 mil empresas estrangeiras, que respondem por apenas 4% da força de trabalho. “É nessas empresas que teremos que focar”, disse o candidato.

O candidato a vice-presidente citou ainda a redução da ineficiência do Estado como meta fundamental, com revisão da Lei nº 866 (Lei das Licitações), que rege a contratação das estatais, e reforma do Simples, o que, segundo acredita, já garantiria uma redução de custos da ordem de 1,5% do PIB.

PACTO NACIONAL DE GOVERNABILIDADE SE FAZ NECESSÁRIO, DIZ ECONOMISTA

No encerramento do primeiro dia de debates da Sessão Especial do Fórum Nacional, o economista Paulo Rabello de Castro queixou-se da Constituição de 1988, fazendo coro com o ex-ministro Maílson da Nóbrega. Candidato a vice-presidente da República, o economista reclamou também das “mais de cem emendas” que sucederam a promulgação da Constituição.

Para contornar a situação que disse estar criada, Rabello de Castro propôs um “pacto nacional de governabilidade”, tal qual proposto pela sua coligação partidária. Segundo ele, que no começo deste ano deixou a presidência do BNDES para entrar na disputa política, só assim o novo presidente – seja ele quem for – conseguirá

governar. O economista, que também foi presidente do IBGE, ressaltou, no entanto, que não será necessária uma nova Constituinte para isso.

Rabello de Castro investiu ferozmente contra a emenda do teto dos gastos: “A chamada PEC dos Gastos, atrelando o teto de gastos à taxa da inflação do ano anterior, é uma aberração”, disse. O teto, na prática, congela os gastos públicos federais. Segundo o candidato a vice-presidente, um ajuste emergencial nos efeitos dessa PEC pode ser feito em 2019, por um governo de coalizão. “É isso que estamos propondo”, destacou.

Para o ex-presidente do IBGE e do BNDES, a principal razão para o alto déficit nas contas públicas é o elevado custo com juros da dívida pública. “Por isso, o governo precisa investir na resolução do quadro fiscal e promover uma reforma financeira”, disse. Por fim, o palestrante propôs a mudança do eixo fiscal do país: “O modelo de frouxidão fiscal e excesso de gastos tem de ser abolido”, comentou.

Para o BNDES, Rabello de Castro sugere um rumo que guarda afinidade com as prioridades expostas pelo atual presidente do banco, o ex-ministro do Planejamento Dyogo de Oliveira, na palestra de abertura do Fórum: abrir mais espaço a pequenas e médias empresas, fomentando os empreendimentos mais promissores. “O desenvolvimento verdadeiro passa tanto pelas grandes empresas quanto pelas de menor porte financeiro”, justificou.



PAINEL 3

MESA-REDONDA SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADÔ DO RIO DE JANEIRO

EQUAÇÃO PERVERSA: CRISE PREVIDENCIÁRIA + RECESSÃO = CAOS FISCAL

Ao introduzir o terceiro painel, uma mesa-redonda dedicada à situação financeira do estado do Rio de Janeiro, no segundo e último dia de debates, 24 de agosto, o presidente do Fórum Nacional, Raul Velloso, retomou o mantra do alerta contra o descontrole dos gastos previdenciários e do papel desse descontrole na crise brasileira, ao absorver os recursos que poderiam estar sendo investidos na recuperação e expansão do crescimento: “Precisamos de investimentos públicos para voltarmos a crescer, mas o déficit previdenciário praticamente nos impede de seguir adiante com os grandes planos”, lamentou.

Com ajuda de gráficos e mapas, Velloso conduziu a discussão para o tema do dia, começando por mostrar que os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro são os campeões do peso elevado da previdência pública em relação às suas receitas. “Esses três estados estão em situação crítica”, enfatizou.

Os dados do economista deixaram claro que, se os três são os campeões, ninguém está voando em céu de brigadeiro. Em apenas três anos, de 2015 para 2017, os gastos previdenciários do conjunto dos estados brasileiros saltaram cinco pontos percentuais como proporção das suas receitas, passando de 17% para 22%. Um mapa apresentado por Velloso, com faixas de comprometimento da receita com a Previdência, revelou que o campeão dos campeões é o Rio Grande do Sul, com mais de 40% da receita comprometida. Minas Gerais está liderando a faixa dos que gastam entre 30% e 39% da receita e o Rio e Janeiro é o destaque da faixa

dos que estão empregando entre 20% e 29% do que arrecadam no pagamento de aposentadorias e pensões.

“O tamanho do impacto da recessão nessa equação foi enorme, o que agravou a crise e acelerou o caos fiscal”, disse. Mas alguns estados, segundo o economista, já vêm fazendo o dever de casa. “Diferentemente do que vejo na mídia, que aponta os estados como gastadores inveterados, verifiquei que o Rio de Janeiro, por exemplo, já conseguiu reduzir seus gastos com pessoal ativo, no caminho inverso do que vem fazendo a União”, pontuou.

Apesar do quadro caótico, Velloso ressaltou que há solução para os problemas, conforme os próprios participantes do Fórum Nacional apontam. “Para zerar esse déficit serão necessárias numerosas medidas e uma visão de longo prazo dos governantes”, destacou.

ENFRENTANDO OS DÉFICITS HISTÓRICOS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA

Ainda na etapa introdutória à discussão das finanças fluminenses, o economista e consultor Leonardo Rolim não poupou críticas ao modelo atual de gestão do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) brasileiro, o do INSS, e aos regimes próprios de previdência da União e dos estados (RPPS). Segundo Rolim, todo o sistema previdenciário brasileiro é insustentável.

“Nosso sistema previdenciário, segundo estudos do Banco Mundial e do Ipea, está entre os mais insustentáveis do mundo. No ano passado o Brasil gastou 14,34% do PIB com Previdência, o que supera a parcela do PIB gasta com a rubrica por toda a União Europeia”, apontou Rolim, destacando, especialmente, a gravidade do rombo nos regimes previdenciários dos estados.

Um dos quadros apresentado por Rolim para ilustrar o drama previdenciário brasileiro detalha como se chegou a gastar mais que a sétima parte do PIB apenas com a rubrica previdenciária no ano passado. Em valores, o número chegou a R\$ 940,6 bilhões, distribuídos por R\$ 437,2 bilhões do RGPS urbano (6,66% do PIB), R\$ 120 bilhões (1,83% do PIB) do RGPS rural, R\$ 53,74 bilhões com o Benefício de Prestação Continuada (BPS), o auxílio a idosos extremamente pobres e a deficientes, R\$ 123,5 bilhões (1,88%) com o RPPS da União, R\$ 164,5 bilhões com o RPPS (2,51%) dos estados e R\$ 41,36 bilhões (0,63%) com o RPPS dos municípios.

“O passivo atuarial dos estados é um problema muito sério. No caso do Rio de Janeiro, se retirada a receita do petróleo, o estado teria equivalente a cinco vezes

a receita líquida como passivo atuarial previdenciário. E essa dívida, que deverá ser rolada até 2023, terá que ser paga um dia”, alertou Rolim.

Ao entrar diretamente no problema fluminense, com base nos dados que apresentou no Fórum, o economista destacou que o panorama previdenciário do Rio de Janeiro para os próximos anos, mesmo com a perspectiva de reformas, continua não sendo nada animador.

“Com o aporte de ativos, a Previdência vai oscilar, entre déficit e superávit. Portanto, a solução é a securitização de recebíveis”, disse. O efeito da reforma da Previdência no estado do Rio de Janeiro não vai adiantar muito, segundo Rolim, por causa dos direitos adquiridos. “O efeito da reforma vai reduzir o déficit em pouco mais de 15%, mas não resolve a questão da receita e dos históricos déficits atuariais”, afirmou.

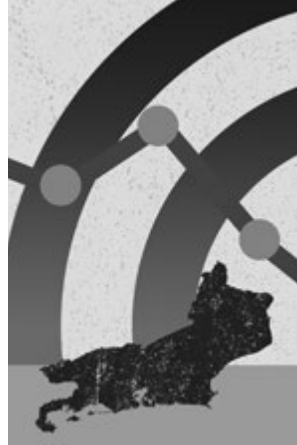
O especialista elencou como caminhos para zerar o déficit atuarial do sistema previdenciário fluminense nos próximos dez anos, a revisão total do regime próprio, com o aporte de ativos ao fundo previdenciário, a securitização de recebíveis para eliminar déficit financeiro e a melhoria de governança do RioPrevidência, além da criação de Alíquota suplementar patronal para categorias com direito a aposentadoria antecipada, como professores e policiais.

RIO TENTA ADEQUAR-SE AO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL

O secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Claudio Gomes, apresentou um quadro difícil, porém, na sua avaliação, reversível, da crise fiscal do estado. Gráficos apresentados pelo secretário demonstraram que, ano a ano, desde 2013, os valores que restavam em caixa para investimentos foram simplesmente minguando.

“Até que, no ano passado (2017), nosso gráfico aponta apenas um traço: não geramos receitas suficientes para cobrir as despesas”, disse, acrescentando que o impacto das decisões judiciais no caixa estadual foram enormes. “O total de arrestos e bloqueios em 2016 foi superior a R\$ 8 bilhões, mas conseguimos conter os arrestos em R\$ 3 bilhões em 2017, a partir da assinatura do regime de recuperação fiscal”, explicou.

No âmbito do RRF assinado entre o governo de Luiz Fernando Pezão com a União, válido até 2023, o secretário relacionou as três prerrogativas abertas pelo acordo que trouxeram alívio às contas do estado: a redução extraordinária integral das prestações relativas aos contratos de dívidas administradas pela Secretaria do



Tesouro Nacional; a dispensa, para realização de operações de crédito, dos requisitos legais exigidos para contratação com a União e da verificação dos requisitos exigidos pela LRF; e a suspensão da aplicação de dispositivos da LRF. “Para os próximos seis anos, isso representa uma possibilidade de colocar a casa em ordem”, avaliou.

Gomes fez um balanço dos ganhos para os cofres estaduais gerados pelo RRF: “São, em números redondos, R\$ 50 bilhões pelo aumento de receitas e outros R\$ 50 bilhões com a redução das despesas, enquanto os novos cálculos dos serviços das dívidas chegam a R\$ 19,7 bilhões. Um montante adicional virá de operações de crédito autorizadas por lei federal, como a privatização da Cedae”, explicou. Para o secretário, esse é o começo da recuperação das contas públicas do Rio.

GUSTAVO BARBOSA: A CEDAE NÃO FOI VENDIDA POR R\$ 2,9 BILHÕES

O ex-secretário da Fazenda do Rio de Janeiro, Gustavo Barbosa, sucedido no cargo por Gomes, foi enfático ao comentar os problemas enfrentados pelo estado, tanto no que diz respeito às receitas, quanto com relação ao rombo do sistema de previdência fluminense, conectando os problemas estaduais com o drama nacional.

Segundo Barbosa, a questão maior está longe da alçada do Rio de Janeiro, pois o que é necessário é a reforma de todo o Estado brasileiro. “Algo está muito errado. A gente tem que repensar o Estado brasileiro. Será que a sociedade sabe qual o custo do Estado? Acho que não sabe. Existem carreiras que você hoje começa a trabalhar ganhando 15 mil e em um ano está ganhando R\$ 30 mil. Está certo isso?”, questionou.

O ex-secretário realçou, contudo, que essa situação, que ele considera caótica, não é culpa do servidor, que apenas fez um concurso público, mas de quem permite que tais distorções legais possam acontecer. “As carreiras que hoje estão recebendo o aumento, com a derrubada do veto do governador Pezão, foram aquelas que menos sofreram com a crise e que nunca tiveram salários atrasados. Será que a população sabe que todos os impostos recolhidos são para pagar a 420 mil servidores? Acho que não sabe”, disse Barbosa.

As críticas políticas nos debates eleitorais envolvendo o Plano de Recuperação Fiscal do estado também não ficaram sem resposta. O ex-secretário classificou como levianos aqueles que dizem que a Cedae foi vendida por R\$ 2,9 bilhões.

“Outra questão. A Cedae não foi vendida por R\$ 2,9 bilhões. Ela foi dada como garantia para um empréstimo de R\$ 2,9 bilhões. Não sei quanto a Cedae vale, mas certamente vale muito mais do que isso. Na precificação feita quando da operação

[o acordo do Regime de Recuperação Fiscal] ela foi avaliada em R\$ 8 bilhões. Portanto, a Cedae não foi vendida e quem fala que foi vendida por R\$ 2,9 bilhões ou está enviesado ou não lê jornal”, disse.

Quanto ao problema previdenciário do estado, Barbosa disse que, assim como na crise fiscal como um todo, nele também a solução mais ampla terá que sair de Brasília. “Com relação à Previdência, a primeira questão é compreender que toda a mudança virá do Congresso Nacional e não das assembleias legislativas. Mas existe a necessidade de uma proposta de transição. Toda a reforma previdenciária requer um período de transição”, ponderou.

MAIS RESPONSABILIDADE NO ENFRENTAMENTO DA CRISE

O advogado Marcelo Trindade, candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro, projetou nuvens escuras sobre a frágil situação econômica do Rio e classificou como irresponsáveis os candidatos que não tratam com seriedade e clareza nos debates as dificuldades a serem enfrentadas por quem assumir o Palácio Guanabara a partir de 2019.

“Nós temos que enfrentar a situação fiscal do Rio de frente e com clareza. Se tudo der certo, chegaremos a 2023 ainda com sérios problemas”, alertou Trindade ao participar da mesa-redonda sobre a crise fluminense que encerrou a Sessão Especial do Fórum deste ano.

Trindade lembrou que sucessivos governos não ouviram seus técnicos e alertas que apontavam para o descasamento exagerado entre os reajustes salariais do estado e os números da inflação. O resultado foi um período no qual a inflação acumulada não passou de 40%, mas a folha salarial do estado cresceu mais que o triplo, chegando a 140%. “Com uma inflação de 40%, nossa folha cresceu 140%, por conta de não ouvirmos os secretários, técnicos e por irresponsabilidade política”, disparou.

“Hoje nós temos uma situação de redução da folha de pessoal, mas que pode ser apenas a migração para a aposentadoria, o que não é nada bom. Com medo da reforma as pessoas podem estar correndo para se aposentar”, suspeitou Trindade, para quem ainda é preciso encarar o desafio de salvar as carreiras de estado, contendo as nomeações políticas que tiram a eficiência e pesam sobre a folha. “A nomeação política campeia e afasta os verdadeiros e bons técnicos da carreira de estado”, lamentou.



O candidato convocou o Poder Judiciário a firmar um pacto pelo Rio de Janeiro que possa por fim à verdadeira guerra de liminares existente. “Se o servidor público é demitido, ou o sindicato ou ele próprio consegue uma liminar para retornar. O judiciário precisa negar essa liminar”, defendeu Trindade. Ele citou ainda o enorme período de penhoras de receitas por parte da Justiça para garantir pagamentos de salários nos momentos mais agudos da crise econômica.

“O Rio precisa de um pacto e, na nossa visão, o primeiro ponto desse pacto é encarar a realidade e falar claramente sobre essa realidade. Não entendo como as pessoas querem assumir esse cargo mentindo, pois vejo que mesmo falando a verdade já é um cargo difícil”, finalizou Trindade.

OS TRÊS DESAFIOS E AS TRÊS FORÇAS DO RIO

Último a falar na sessão de encerramento do Fórum, o economista Guilherme Mercês, que participou do evento representando o candidato a governador Romário Faria, centrou sua palestra nos três grandes desafios que, na sua avaliação, o estado do Rio de Janeiro terá que enfrentar: a questão fiscal, a segurança pública e a geração de empregos. “Na verdade, esses três problemas estão interligados. A insegurança expulsa os grandes geradores de empregos e o crescimento do desemprego deteriora os índices de segurança pública. Tudo isso potencializado pela caótica situação fiscal fluminense”, resumiu.

Mercês enfatizou que o momento vivido pelo estado não permite aos candidatos fazerem bravatas. “A situação real tem de ser compartilhada com a população e com os outros entes federativos, sem falsas promessas”. Segundo o palestrante, o Rio de Janeiro está demorando demais a se recuperar do desemprego. “Os números mostram que o Brasil já começa a criar novos postos de trabalho, enquanto nosso estado continua demitindo, e isso é péssimo para qualquer economia”.

Para o economista, a recessão bateu mais forte no Rio de Janeiro porque afetou seus principais setores econômicos: petróleo e gás, construção civil e automotivo. Na avaliação de Mercês, o futuro governante terá que “apagar os incêndios” e, simultaneamente, lançar as bases da nova economia fluminense. “Não podemos mais ficar tão dependentes desses setores, precisamos estar em linha com a revolução científica e laboral que o mundo atravessa”, disse.

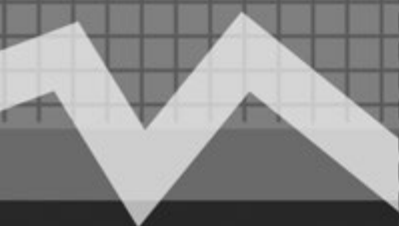
Da mesma forma que apontou os três maiores desafios, o economista ressaltou as três forças que podem impulsionar o Rio a um novo momento, mais compatível com sua história: visibilidade global (segundo ele, isso pode atrair investimentos do

Brasil e do exterior), a posição estratégica em termos logísticos (com sólida infraestrutura, sobretudo na área dos portos, e com localização privilegiada, a menos de 500 quilômetros de distância da produção de 50% do PIB nacional), e o capital humano (alto número de mestres e doutores em várias áreas do conhecimento). “Arrumar a casa e preparar o futuro deve ser a meta do próximo governo”, concluiu.





DEPOIMENTOS*



* Correspondem a degravações, com pequenos ajustes de forma para aperfeiçoar a fluência dos depoimentos, dos vídeos gravados no evento e disponíveis em www.inae.org.br/canal-forum-play/ e www.youtube.com/forumnacionalinae.



PAINEL 1

RAUL VELLOSO*

Raul Velloso agradece a participação do Presidente do BNDES Dyogo Oliveira pela abertura do Fórum, e, antes de passar a palavra aos governadores, introduziu o tema do seminário que irá tratar da previdência pública e da derrocada dos investimentos que, na visão do economista, são duas faces de uma só moeda. Segundo Raul Velloso, o índice real da despesa de previdência estadual no Brasil cresceu 93% acima da inflação entre 2006 e 2017, um crescimento médio anual de 6,2%. No mesmo período, o PIB cresceu 23.5%, com uma média anual de expansão de 1,9%. Então, alerta que esse quadro é totalmente insustentável, o que se traduz na numa situação fiscal dramática, que se reflete no panorama econômico do país. Caso se considere a soma do déficit previdenciário do regime dos servidores da União e dos estados, esse valor terá alcançado R\$ 172 bilhões em 2017. Aponta que, para efeito de comparação, ao se ajustar o cálculo do déficit do INSS expurgando a recessão esse déficit, em condições normais, seria de R\$ 94 bilhões, representando bem menos do que se imagina -- apenas 55% do déficit nos regimes próprios de previdência dos servidores dos estados e da União.

Já a outra face da moeda é a queda da relação investimento público/ PIB, que nos anos 70 era 10,6% na situação de pico e depois isso caiu no ano passado para 1,8% do PIB. Então, adverte que se não atacar o problema previdenciário de forma eficaz, os investimentos, que são indispensáveis e muitas vezes insubstituíveis não terão espaço para crescer, afetando a produtividade e o crescimento do País. Portanto,

* Presidente do Fórum Nacional/INAE.

afirma que essa é a principal motivação do seminário do INAE com a discussão dos caminhos que se tem pela frente. Aponta que os governadores têm uma razão muito mais forte para comparecerem ao Fórum porque os estados não emitem moeda e estão diante de uma situação complicada de difícil resolução exclusivamente própria. E dado o tamanho do déficit no regime dos servidores, mostra que exatamente metade é da União e a outra metade refere-se aos estados. Então alerta que é preciso dar muita atenção à questão dos estados e a primeira pergunta a ser feita é: É possível zerar o passivo atuarial dos governos estaduais?

Raul Velloso utiliza como exemplo o caso do Rio de Janeiro porque é o primeiro estado que foi estudado por ele, o Leonardo Rolim e equipe, tendo sido calculado o passivo atuarial. Assim, se não for possível zerar esse passivo atuarial alerta que o problema fiscal tende a se agravar, porque as despesas previdenciárias irão continuar crescendo nos próximos 25 anos. Por outro lado, se houver o convencimento de que é factível se retirar o item previdência dos servidores dos orçamentos públicos e tratá-lo à parte equacionando o passivo atuarial, também será possível antecipar anos de folga e assim resolver problemas de liquidez no curto prazo de quem não tem capacidade de emitir moeda para resolver seus déficits. Portanto, cita que realizou um exercício de longo prazo (até 2091), que mostra que a despesa previdenciária no estado do Rio tende a subir nos próximos 25 anos. Por outro lado, aplicando uma série de soluções tanto em termos de gastos públicos como de receitas públicas é possível zerar o passivo atuarial e obter resultados positivos no longo prazo, que poderão ser remanejados para financiar o curto prazo.

Encerra a apresentação afirmando que a crise previdenciária que foi por ele identificada e relatada estava meio encoberta, mas no momento em que a recessão surgiu, essa crise se mostrou com toda força, num quadro que Raul Velloso denominou de caos fiscal. Para ilustrar esse conceito utilizou o exemplo de Minas Gerais, onde os resultados orçamentários positivos do estado de Minas até 2012 se transformaram em grandes déficits a partir de 2014, que só não foram maiores porque foram captadas receitas extraordinárias nesse período. Em 2018, o estado deverá registrar um déficit de R\$ 8 bilhões como consequência de ter desabado a receita, enquanto a despesa da previdência disparou. Então, a situação fiscal no curto prazo em Minas Gerais adquiriu um caráter dramático porque além da questão estrutural se somou o efeito da recessão. Infelizmente as autoridades federais não acharam razoável encarar e ajudar a resolver essa questão deixando os estados por eles mesmos buscarem uma solução.

Finalmente, conclui demonstrando e sinalizando que a resolução do problema de longo prazo da previdência dos servidores permite um equacionamento ao retirar do orçamento o gasto previdenciário. Por exemplo, nos números do déficit previdenciário de Minas, dos R\$ 8 bilhões de déficit esperado para esse ano R\$ 16 bilhões têm origem na previdência. Portanto, não há como dissociar o equacionamento de curto prazo do de longo prazo. Então, é com esse pano de fundo que os governadores do Rio de Janeiro, Piauí e Minas Gerais irão realizar suas apresentações no Fórum do INAE.



DYOGO DE OLIVEIRA*

O Presidente do BNDES iniciou elogiando a temática do Fórum ao abordar dois assuntos aparentemente distintos: previdência e infraestrutura, mas que efetivamente estão intimamente relacionados porque o déficit previdenciário tem ocupado o espaço dos investimentos públicos em infraestrutura. Avalia que nos últimos 40 anos, o país atravessou uma evolução significativa na estrutura macroeconômica, dado que apesar do elevado crescimento, dos ganhos de produtividade e do processo de industrialização no século passado observamos também um período de grandes conturbações econômicas, com crises cambiais sucessivas, crise da dívida, hiperinflação e uma série de desequilíbrios econômicos severos.

Então, afirma que o Brasil saiu dessa época, e que atualmente estamos num período que pode se intitular da era do juro baixo e acredita que finalmente vamos ter um longo período na história econômica do País com juros muito baixos, isso porque a inflação quebrou o ciclo de indexação severa e alcançou uma dinâmica diferente. Cita como exemplo, o fato de que, no mês da crise dos caminhoneiros, a inflação atingiu 1,2%, mas no mês seguinte já voltou para o patamar de 0,3%. Portanto, aponta que o grande mecanismo de perpetuação da inflação no Brasil está diminuindo o seu impacto. Mais recentemente, observa que atravessamos um processo de desvalorização cambial, mas que não houve a transferência imediata para os preços. Ressalta que essas são evidências de que o sistema econômico brasileiro está realmente quebrando a inércia inflacionária, o que nos permitirá ter uma política monetária condizente com essa realidade no futuro.

Afirma que no curto prazo o cenário econômico está um pouco conturbado em função das incertezas eleitorais, mas que no médio e longo prazos o País tem a perspectiva de estabilização e da volta do crescimento econômico que, no mínimo, giraria em torno de 2,5% a 3,5% ao ano, correspondendo ao crescimento do PIB potencial do Brasil, considerado bastante razoável. Nessa direção, cita que O BNDES produziu recentemente um estudo mostrando que podemos crescer ao nível de 3% ao ano



* Presidente do BNDES.

nos próximos cinco anos sem pressão inflacionária. Portanto, afirma que temos uma base hoje de nação e de país bastante consolidada, o que nos permitirá um bom desempenho no futuro.

Segundo Dyogo Oliveira, a grande inquietação é que nesse ritmo de crescimento econômico não iremos galgar degraus na escala global porque ficaremos abaixo do desempenho da China e manteremos a mesma distância em relação aos países desenvolvidos, embora continuemos a ser aquilo que sempre fomos: um grande país da América Latina com grandes potencialidades e oportunidades.

Entretanto, esse desempenho é muito bom porque com esse nível de crescimento poderemos dar sequência aos avanços que nós tivemos nos últimos 40 anos nas mais diversas áreas, a exemplo da quase universalização da maioria dos serviços básicos, como a disponibilidade de energia elétrica e telecomunicações e os acessos universais à educação e à saúde. Pondera, entretanto, que ainda há um grande hiato de qualidade nesses serviços, o que de fato precisa ser atacado nos próximos anos. Porém ultrapassada a última barreira dos grandes riscos macroeconômicos, que é a questão fiscal, então teremos tempo e espaço na agenda política para atacar esses problemas. Destaca que a nossa agenda de política econômica esteve nos últimos 40 anos focada nos grandes riscos macroeconômicos, não havendo espaço ou priorizando a pauta das discussões que abordam a competitividade, a eficiência e a qualidade dos serviços públicos do País. Assim, não é à toa que o tema recorrente da reforma tributária, da desburocratização e da melhoria da qualidade da regulação nos diversos setores sempre esteve em segundo plano. Dessa forma, ultrapassada a questão da reforma da previdência, que deverá acontecer muito rapidamente no início do próximo ano, avalia que teremos um espaço na agenda da política econômica do Brasil para atacar outros problemas, o que oportunizará os ganhos de competitividade e de produtividade que permitirão o Brasil crescer no nível do seu PIB potencial (2,5 a 3,5% a.a.) ou até um pouco mais.

Segundo Dyogo Oliveira, a agenda do País deve priorizar inicialmente a reforma da previdência e em seguida devem ser endereçadas as questões que têm a ver com a eficiência dos conjuntos que compõem os sistemas econômicos, a exemplos do problema tributário e da necessidade fundamental de fortalecimento da segurança jurídica. Acredita que atualmente o grande empecilho para o desenvolvimento da infraestrutura do Brasil é a insegurança jurídica e o aprimoramento dos marcos legais. A melhoria na qualidade dos serviços públicos é uma discussão menos de tamanho e mais de eficiência do Estado. Acredita, por exemplo, que o tema da privatização deve ser focado na forma mais eficiente na provisão dos serviços para

se obter uma decisão racional sobre o que faz sentido manter sob gestão estatal e aquilo que é passível de ser ofertado pela iniciativa privada. O tamanho do Estado está relacionado com o montante da despesa, o que precisa ser adequadamente endereçado. Afirmo que resolver o problema fiscal permitirá gerar ganhos de eficiência na economia brasileira que viabilizará uma trajetória de crescimento satisfatória, que se não nos tirar da posição que temos em relação às outras economias nos dará a certeza de melhorar a qualidade de vida da população seguidamente.

Segundo o Presidente do BNDES, uma das questões fundamentais é o desenvolvimento do marco legal dos diversos setores que compõem a infraestrutura do País, que é a base da eficiência do sistema econômico. Cita que há marcos legais que podem ser considerados exemplos de eficiência, como o do sistema elétrico, onde os leilões para geração são muito simples, onde basicamente se define qual é a potência que tem que ser gerada e o local, sendo o restante uma definição do executor, ou seja, o vencedor da licitação. Além disso, as linhas de transmissão são tão bem desenhadas que se transformaram em commodities.

Por outro lado, Dyogo Oliveira aponta que o marco regulatório no setor de saneamento, onde os nossos indicadores são todos realmente deploráveis, é extremamente confuso. A competência regulatória é municipal, a execução é realizada pelas empresas estaduais e os recursos são federais. Conclui que a hipótese desse formato funcionar é completamente nula. Os investimentos públicos em saneamento são de 0,2% do PIB, sendo completamente insuficientes para resolver os demandas do País. Dessa forma, defende que haja uma mudança muito profunda no marco regulatório de saneamento para que haja avanços.

Já os aeroportos têm funcionado razoavelmente bem. Ressalta que as mudanças recentes de modelagem foram exitosas. No entanto, aponta que a grande dificuldade tem sido a solução de conflitos, o que gera insegurança jurídica e permeia todos os setores. Assim a contestação se arrasta por 10, 15 e 20 anos e assim não se constroem as obras e não há avanços.

No setor de rodovias há um modelo que está caminhando rapidamente para um detalhamento ao nível quase nanométrico dos projetos. Acredita que esse modelo é disfuncional porque não é possível numa concessão de 20 a 25 anos se definir tudo em detalhes em função da exigência dos órgãos de controle, indo ao contrário do modelo do setor elétrico, que é mais flexível e com menos detalhamento.

As ferrovias estão avançando, o que é importante para eficiência do sistema de transportes. Segundo o Presidente do BNDES, a grande dificuldade é avaliar com precisão e com bastante cuidado a viabilidade econômica porque são projetos

vultosos em que o acúmulo de riscos pode realmente provocar danos muito severos. Já o processo de renovação vai gerar grandes investimentos.

Em suma, ressalta que independentemente de posições ideológicas, o Brasil enquanto nação vem adotando um conjunto de instituições e de políticas econômicas que nos permitirão crescer dentro do nosso potencial e que a inquietação que fica é que o nosso potencial talvez não seja suficiente para nos colocar em uma posição de avanço em relação às outras nações do planeta. Por outro lado, aponta que um desafio é avançar em ações microeconômicas que permitam melhorar a qualidade dos marcos legais gerando segurança jurídica e assim ampliando a eficiência sistêmica. Com essa visão, cita que o BNDES vem focando enormemente as suas atividades com objetivo de aumentar a eficiência sistêmica. Exemplifica que no primeiro semestre de 2018 cerca de 50% dos desembolsos do banco foram canalizados para pequenas e médias empresas e 40% para infraestrutura. Então destaca que esse é um perfil diferente da história do banco, mas que deve se perpetuar nos próximos anos, dada a necessidade de se investir os recursos do BNDES em projetos que tenham maior impacto em termos de ganhos de produtividade e de competitividade e, principalmente, em empresas que tenham maior potencial de crescimento. Ou seja, é preciso reservar os recursos do banco para essas empresas e em certa medida reduzir os desembolsos para aquelas empresas que podem ter outras fontes de financiamento no mercado, inclusive internacionais, muitas vezes a custos bastante reduzidos.

Ressalta que o outro foco é o financiamento da infraestrutura, que é a base da competitividade sistêmica. Com esses objetivos Dyogo Oliveira cita que está em curso uma grande transformação interna do banco com mudanças dos padrões de operação do banco, reduzindo os prazos de aprovação, que em média é mais de 300 dias, mas que para algumas operações estruturadas e complexas já alcança 120 dias. Do lado das operações menores a digitalização tem permitido fazê-las em milésimos de segundo. Então, destaca que o banco está se digitalizando de um lado e de outro adotando sistemas mais eficientes de processamento das propostas mais complexas para que se tenha um prazo de resposta bastante curto. Desse modo acredita que o banco contribui para o conjunto efetivo das decisões do país.

Encerra reafirmando que efetivamente foram construídas nos últimos anos as bases de um processo de estabilidade econômica que possibilitará ao Brasil crescer de forma sustentada em torno de 2,5 a 3% ao ano durante os próximos 10 a 12 anos. Esse ritmo permitirá dar continuidade aos grandes ganhos de qualidade de vida que o Brasil teve nos últimos 40 anos. Por exemplo, no início da década de

80 tínhamos 30% da população brasileira abaixo da linha de pobreza e esse número atualmente é menos de 5%. A expectativa de vida nos últimos 20 anos aumentou 6 anos e o número de adolescentes que concluem o ensino fundamental é de 75%, quando era algo em torno de 40% na década de 80. Então essas são evidências de que a qualidade de vida da população brasileira avançou enormemente. Alerta que temos grandes desafios na questão fiscal, mas superada essa última barreira, a dos grandes riscos macroeconômicos do Brasil, então teremos um longo ciclo de crescimento econômico que vai nos favorecer enormemente.



LUIZ FERNANDO PEZÃO*

Luiz Fernando Pezão iniciou sua exposição afirmando que há um déficit de diálogo, porque os Executivos não conseguiram ter uma interlocução com os outros Poderes capaz mostrar a grave crise que se vive na previdência pública. Exemplifica com o fato de a Alerj ter derrubado o veto do Governador ao projeto de aumento salarial para os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Considera humanamente impossível atender a esse pleito, ou seja, arcar com essa despesa imprevisível quatro meses antes de terminar o atual mandato. Citou ainda que realizou um grande esforço para colocar os salários em dia. E que no período do seu mandato sua atuação se aproximou da de um gerente de Recursos Humanos que tem que administrar a folha salarial de 440 mil servidores, enquanto há 16 milhões de cariocas que querem mais estrada, saúde, educação e policiamento na rua.

O Governador destacou que o Rio tem expressivos agravantes que explicam a crise na previdência pública. Primeiro, o seu mandato coincide com 30 anos dos efeitos da Constituição, o que justifica o crescimento acelerado da despesa previdenciária nos últimos três anos. A Constituição ofereceu muitos direitos e o preço que está sendo pago é alto. Ressalta que não é contra o direito adquirido, mas no Rio é um problema sério. Isso porque teve o efeito da perda da capital e o estado do Rio teve que assumir a responsabilidade pelos funcionários públicos do antigo estado da Guanabara, que, a exemplo de Brasília, é um corpo funcional com muitos direitos e privilégios. E no processo de fusão com o antigo estado do Rio, que era mais pobre, foi dada isonomia de direitos com os servidores da Guanabara. Com isso, a previdência estadual tem que arcar com o financiamento de aposentadorias especiais que representam 66% do total dos benefícios. Portanto, considera não trivial ter 66% das pessoas se aposentando com menos de 50 anos de idade. Exemplifica que o estado tem 100 coronéis da PM na ativa e 600 aposentados recebendo 28 mil reais. No Corpo de Bombeiros, a proporção é de 100 coronéis na ativa para 400 inativos que se aposentam aos 48 anos de idade. E cita mais exemplos de aposentadorias aos 42 e 43 anos de idade. Menciona que essa situação é inviável porque as pessoas atualmente estão vivendo mais e se aposentando com menos de 50 anos de idade. Alerta que é necessário fazer esse enfrentamento e opina que o próximo presidente tem que dialogar e defende que até o final do ano se discuta pelo menos

* Governador do Estado do Rio de Janeiro.

a questão da idade mínima porque quase todos os estados estão praticamente com o mesmo problema.

Ressalta que lutou muito para conseguir a aprovação da Lei de Recuperação Fiscal negociando por 31 semanas no Congresso Nacional. Depois teve que contar com o apoio da Assembleia para aprovar as leis que garantiriam a adesão ao Plano de Recuperação Fiscal com a difícil aprovação de matérias como o aumento da contribuição previdenciária dos servidores e da participação patronal dos Poderes. Menciona que o estado chegou a atingir 72% do comprometimento da receita com a folha e atualmente com o regime de recuperação fiscal conseguir reduzir para 57%. Cita que houve um esforço enorme para colocar os salários em dia.

Menciona ainda que as finanças estaduais foram impactadas fortemente num cenário de tempestade perfeita: a queda do preço do barril do petróleo e uma recessão no País em 2015/16 que representou uma queda acumulada do PIB de quase 8%. Cita que a Lei de Responsabilidade Fiscal não aponta como levar em conta uma recessão dessa magnitude e como se adequar a uma queda brutal das receitas na presença do forte aumento das despesas previdenciárias, de que não há como fugir. Cita que foi realizado um grande esforço com a redução de mais de 20 mil funcionários. Porém, alerta que se nada for feito e se não se alterar a idade de aposentadoria a situação é insustentável. Por exemplo: somente a folha da área de segurança pública do Rio de Janeiro no próximo um ano e meio aumentará em um bilhão e duzentos milhões de reais se nada for feito. São 2200 policiais se aposentando anualmente.

O governador destaca que deixará como legado um conjunto de soluções que buscam equacionar o déficit previdenciário. Cita que vinculou a receita do imposto de renda retido na fonte pelos servidores estaduais para a previdência e que tenciona colocar outras receitas ou ativos, a exemplo dos recursos da Lei Kandir e cerca de 300 terrenos próximos das estações do Metrô. Cita que conseguiu modificar uma lei municipal que proibia a construção nesses terrenos, que agora se tornaram ativos valorizados que serão incorporados ao Rio Previdência.

Afirma que o debate sobre o problema da previdência é urgente e está atingindo quase todos os estados porque é uma situação inadmissível. Cita o caso de Minas



que tem um superávit nas contas, excluindo a previdência da ordem de R\$ 2 a 3 bilhões, mas tendo que cobrir um déficit anual das contas previdenciárias de R\$ 12 bilhões. Em São Paulo, esse déficit está ao redor de R\$ 22 bilhões. Então reconhece que esse é um desafio não trivial. Não se trata de um problema exclusivo do Estado do Rio ou de Minas, já que há estados menores e até os mais novos que começam a ter problema nas contas previdenciárias.

Defende a formação de um pacto pela Reforma da Previdência e que esse deveria ser o grande assunto a ser discutido nas eleições porque esse tema tem influência na questão da infraestrutura, que se apresenta como uma enorme carência no País. O governador lamenta o excesso dos órgãos de controle que burocratizam e atrapalham o andamento das obras públicas. Então, exemplifica que o servidor do Executivo muitas vezes tem o CPF auditado e fiscalizado por 12 a 13 órgãos: TCU, TCE, CGU, MP Federal, MP Estadual, IPHAN e IBAMA, dentre outros. Além disso, menciona que os engenheiros dos órgãos de controle recebem três vezes mais do que os do Executivo e estão sempre buscando erros ou falhas nos processos. Não se posiciona contra a fiscalização, mas acredita que há excessos. Concorde com a visão do Presidente do BNDES que é preciso melhorar a segurança jurídica para os investimentos. Para exemplificar seus argumentos afirma que demorou quase sete anos para fazer 9 km de estrada que é a ligação de Paraty (RJ)/Cunha (SP), que permite a ligação do Vale do Paraíba e do Sul de Minas para Paraty e Angra dos Reis. Cita que teve que obter licença de 4 órgãos ambientais para concluir essa obra. Na sua visão há uma ausência de praticidade de se examinar o custo da demora e da paralisação das obras públicas. Cita que tem dinheiro disponível para terminar a linha da Gávea que está 58% pronta e não consegue concluir porque não é permitido pagar a empresa que está na operação Lava Jato. Com isso mostra que está se deixando de gerar três mil empregos. Outro exemplo é em Maricá, onde se espera que o COMPERJ possa finalmente ser concluído. Cita que tem 84% da obra pronta ao lado do porto em Maricá, um dos melhores do mundo pelo seu calado natural. São R\$ 5 bilhões de investimentos aportados que vão gerar 7 mil empregos e as obras estão paradas porque há uma área de rochas na praia, para a qual não se consegue a licença ambiental. Somente nessas duas obras são dez mil empregos gerados e onde se poderia estar recolhendo impostos e assim teríamos beneficiado cerca de 50 mil pessoas.

Voltou a defender um pacto pela reforma da previdência e a necessidade de se estabelecer um diálogo permanente do Executivo com outros Poderes. O governante precisa fazer os ajustes, mas é necessário contar com a solidariedade e a compreensão dos demais Poderes. Não é possível que servidores tenham dois meses de

férias e ter a maioria dos seus proventos sem imposto de renda recebendo salários acima do teto. Essa não pode ser considerada uma situação normal, quando se tem que se ajustar a um déficit de R\$ 8 a 10 bilhões e quando é preciso prover serviços de saúde e educação para 16 milhões de pessoas. Destaca que, com a crise, as matrículas nas escolas públicas aumentaram quase 25% porque os pais não puderam pagar o ensino particular. Já o atendimento nos hospitais elevaram-se em cerca de 30% porque as pessoas não têm plano de saúde. Portanto, ressalta que no momento em que o País está mais fragilizado é quando se precisam ampliar os serviços ao cidadão.

Elogia a gestão do governador do Piauí, Wellington Dias, que tem promovido ajustes importantes e conseguido que a força militar do estado se aposente aos 60 anos. Menciona ainda que o governador Fernando Pimentel herdou um problema complicado quando a administração anterior resolveu extinguir o fundo que havia sido criado para prover aposentadoria futura aos servidores novos. Aquela usou os recursos para financiar seus déficits e os futuros gestores terão de arranjar novos recursos à frente.

Ressalta que seu trabalho à frente do estado do Rio foi muito árduo, mas que a experiência foi válida. Destaca o trabalho fundamental que foi realizado durante este ano juntamente com o Raul Velloso, Leonardo Rolim e Gustavo Barbosa, porque apontou caminhos e saídas para crise previdenciária. Cita que não era possível ficar esperando a votação da reforma da Previdência no Congresso Nacional no tocante à idade mínima, por exemplo. Avalia que o governo Temer fez um encaminhamento totalmente errado porque ficou parecendo que se queria tirar direito das pessoas que ganhavam mil a dois mil reais quando esse não é o problema do país. Ressalta que se o governo federal estivesse iniciado a reforma por meio da previdência pública as chances de avanço teriam sido maiores.

Então, o legado do seu governo é ter o encaminhamento das soluções propostas para previdência pública que contou com a colaboração do Raul Velloso e do Leonardo Rolim diminuindo o desequilíbrio e buscando equacionar o déficit atuarial. Dessa forma, o seu sucessor não terá que vivenciar o que ele enfrentou ao ter 8 bilhões e 600 milhões de reais arrestados para pagar salários. Eram recursos de convênios do Banco Mundial, da despoluição da Baía de Guanabara e do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros (FUNESBOM), algo inconcebível. Afirmou que durante o período de um ano que tem 200 dias úteis, em 47 deles ficou sem acessar o caixa estadual. Lamentou que 26 deputados federais do Rio votaram contra o Plano de Recuperação Fiscal, tendo apenas o apoio de 20 votos da bancada. Demonstrou perseverança e conseguiu mais de 292 votos das outras bancadas, que por orientação dos governadores foram

solidários ao Rio aprovando a lei em vigor. Ressalta que o regime é opcional e está fazendo todo esforço para cumprir as exigências, inclusive irá questionar no STF a recente derrubada do veto da lei que concede aumento salarial para os Poderes. Alerta que se o estado não faz esse aperto e esse sacrifício não conseguirá sair da crise. Cita que com o Plano de Recuperação Fiscal já conseguiu colocar os salários em dia e ajustar o pagamento dos fornecedores. Encerra afirmando que se não forem resolvidas essas questões cruciais dos estados - o déficit fiscal e o problema da previdência, além da infraestrutura, o país não irá crescer e teremos que conviver com desemprego alto e problemas sociais.



FERNANDO PIMENTEL*

Após cumprimentar as demais autoridades e figuras públicas presentes, Pimentel considerou extremamente importante no momento que vivemos essa proposta para o equacionamento da previdência pública que vem sendo discutida no Fórum.

Disse que o governador Pezão falou rigorosamente em nome de todos os governadores do Brasil. Sobre o assunto, gostaria de dar um exemplo que havia dado há alguns dias num encontro que teve com estudantes do ensino médio da rede pública, quando o tema da crise que o País vive no momento apareceu com toda a força. A resposta de Pimentel foi de que o Brasil é um barco, uma embarcação grande, antiga já, com 500 anos ou mais, tal que ao longo da sua história foram sendo feitos furos no seu casco, alguns maiores outros menores, que teriam que ser consertados. Quando se está navegando num mar tranquilo, os furos não incomodam muito porque eles estão acima da linha d'água. Contudo, se vier uma tempestade, o navio vai fazer água porque aparecem furos no casco que não foram tampados, e se esses furos não forem corrigidos, ele pode até naufragar.

Os furos que há no casco são vários, havendo o provocado pela legislação trabalhista – que é inadequada, pelo sistema tributário que é ineficiente e anacrônico, mas o furo que está mais perto da linha d'água e por onde está entrando uma enxurrada que está fazendo o navio adernar é a questão previdenciária. E por que? Por dois motivos, um deles mencionado pelo governador Pezão (aliás, os dois foram mencionados por ele) um é porque a receita cai, devido à recessão, que faz o navio ficar pesado, e quanto mais pesado ele fica mais abaixo fica e a linha d'água vai subindo e o furo vai ficando abaixo dela. E o outro é o fato de que nós completamos o aniversário de 30 anos da Constituição de 1988, que, entre outras coisas, produziu essa situação de você só entrar no estado, hoje, nas carreiras públicas, com concurso público, o que significa que se entra para ficar, se é permanente, estável, em alguns casos é vitalício, inamovível etc.

Está dizendo isso, porque, no caso de Minas, ficou espantado porque a média das aposentadorias foi crescendo de maneira vertiginosa, eram quatro, cinco mil aposentadorias por ano, há dez anos, passaram para seis, depois oito hoje são 15 mil aposentadorias por ano, acho que estabilizou nesse número. Mas 15 mil aposentadorias por ano para um estado que tem 300 mil servidores ativos é 5% da folha.

* Governador do Estado de Minas Gerais.

Isso significa o que? Como disse o governador Pezão, sem fazer nada, a folha sobe 5% todo ano!

Tem que subir, pois, ao aposentar, é preciso substituir policiais, professores, médicos etc. Se colocar mais as progressões de carreira, que são o normal nas carreiras públicas, pode botar mais 2%; ou seja, 7% ao ano sem fazer nada, sem dar aumento nenhum, quando a inflação é praticamente metade disso ou menos até. Bom, e o déficit já está dado, já foi herdado, é o furo no casco por onde está entrando uma enxurrada de água. No nosso caso, a conta é muito simples de fazer, como se viu quando o professor Raul Velloso destacou o exemplo de Minas. O orçamento fiscal do estado, se fosse possível tirar a previdência, seria superavitário todo ano. Com todas as despesas do outro lado, exceto previdência, sobrariam R\$ 8 bilhões para fazer estradas, para fazer hospitais, para aumentar a qualidade da educação, da segurança ou o que fosse.

Bom, mas aí vem a previdência. Como é a conta da previdência? Resultado do ano passado. Foram arrecadados R\$ 6 bi., mais ou menos, de contribuição previdenciária dos beneficiários mais a patronal, e foram pagos R\$ 22 bilhões de folha. Então, ficaram faltando R\$ 16 bilhões. Dados 8 bi. de superávit fiscal, ainda ficaram faltando 8 bi. que é o déficit do estado. O déficit do estado de Minas Gerais se mostra integralmente causado pela previdência pública, e isso não é de hoje; isso vem desde pelo menos 2002, agravou-se muito em 2009, e agora vocês viram ali como diz o Wellington, a boca do jacaré escancarou-se e não vai fechar, não tem como fechar, pois não se pode mandar ninguém embora, não se pode cortar direitos.

Esse é um dos furos do casco do navio, mas esse é o mais premente porque se não fechá-lo logo está-se falando de um furo de um pedaço do navio, mas tem 27 pedaços iguais, o casco do navio Brasil é dividido em 27 sessões todas elas estão furadas, como é que vai fazer? Dobra-se a alíquota, passa-se de 5 para 10, a despesa é 22, o déficit continuou 12 bilhões. Nós estamos falando de discutir um novo modelo de financiamento para a previdência pública. E aí encerrou discutindo o que lhe parece ser a parte mais séria desse problema da previdência.

Há uma questão de mérito envolvida muito grave, que a sociedade brasileira não discutiu ainda porque ela não está, digamos assim, atenta para esse ponto. Há pouco ele recebia os sindicatos de funcionários públicos e chamou a atenção



para o fato de que se paga muito imposto para o estado, paga-se ICMS, IPVA, só que pouco disso está sendo usado para bancar a escola dos filhos das pessoas, o posto de saúde ou o destacamento da polícia militar. O grosso está indo para a previdência dos servidores, totalizando R\$ 180 bilhões por ano quando se inclui a União, algo que, na verdade, como os servidores alegam, é direito constitucional seu. Por isso é complicado, quando muitos tentam discutir previdência dos servidores como privilégios, algo que estes não aceitam.

Para Pimentel, o ponto é que o modelo de financiamento da previdência pública brasileira é insustentável. Então nós temos que criar um fundo, um fundo ou mais de um, 27 fundos pelo menos, capitalizados, sustentáveis que paguem aposentadoria dos servidores, isso tem que ser feito agora! E o professor Raul Velloso, a quem não cabe aqui explicar a proposta toda, porque seria muito longo, diz que temos como começar a tapar de fato o buraco do casco com antecipação de algumas desses, digamos assim, resultados futuros. Ou seja, tem solução para esse problema, isso tem que ser discutido de forma madura, de forma serena sem as paixões eleitorais, sem as paixões partidárias e é esse o esforço que o governador Pezão tem feito aqui no Rio, que nós temos tentado fazer também nos nossos estados e infelizmente às vezes a gente não tem a devida atenção da mídia especializada para isso, mas essa é uma questão crucial para o Brasil.

Pimentel tem certeza de que o cidadão brasileiro não sabe disso tudo, e o dia que ele souber ele vai se revoltar contra a forma como está sendo financiada a previdência pública, porque ele acha, e com razão, que o imposto dele não é para isso e não deve ser mesmo. É por isso que nós temos esse hiato gigantesco de infraestrutura no Brasil, é só por isso que nós temos esse hiato. Tivéssemos resolvido essa questão lá atrás, 30 ou 60 anos atrás, não teríamos tamanho hiato tão gritante. Pelo contrário, teríamos infraestrutura e um fundão tão capitalizado por exemplo como o fundo dos professores da província de Ontário, no Canadá, que investem no mundo inteiro e hoje é o quarto maior acionista da CEMIG, por exemplo, mas lá tem 80 anos que os fundos foram criados, segundo Pimentel. Então, essa é a discussão que se deve fazer.



WELLINGTON DIAS

Já no terceiro mandato, e tendo iniciado o primeiro em 2003, Wellington, começou dizendo ter tido o privilégio de ter sido eleito três vezes no primeiro turno e com possibilidade de ir para o quarto, também no primeiro turno, este ano (como de fato acabou indo). Destacou as dificuldades que os governadores têm passado, lembrando que em 2003 era vaiado pelo seu próprio partido, o Partido dos Trabalhadores. E um dos grandes desafios que se tinha era a alta e crescente dívida pública, que, no Piauí, em seu total, correspondia a quase duas vezes a receita corrente líquida (RCL), e aí chegou a um ponto em que o valor da prestação total da dívida entre 2003 e 2004 era de 22% da RCL.

Isso implicava a necessidade de um ajuste fiscal brutal ou de um superávit primário exageradamente elevado (saldo fiscal antes de pagar o serviço da dívida), para poder mantê-la sob controle. Então, com apoio do hoje ministro Barroso, que foi advogado do estado numa causa altamente relevante, chegou ao Supremo (à época dirigido pelo ministro Jobim) com a seguinte pergunta: se o Piauí para cumprir o artigo tal da Constituição, que diz que tem que mandar o dinheiro para os poderes, para cumprir o outro que diz que é para a aposentadoria, para cumprir o outro que diz que é tanto para educação, tem de comprometer o total de 109% da receita, qual é o artigo da Constituição que deve deixar de cumprir? Essa era a causa.

As negociações efetuadas à época entre o Judiciário e o Executivo Federal levaram à decisão de fixar um teto de pagamento pelos estados à União de 11% da receita, em vez dos antigos 13%, refinanciando o restante da dívida com a União. Foi a primeira renegociação das dívidas brasileiras de grande vulto, ali no começo do mandato.

Passando ao tema principal, perguntou se um governante, seja de um município de um estado da União, pode pegar o dinheiro dos impostos (na verdade, do povo) para pagar uma despesa tão alta de previdência? No Piauí, os servidores contribuem com 250 milhões por ano, e nisso já estão pagando 14% dos salários, o estado contribui com o dobro, 28%, e paga R\$ 500 milhões, só que a conta é R\$ 1 bi e 700. Então, e agora? A diferença – da ordem de R\$ 1 bilhão -- tem de sair dos cofres do estado (além da contribuição patronal), o que obviamente compromete fortemente o que o estado tem de fazer em matéria de políticas setoriais.

* Governador do Estado do Piauí.

Em matéria de previdência, não tem segredo, tem de se fazer cálculo atuarial: “Ah, eu quero me aposentar com 25 anos”, tem problema nenhum: “Ah, eu quero me aposentar com 30”, tem problema nenhum: “Ah, eu quero esse direito”, tem problema nenhum, desde que façamos cálculo atuarial, ou seja, tem de demonstrar a sustentabilidade desse compromisso no tempo, o que se faz normalmente pela instituição de um fundo de pensão à parte do orçamento público.

Então está errado o que nós estamos fazendo no Brasil, e se há duas coisas que se tem que mudar, a primeira é essa, ou seja, introduzir a regra de cálculo atuarial. Cumpre o cálculo atuarial? Se não cumprir, “dançou”... O outro, que não tem nada a ver com previdência, é a chamada paridade. Não existe como fechar um cálculo atuarial se o estado tiver de pagar algo ao ativo, e depois eu tiver que ir lá e fazer o mesmo na folha do aposentado.

O estado já é obrigado a pagar o piso do professor, o que é sustentado na receita do chamado Fundeb, mas na hora que tiver que pagar o mesmo na folha de aposentado, o estado não aguenta. O problema de desenvolvimento do meu estado é educação, então eu quero valorizar o magistério, e para valorizar o magistério eu preciso pagar bem, mas na previdência o raciocínio terá de ser outra, ou seja, terá de passar pelo teste de sustentabilidade, ou do cálculo atuarial.

Dito isso, o fórum dos governadores foi a Dilma e a Temer tratar com os dois sobre isso. Dilma fez algo que foi um passo, a discussão da regra 85-95, mas o que estavam propondo era um semestre de esclarecimento intensivo, isso aqui que foi dito por Pimentel, o que é previdência, como é que funciona? É uma poupança que você faz durante um período da vida para lá na frente poder lhe sustentar. Bem didático, seis meses todo mundo entendendo o que é previdência. Feito isso, parte-se para saber o que o povo quer. O povo quer que lá no Piauí se pegue 1 bilhão e continue pagando? Vamos continuar pagando é opção do povo, todo poder emana do povo, então vamos seguir, se não tem que mudar.

A propósito, o Piauí é um São Paulo dentro do Nordeste, com 3 milhões e 200 mil habitantes, o lugar que mais cresce no Brasil, cresceu em 2015, 16, 17, e está crescendo em 2018, sendo 62 bilhões de investimento no setor privado nesses últimos anos, com base em energia eólica, solar, gás, petróleo, mineração, ou seja, tudo o que era dever de casa fazer graças a Deus está-se fazendo. Um lugar bonito,



tem-se um trabalho muito grande na área de fruticultura irrigada, há sua zona de processamento de exportação, onde estão com as primeiras empresas, há grandes parques de energia solar e eólica que não produziam nada e hoje já produzem 2 gb de energia eólica e solar e vamos para os 20 gb, duas Belo Monte de energia renovável nos próximos anos.

Vale a pena conhecer o Delta do Parnaíba, depois a maior biblioteca da pré-história que é o Parque Nacional da Serra da Capivara. Fez-se um esforço e isso deu resultado, de 2002 a 2017 o Brasil cresceu 51%, o Nordeste 59%, e o Piauí 86%, e segue crescendo. O PIB piauiense era de R\$ 7 bi 425 hoje está chegando a 50 bi, há que chegar a 80 bi para chegar à média do país e algo aonde se pretende chegar em 2025. Isso ajudou que a estado tivesse um expressivo crescimento de receita.

Havia 70% de receita como transferência da União, ou parcela do fundo de participação, mas hoje o fundo de participação é de 45%, a receita própria é 55%, porque teve maior crescimento econômico local. Então a receita própria estadual ultrapassa a receita que vem da União, e isso é fundamental. A dívida é controlada, como dito ela era quase duas vezes, e hoje ela é 41% da receita. Em 2015, o Piauí tinha uma dívida de 62% da receita corrente líquida, tomou cerca de 2 bi emprestado, não foi para jogar fora, foi para investir casado com investimentos privados, a dívida caiu para 41. Ou seja, é preciso ter a coragem de ter medidas para fazer o país crescer. Sua dívida era quase 40% do PIB, hoje é menos de 7% do PIB e aí vamos lá para o principal problema, previdência.

O estado queria chegar o ano passado a 1 bilhão de 200 de déficit previdenciário, adotou uma série de medidas, alíquota de 14%, mais patronal de 28%, regularizaram-se as pensões, que é outro problema grave, por sua generosidade inviável. O que falta é fazer o cálculo atuarial, para ver o que cabe. Nas medidas que tomaram, uma que não foi fácil foi na Polícia Militar. Lá, pasmem, completou 30 de serviço sai aposentado, então para quem começou a trabalhar com 18, aos 48 se torna aposentado no auge do seu conhecimento, do seu preparo, enfim... Então o que se fez? Fez-se um acordo em que os praças vão até a major, seja, aumentaram o funil para poder ter crescimento interno e com isso eles aceitaram incluir as duas regras, os 30 anos de serviço e 60 de idade. Assim, fica mais tempo, o que é bom para eles porque têm mais condição de crescer internamente e é bom para os administradores, pois eles ficam mais tempo contribuindo. Essas medidas foram fechadas o ano passado, em cerca de 300 milhões a menos do que se queria, o que é um problema, pois é muito dinheiro que se tira dos investimentos.

É um problema nacional, foi dito aqui. Criou-se a previdência complementar, que agora é uma novidade. Na verdade, o Nordeste criou uma previdência complementar. A Previ Nordeste está em vigor, e em funcionamento. Pegamos a previdência da Bahia que estava avançada e todos se incorporaram a ela, adequando a cada legislação, e no Piauí também com a presença dos outros poderes, Tribunal de Contas etc., e maior controle de benefício.

Fiez-se um cálculo atuarial, na época dava R\$ 21 bi., mas agora está dando 18, está até menor. Criou-se um fundo com recebíveis, pois o estado tem mais ou menos 6 bi de recebíveis, de ICMS, IPVA etc., então jogou-se isso dentro de um fundo atuarial que nos permite ir para a securitização, que nos permite ter eficiência na cobrança, esse modelo de cobrança brasileiro também é uma vergonha. No modelo tradicional via procuradoria etc., com toda a burocracia se arrecadava R\$ 3 milhões e meio, estamos chegando lá, tem mês que chega a 30 milhões por mês dentro dessa eficiência na cobrança. E aí ao empresário do Piauí pode-se constatar que ele chia porque paga imposto (ninguém gosta de pagar imposto) mas o imposto menos ruim é aquele que todo mundo paga. Com esse negócio de imposto que um paga e o outro sonega quebra-se a economia local.

Colocou-se eficiência na cobrança, com uso de um call center de manhã, de tarde e de noite, bloqueiam-se bens, enfim, há o Banco do Brasil e parceiros que participam. O outro fundo é imobiliário. O Piauí tem uma característica que dá origem às terras que pertencem ao estado, há cerca de 9 milhões de hectares rurais, 5200 imóveis, então criou-se um fundo imobiliário. Quanto vale isso? Hoje vale mais ou menos 21 bi., acima inclusive do déficit atuarial.

Que outras ideias que já se estão praticando em adição a isso? Por exemplo, há imóveis rurais e planejamento para saber como o estado vai ganhar dinheiro com eles. Então, o setor privado vai lá pega aquele terreno, constrói colunas de apartamentos, uma parte disso é do estado, o aluguel advindo dali, ou a venda, e vai para o fundo de previdência. O estado tem terras lá no cerrado com alta produtividade, adotou-se uma regra que está em prática, de que para os primeiros 100 mil hectares, o privado paga seis sacas de soja por hectare para o fundo de previdência. Há terras na área das eólicas, por exemplo, que já se está experimentando com 30 mil hectares, se colocam lá torres de eólica, e o investidor paga por cada torre de eólica um arrendamento. Isso até melhorou agora, porque eram torres de baixa potência, com o primeiro contrato em torno de 1200, agora chega a 2400. São torres de 3,6 MG, aliás com fábrica no próprio Piauí, algo que ninguém sabe, produzindo

torres e produzindo uma montadora de geradores modernos que estão vendendo para outras regiões do Brasil.

Ainda como exemplo de coisas que se criaram por lá, o estado se valeu de ser o grande pagador e ter uma folha anual de mais ou menos R\$ 4 bi e meio, nos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público etc., então passou a tirar proveito disso. Foi feito um acordo com as imobiliárias, tal que de cada imóvel que esses servidores compram 2% vem para o fundo de previdência. Em adição, o estado buscou aproveitar as oportunidades de financiamento para investimento nos bancos multilaterais em Washington, para as áreas de alta rentabilidade no estado, como a energia eólica, acima de 20%, considerando aí a integração entre a energia eólica e solar. E há também outros investimentos como na área de produção de uva sem semente, onde a rentabilidade chega a 40% ao ano.



WEDER DE OLIVEIRA*

Ao agradecer o convite para participar do Fórum, o Ministro-Substituto do TCU alertou que precisamos de um pacto que vai exigir bastante esforço institucional e jurídico para superar os nossos problemas fiscais.

Ressalta que o Brasil está num processo contínuo e importante de evolução institucional, que se iniciou na década de 80 e que teve como avanço mais recente a promulgação da PEC do teto dos gastos públicos. Destaca que embora tenhamos enormes problemas, considera que estamos vencendo cada um deles no seu tempo. Do ponto de vista das finanças públicas, caracteriza três períodos: o primeiro na década de 80, quando atravessamos um período de leniência fiscal que levou à hiperinflação; o segundo, que define um equilíbrio fiscal sustentável e intertemporal que é a base da Lei de Responsabilidade Fiscal (2001), e um terceiro, mais recente, com a aprovação do teto do gasto público num modelo de rigidez fiscal constituída. Destaca que em poucos países do mundo se tem instituído uma rigidez fiscal tão extensa e tão profunda como foi estabelecido pela PEC do teto do gasto público em 2016.

Cita que essa leniência fiscal é exposta em matérias na década de 90, com a monumental existência de obras inacabadas em todo país, que geravam bilhões de reais de prejuízo.

Relembra que o ex-ministro Mailson da Nóbrega, em um artigo, mencionou que a Lei de Responsabilidade Fiscal se constituiu em uma revolução nas finanças públicas. Na sua opinião esse de fato foi talvez o último grande debate público brasileiro de envergadura sobre o tema, inclusive superando a discussão sobre a emenda do teto dos gastos públicos. Destaca que na época, a questão fiscal era muito pouco debatida e as discussões no âmbito do Congresso Nacional e na mídia sobre a LRF foram extremamente controvertidos e duraram mais de um ano. Já na emenda do teto do gasto público, o debate de finanças públicas já não representava tanta novidade, o que gerou menor controvérsia. Cita que na LRF, a ideia do equilíbrio fiscal intertemporal está baseada nas metas fiscais, no superávit primário e mesmo no resultado nominal, embora reconheça que alguns problemas existam porque outras normas não foram cumpridas em toda sua extensão.

Já com a emenda do teto do gasto público temos uma projeção de redução da despesa do estado em relação ao PIB da ordem de 4%. Então, cita que mais do que

* Ministro-Substituto do TCU.

controlar uma situação de déficit fiscal, o que a emenda propõe é uma mudança radical sobre a participação do estado. Assim, enfatiza que estamos atravessando um processo de profunda transformação e que isso começará a ser mais percebido nos próximos anos. Destaca que estamos num período de acomodação em que há enormes desafios pela frente com a emenda do teto dos gastos públicos que geram mudanças expressivas nas instituições orçamentárias e de finanças públicas, que no fundo se expressam nesse debate que foi apresentado no Fórum pelos governadores sob a ótica da previdência e dos problemas em infraestrutura. Essa é uma discussão no contexto geral das finanças públicas que deveria se refletir anualmente na tramitação do orçamento público.

Destaca que a primeira consequência da emenda do teto dos gastos públicos é a realidade orçamentária. Dessa forma, foi eliminada a possibilidade de fazermos orçamento baseado em superestimativas de receita que camuflavam diversos conflitos e levavam a decisões perdulárias mais à frente. Isso vai envolver inclusive debates mais profundos com os demais poderes, como o Legislativo e Judiciário. Nesse contexto, temos que debater como acomodar direitos sociais e o financiamento da previdência, dentro de uma realidade em que esses direitos não podem mais ser expandidos ou mesmos mantidos nas proporções de antes. Portanto, cita que esse é um desafio político que tende a ser imenso, que se expressa nas diversas críticas que a emenda do teto recebeu.

Menciona que esse é um processo que tem como efeito que de agora em diante para alguém ganhar, outros terão que perder. Assim, se um setor receber mais investimentos e recursos, uma outra área do governo terá que auferir menos. Trata-se de um processo de redistribuição dentro da área governamental, o que gera uma grande demanda por mais eficiência no âmbito da administração pública, como foi mencionado pelo governador Pezão. Além disso, o setor público irá necessitar de uma profunda capacidade de liderança e é preciso compreender que temos que fazer de forma diferente o que tem sido realizado até o momento. Assim, é necessário uma nova forma de gerir o estado em função das limitações nos gastos públicos e dessa nova realidade fiscal, o que irá determinar uma revolução na administração pública.



Ao refletir sobre três momentos: leniência, equilíbrio fiscal e rigidez fiscal constitucional, questiona: – o que virá posteriormente? Se a emenda do teto dos gastos vier a ser extinta voltamos para onde? Iremos para a leniência fiscal do passado ou retomamos para o equilíbrio fiscal sustentável? Na hipótese de permanecermos com o teto do gasto público há mais a ser feito priorizando a reforma da previdência e o processo orçamentário.

Além disso, menciona que é importante retomar a Lei de Responsabilidade Fiscal, que pode ser uma alavanca com a emenda do teto constitucional. Cita que há muito a ser realizado em termos de resultado primário, dado que não existe uma legislação definindo precisamente o conceito, o que permite atualmente que essa medida seja reavaliada, sendo redefinida a cada ano de acordo com as necessidades políticas ou das finanças. O limite para o endividamento ainda não foi estabelecido e as despesas com pessoal padecem de alguns ajustes de interpretação que visam facilitar o enquadramento. Destaca que essa flexibilidade teve reflexos na previdência porque os aumentos que são dados aos servidores ativos se transformam em gastos com inativos no futuro.

No caso da renúncia de receita, a LRF foi projetada para dificultar os chamados gastos tributários, e em muitos casos, essas dificuldades foram superadas por interpretações, o que expandiu enormemente a renúncia de receita. Outro tópico importante refere-se ao controle das despesas obrigatórias. A LRF exigiu muito para se elevar as despesas obrigatórias. No entanto, as normas relativas ao controle do crescimento dessas despesas e também da previdência simplesmente não foram postas em prática até hoje e devem vir a ser efetivamente colocadas no futuro. Cita que em muitos casos, a LRF efetivamente somente teve eficácia quando judicializada, como no caso do Distrito Federal, em saber se a Câmara Distrital admitia um limite de percentual de 3% ou 6% da receita corrente líquida para a despesa pessoal, dado que o Distrito Federal tem as características de município e de estado (se fosse considerado estado o limite seria de 3%, se fosse visto como município o limite seria de 6%). O tema foi judicializado, a partir de uma motivação da Secretaria do Tesouro Nacional e então se fixou que o limite seria de 3% da receita corrente líquida.

Em outros casos, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi utilizada politicamente e assumia uma interpretação paradoxal. Muitas vezes se brandia a Lei de Responsabilidade Fiscal como um impedimento para quem estava no poder. De repente, quando muda se a posição se procura formas de não se cumprir a LRF. Cita o caso do PSDB que propunha um aumento no Bolsa Família, enquanto o presidente Lula exigia a fonte de financiamento dessa expansão. Menciona que existe um instrumento na

LRF chamado margem de expansão que deveria ser utilizado para controlar o crescimento da despesa obrigatória, tais como a despesa com pessoal e da previdência, que nunca foi colocada em prática. Portanto, conclui que não foi por falta de lei que chegamos a esse problema fiscal, mas devido a um problema institucional de todos os Poderes em aplicar uma lei que é impopular e demanda regras rigorosas para gastos públicos, mas que foi deixada de lado por questões políticas. Assim, alcançamos uma outra situação de impor maior rigor à despesa pública por meio da emenda do teto do gasto público.

Afirma que as várias discussões que foram discutidas no Fórum estão em torno do processo orçamentário. Cita uma entrevista do economista Pêrsio Arida que afirmou: “Orçamento é a maior discussão que uma sociedade tem que ter”. Isso porque não se trata apenas de uma discussão contábil, mas envolve o tema do financiamento da previdência e dos investimentos. Cita que o processo orçamentário no Brasil é pouco transparente, com baixa participação e que o cidadão comum não tem muito conhecimento desse debate. Considera que as emendas parlamentares são emendas paroquiais e que não há muita discussão sobre as políticas públicas. As comissões temáticas do Congresso Nacional pouco debatem o projeto de lei orçamentária, que está mais centrada na Comissão Mista de Orçamento. Os grandes números, impasses, onde vamos investir mais ou menos também não aparecem com clareza dentro do processo orçamentário.

Critica a natureza autorizativa do orçamento público. Então, considera um equívoco se ter uma Constituição que empoderou o Legislativo e balanceou esse equilíbrio de poderes e depois se ter uma peça orçamentária, que não é executada simplesmente por desígnios políticos. Afirma que não há dentro do sistema orçamentário uma clareza sobre o médio prazo que são importantes para os temas da previdência e do investimento. Assim, o orçamento sempre é visto como uma peça para o ano seguinte.

Destaca ainda a pulverização de ações que dificulta o alinhamento do desenvolvimento com um planejamento que se expresse no Orçamento. Considera que há uma excessiva vinculação das receitas sem uma avaliação dos resultados. Por exemplo, há o problema das obras inacabadas e do conseqüente desperdício bilionário que também é uma discussão que se dá em torno do orçamento. Citou o caso do TRT de São Paulo, em que o Congresso já tinha aportado quase todo o orçamento previsto e a obra estava pela metade. Então, se questionou como o Congresso Nacional continuou aportando recursos e essas obras não aconteciam. Então, se passaram 25 anos desse episódio e ainda continuamos com essa mesma realidade

de conviver com obras inacabadas. São mais de R\$ 130 bilhões para finalizar o que se precisa e há projetos na prateleira de R\$ 627 bilhões, que se não forem bem gerenciados serão fonte de desperdícios, o que é inaceitável, sobretudo no momento em que o País atravessa.

Cita dois trabalhos: um realizado pelo TCU e um outro do Ministério do Planejamento que apontam o mesmo diagnóstico: ausência de um projeto adequado, falta de fluxo financeiro e problemas técnicos de modo geral que levaram à paralisação das obras e o desperdício de bilhões de reais.

Em seguida apresenta propostas para solucionar esse problema: rigorosos estudos de viabilidade técnica e econômica para se descartarem obras que não contribuem para o desenvolvimento do país; obrigatoriedade de projeto executivo antes do início da obra e a garantia de disponibilidade de recursos financeiros. Afirma que essas propostas foram feitas por uma grande construtora que se envolveu na Lava Jato e que num acordo de leniência teve que publicar um pedido de desculpas. É a solução apontada pelo setor privado para evitar a paralisação das obras. Então, conclui que cabe ao setor público garantir a disponibilidade de recursos financeiros, iniciar projetos prontos e evitar o início de obras que não vão contribuir para o desenvolvimento. Afirma que já existe um artigo na Lei de Responsabilidade Fiscal que prevê que projetos novos somente deverão ser implementados se estiverem com essas condições atendidas. Lamenta que esse dispositivo nunca foi colocado em prática para efetivamente evitar obras inacabadas.

Finaliza citando que temos um sistema baseado em três marcos: o PPA, a LDO e a Lei orçamentária. Afirma que a LDO é uma lei *sui generis* e genuinamente brasileira, que não existe em nenhum outro País, embora tenha alguma semelhança com o modelo americano e francês. O constituinte de 1988 criou a LDO na perspectiva de ela ser o repositório da discussão das grandes prioridades nacionais. Então, teríamos um debate em dois níveis: um nível global com o problema das finanças públicas, as prioridades e os grandes investimentos. Posteriormente, um nível mais detalhado na lei orçamentária anual. O resultado é que até hoje a LDO não cumpriu essa função, se envolvendo apenas no micro gerenciamento financeiro e dessa forma tem sido conduzida pelos próprios parlamentares. Então, esse é um instrumento pensado na Constituição com a finalidade de se discutirem os grandes temas das finanças públicas que se perdeu.

Para corrigir essa distorção aponta como uma das soluções uma proposta de emenda da Constituição em 2009 apresentada pelo senador Garibaldi Alves, que recebeu sua contribuição técnica. A ideia da PEC é adotar um novo modelo

orçamentário em que houvesse a fusão do PPA com a LDO, sendo então o momento adequado para realizar os grandes debates. Dessa forma, poderíamos pensar em definir limites globais nesse marco legal - antes da lei orçamentária - além de estabelecer créditos plurianuais para os investimentos, de modo a garantir recursos para evitar a paralisação de importantes e grandes empreendimentos para o País. Dessa forma, teríamos uma remodelação do processo de apreciação orçamentária no Congresso Nacional. Ou seja, parte dos problemas que estamos vivenciando na área de infraestrutura e da previdência é resultante das disfunções nas instituições orçamentárias e no inadequado cumprimento da legislação já existente como a Lei de Responsabilidade Fiscal.



CÉSAR BORGES*

César Borges iniciou ressaltando que o diagnóstico que aponta o desequilíbrio na previdência traz como consequência a falta de recursos fiscais para investir em infraestrutura. Uma saída que o país adotou na última década do século passado para o setor, ou seja, na década de 90, foi procurar uma parceria com o setor privado. Então, no governo Fernando Henrique começaram as primeiras concessões, inclusive em alguns estados brasileiros, como foi o caso do Paraná, num modelo até original. O governo federal fazia uma cessão (espécie de delegação) das suas estradas federais para que, fazendo a junção com as estradas estaduais, em alguns polos, uma estrada pudesse ajudar a viabilizar outra porque uma rodovia seria coletora e a outra artéria. Assim, desse modo foi implantada a concessão. Destaca que lamentavelmente não havia uma convicção da população de que pagar pedágio era algo a ser feito e muitos políticos de certa forma usaram essa ideia de forma populista o imposto único que existia e não era investido. Assim, até hoje o conceito de pedágio tem esse viés contrário, e assim estradas ficavam em péssimas condições porque o governo não conseguia realizar novos investimentos. Lembra que em outros setores a resistência é menor, como no caso da energia (em que a tarifa cresce acima da inflação) e da telefonia. Afirma que no setor rodoviário os investimentos do setor privado têm diminuído muito nos últimos tempos, assim como o público, por falta de ação do governo.

A despeito disso, menciona que no setor de rodovias as concessões conseguiram avançar. Entretanto, isso ficou muito circunscrito ao sudeste e sul do país, principalmente no estado de São Paulo. Cita que da malha rodoviária federal que alcança 65 mil km, apenas 9 mil Km foram concessionados. Ao considerar a malha pavimentada do país inteiro, que atinge 210 mil km, temos somente 20,7 mil Km concessionados, abrangendo estados e o governo federal. Cita que as concessões no Brasil ocorreram sob forma de ondas ao longo de um período de 20 anos, havendo períodos de uma defasagem e um hiato, entre uma e outra leva de novas concessões. Na primeira onda, no final dos anos 90, as concessões se concentraram em São Paulo e no Paraná. Entre 2007 a 2009, uma nova leva de concessões concentraram-se no governo federal e em São Paulo. Finalmente, uma terceira onda que iniciou em 2013 e 2014, com um intervalo entre 2015 e 2016, tiveram como objeto concessões no

* Ex-governador da Bahia e atual presidente da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias (ABCR).

âmbito do governo federal, alcançando os grandes corredores de exportação para diminuir os custos das vendas externas dos produtos brasileiros.

Destaca que ao longo dessas duas décadas, o setor privado investiu R\$ 178 bilhões em rodovias no Brasil. Avalia que se não fosse por esse investimento o nível de serviços estaria totalmente degradado e o número de acidentes e mortes de brasileiros nas nossas estradas teria aumentado muito. Portanto, esses gastos que deixaram de ser encargo dos governos federal e estaduais deveriam ter sido redirecionados para saúde, educação e segurança pública, ou lamentavelmente, como está sendo exposto no Fórum estão sendo direcionados para pagar previdência.

Cita que o Brasil está ficando muito para trás em relação aos países congêneres (em termos territoriais) com relação à nossa infraestrutura. O hiato que existe hoje entre uma economia que é a 10ª maior economia do mundo e a nossa infraestrutura está se aprofundando. Avalia que não estamos evoluindo bem em termos de infraestrutura, principalmente a de logística de transporte, que abrange ferrovias, rodovias, portos e aeroportos. Em termos de rodovias, que é o principal modal do Brasil – e vejam como foi danosa ao país a recente greve dos caminhoneiros, disse ele – a posição nacional em relação aos países congêneres com a mesma extensão é realmente muito sofrível e não estamos vendo a curto prazo como sair dessa situação, porque se por um lado não há recurso fiscal para investir, por outro, o setor privado não vai se interessar por qualquer estrada. Por exemplo, a iniciativa privada não vai investir numa estrada *greenfield*, que não existe e que será implantada do zero. Ele terá interesse num projeto *brownfield*, com o objetivo de melhorar o nível de serviço. Por outro lado, aponta que há estradas com baixa

demanda que só poderão ser encaminhadas pelo setor público. Então, avalia que se o setor público não tiver margem fiscal para investir porque está pagando só previdência, então resolver o problema previdenciário é fundamental para viabilizar investimentos públicos. Além disso, se o governo for competente e capaz de atrair o setor privado para investir, então isso alivia a situação do setor público para aplicar em áreas mais essenciais como saúde, educação, segurança pública.

Alerta que o país está deixando de investir em infraestrutura porque a cada ano há menos recursos orçamentários e o governo não tem ainda a capacidade e



a dinâmica de trazer recursos internacionais. O País tem legislações complicadas, excesso de direitos trabalhistas e órgãos de controle que hoje influenciam tudo, inclusive tentando ditar políticas públicas muitas vezes divergentes do governo. Ou seja, os Poderes não têm se unido e conversado entre si, seja o Legislativo com o Judiciário e o Executivo. Menciona que quando se refere ao Legislativo inclui os órgãos de controle que são auxiliares desse Poder.

Então, lamenta que o investimento em infraestrutura no Brasil em 2018 deve ser 1,5% do PIB, quando deveríamos investir 4 a 5% do PIB. Cita que o investimento em transporte terrestre está em 0,5% do PIB e que praticamente não investimos em ferrovias que estão se deteriorando. Lembra que os aeroportos melhoraram recentemente, porque houve um aumento da participação do setor privado nesse segmento. Observa que o investimento na nossa malha viária é um valor que não dá sequer para repor o chamado estoque de infraestrutura. Assim, o nível de serviço das nossas estradas está se reduzindo significativamente. Temos que 50% de nossas estradas situam-se nas três últimas categorias: D, E e F dentro de um sistema de classificação que vai de A até F.

Aponta que a saída é procurar uma parceria com o setor privado. Temos um *pipeline* de projetos para serem colocados em licitação. Aponta que mais recentemente os estados brasileiros estão conseguindo avançar razoavelmente nessa agenda. O governador Fernando Pimentel fez recentemente uma concessão da BR-135 com sucesso, com outorga de R\$ 2 bilhões e 400 milhões. São Paulo já fez três concessões e deve fazer mais uma ou duas brevemente. O estado de Mato Grosso também está fazendo concessões e a Bahia que já tem três concessões fez mais uma recentemente.

Cita que há um *pipeline* de projetos que estão avançados pelo governo federal ou pelos estados que, somados alcançam 3.700 km de rodovias. Afirma que para esses projetos se concretizarem é preciso o auxílio de todos envolvidos. Menciona que os agentes públicos, seja ministro ou diretor de uma agência, têm o receio de tomar uma decisão porque estão sujeitos a uma penalização a posteriori do Tribunal de Contas da União ou do Ministério Público Federal. Isso prejudica muito a confiança no país e assim podemos perder uma grande oportunidade porque os capitais estão ansiosos de investir no Brasil ou em qualquer estado que esteja bem administrado.

Em seguida passa a enumerar alguns problemas que impedem que oportunidades se traduzam em investimentos. Primeiro, cita a ausência de um planejamento integrado e de uma visão de longo prazo. Em termos de financiamento o País se ressentente de maior número de fontes e formas de financiamento. Cita que o BNDES

era uma das fontes principais, mas se retraiu muito no atual governo, que utilizou esse banco para devolver recursos que tiveram origem no Tesouro Nacional. Assim, a carteira do BNDES é menos do que 50% do que foi no passado. Cita que há problemas nas licitações, na regulação e na operação por conta dos órgãos ambientais que atrasam em muito a licença ambiental e também há demora das desapropriações. Menciona que somente é possível lançar um edital de concessão passando pelo TCU, que faz uma análise bem acurada e recomenda refazer o edital. Posteriormente, há uma reanálise para somente depois ir para o leilão. Portanto, todos esses processos decisórios representam um verdadeiro calvário que geram muita demora e insegurança jurídica.

Na sequência aponta algumas recomendações para contornar os problemas anteriormente mencionados. Acha fundamental redefinir o processo decisório que deve ser baseado no planejamento de longo prazo. Afirma que é preciso conjugar a disponibilidade de recursos com a existência de bons projetos em prateleira e um planejamento de longo prazo. Então aponta que os estados brasileiros estão avançando mais do que a União com relação a bons projetos para serem concessionados e estão merecendo uma maior confiança durante o processo de implantação e vigência da concessão.

Cita que é preciso aprimorar o modelo de concessão e que não basta lançar o edital sem antes ele ter passado por um projeto básico que tenha realmente amadurecido. É preciso ter a obtenção prévia das licenças ambientais, caso contrário a população não irá entender porque se estará pagando pedágio e não tem os serviços adequados porque o órgão ambiental não concedeu a licença ambiental. Defende que os orçamentos dos investimentos (CAPEX) têm que ser bem claros e definidos, assim como os custos operacionais e de manutenção (OPEX). Acha importante considerar, de fato, as contribuições dos interessados no projeto durante as consultas públicas, qualificar técnica e financeiramente os licitantes e adotar critério de fixação e outorga como definição para aquele que vencer a licitação. Quanto a esse último ponto comenta que alguns governos privilegiaram o modelo de modicidade tarifária, no qual o vencedor é aquele que oferecer o menor preço de pedágio. Considera que essa não é uma boa prática porque se força o licitante a baixar muito o pedágio e depois se criam dificuldades na execução do contrato. Avalia ser muito melhor que o estado possa fixar uma tarifa que seja viável ao projeto e solicitar uma outorga, ou seja, um valor para aquele bem que é objeto da concessão. Cita que esse modelo tem tido sucesso em São Paulo, que tem 7 mil km concessionados e que apresenta um índice de estradas duplicadas por extensão territorial melhor do que a Califórnia

e a França. Já esse mesmo índice considerando o Brasil como um todo é de apenas 1/6 do observado na China.

Além disso, se pergunta o que é necessário para atrair mais investimento? Acha fundamental criar maior confiança no país e nos marcos regulatórios e prestigiar, respeitar e fortalecer as agências reguladoras. Cita que atualmente o TCU passou a ser uma agência reguladora de segunda instância, ou seja, a agência reguladora toma uma posição e o TCU em geral revisa. Critica esse modelo porque traz muita insegurança jurídica. Por exemplo, quando se realiza um reequilíbrio econômico de um contrato por determinada situação e este é implantado, logo em seguida o TCU se pronuncia e determina que será de outro modo. E assim observa que a posição do investidor internacional que passa por essa situação é de total insegurança jurídica porque a agência reguladora concedeu um determinado reequilíbrio, mas o TCU refez o reequilíbrio.

Finaliza afirmando que o caminho está na parceria, sendo fundamental ampliar a infraestrutura do país, caso contrário teremos um gargalo imenso para o desenvolvimento e a retomada do crescimento econômico. Acentua que não há desenvolvimento sem infraestrutura. Esse é um diagnóstico compartilhado por amplos setores, mas que ninguém se posiciona para trabalhar em conjunto. Então defende uma parceria: governo federal, governos estaduais (que estão vivendo uma crise fiscal), os órgãos de controle e o Ministério Público Federal. Alerta que enquanto não houver essa sensibilidade e cada um se mantier encastelado na sua corporação (achando-se dono da verdade) e não sentar para discutir numa mesa de negociações da forma mais democrática possível não vamos avançar para melhorar a infraestrutura e quem vai arcar com o ônus é a economia do país. Então vamos caminhar para um caos e para um gargalo. Aponta que há potencialidades e investidores interessados, mas temos que ser competentes e ter espírito público e vislumbrar a nação como um todo e não ter a visão da corporação como sendo a mais importante. Dessa forma, teremos a possibilidade de tirar o país de um colapso na nossa infraestrutura, o que será fundamental para a retomada do crescimento econômico, após essa grande crise econômica que vivenciamos.



BERNARDO FIGUEIREDO*

Inicia sua apresentação agradecendo o convite do Fórum e alertando que é preciso ter consciência da gravidade do déficit em infraestrutura do Brasil. Cita o movimento dos caminhoneiros que paralisou o país e mostrou a dependência que temos do modal rodoviário e das suas disfuncionalidades. Por exemplo, o caminhoneiro típico no Brasil dirige 15 horas por dia com excesso de peso em um veículo que tem em média 18 anos de idade. Esse é o modelo que movimenta a nossa economia. Considera que esse tipo de operação não é mais sustentável e por isso precisamos investir em infraestrutura adequada para o País. Cita que a Fundação Dom Cabral está realizando um trabalho em bases técnicas, absolutamente *up to date* no que deve ser feito e constata a necessidade de um elevado volume de recursos necessários. Alerta que a iniciativa privada não irá realizar sozinha todo esse esforço porque no restante do mundo não ocorre desse modo. Considera que a iniciativa privada é muito eficiente em ser uma fonte complementar ao governo na sustentação do investimento. Por exemplo, quando se realiza uma concessão numa rodovia se garante que ela será mantida em um bom nível durante determinado período. Menciona que quando São Paulo cobrou outorga é porque o estado anteriormente havia feito a duplicação da rodovia. Assim, aponta que o estado tem que ser um parceiro, realizando e eventualmente antecipando investimento para viabilizar que a iniciativa privada atue de forma complementar. Então, defende a abertura de um espaço fiscal para aplicação em projetos selecionados, a exemplo do que ocorreu no governo Lula com a tutela do FMI. Ressalta que essa experiência promoveu um importante avanço na infraestrutura nesse período porque se tinha um volume de recursos assegurados para iniciar e finalizar as obras.

Avalia que o maior problema que o País enfrentou foi com a baixa eficiência para executar as obras e que não adianta atribuir a culpa ao TCU. Assim é preciso reconhecer que no Brasil realizamos a preparação das ações de forma muito mal feita com projetos de baixa qualidade com estudos de demanda e análises econômico-financeiras precárias. Então, avalia que se iniciarmos uma obra sem saber qual é o custo real daquele empreendimento com certeza isso irá gerar um problema mais adiante. Portanto, compreende que o problema não se resume apenas a ter capacidade financeira ou o investimento, que é uma etapa importante, mas acredita que preparar bem as ações é fundamental. Nesse sentido, é preciso ter a consciência de que o estado não tem mais a possibilidade de fazer tudo. Por exemplo, se o estado

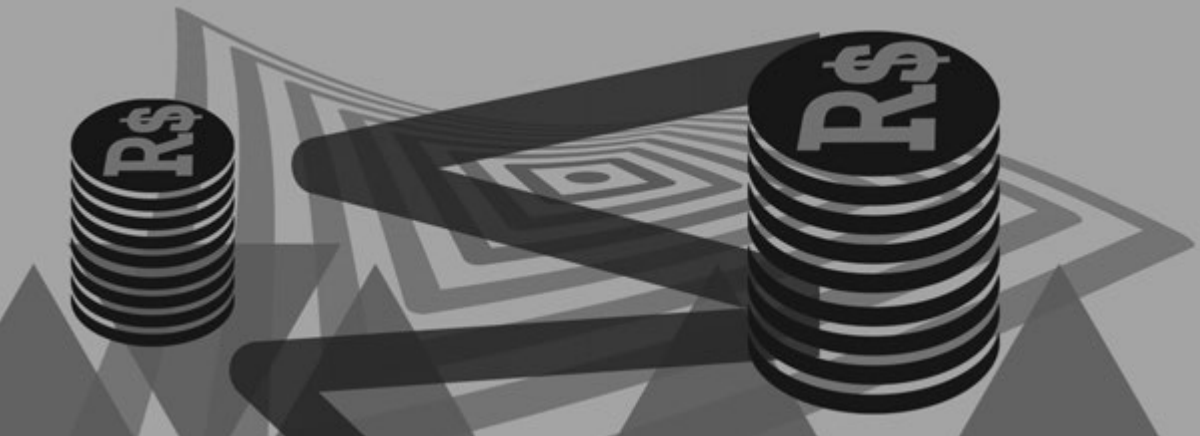
* Economista e consultor. Ex-presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

constrói uma rodovia, as etapas seguintes são de cuidar da obra, supervisionar, contratar manutenção, capina, colocar placas, dentre outros. Isso porque o estado não tem aparato de gestão e tem sérias dificuldades fiscais. Então, quando se passa um empreendimento para a iniciativa privada, o aparato do estado é de fiscalizar se o contrato e as obrigações estão sendo cumpridas. Nesse caso, avalia que a concessão é o caminho mais sustentável para realizar os empreendimentos. Portanto, se houver uma boa preparação e dinheiro para alavancar o investimento privado, as chances para obtenção de bom resultado são elevadas. Aponta que temos várias experiências no país que comprovam o sucesso das concessões.

Em seguida destaca a importância de usar os ativos de que o setor público dispõe para gerar um espaço fiscal para os investimentos em infraestrutura. Por exemplo, enfatiza que temos um grande ativo ferroviário que são os contratos de concessão que estão vencendo. Então, defende que é preciso maximizar o valor dos ativos que serão gerados e revertê-los para as rodovias. Aponta que não devemos utilizar os recursos da outorga para serem aplicados em favor do Tesouro Nacional porque isso se traduzia numa visão de que a infraestrutura não é necessária. De forma análoga, é preciso gerar valor para os ativos imobiliários ligados às ferrovias que estão abandonados. Cita que temos grandes imóveis ferroviários que não são mais operacionais e que estão se deteriorando nos centros urbanos e que precisam ser revitalizados. Menciona como um bom exemplo o caso do Porto Maravilha no Rio de Janeiro que foi revitalizado e está gerando desenvolvimento a partir de uma área absolutamente degradada.

Finaliza afirmando que é preciso ter consciência da urgência que temos de ampliar a infraestrutura no país. Defende que é preciso abrir um espaço fiscal para que aliado ao processo de parceria com a iniciativa privada alavancar um significativo investimento em infraestrutura. Além disso, para se ter sustentabilidade e eficiência no setor é preciso preparar bem os projetos, ter bons contratos e realizar boas parcerias com a iniciativa privada.





PAINEL 2

RAUL VELLOSO

Raul Velloso introduziu o segundo painel sobre os problemas macroeconômicos de curto prazo, inclusive com os dados mais recentes sobre a conjuntura macroeconômica na apresentação do Fernando Velloso. Posteriormente, o ex-ministro Mailson da Nóbrega traria sua visão sobre o momento político e econômico do Brasil, finalmente entrando em cena os candidatos a vice-presidente pelos partidos Novo, o Sr. Christian Lohbauer, e pelo Podemos/PSC, Sr. Paulo Rabelo de Castro, que vão apresentar os seus posicionamentos.

Raul Velloso destacou em seguida que o ponto central nas discussões do Fórum é o problema da previdência pública, que é grave há bastante tempo, mas que piorou bastante e apareceu com maior clareza diante da maior recessão da história do país que estamos vivendo desde 2015. Aponta que se não tivesse havido essa recessão tão aguda esse problema talvez ainda estivesse encoberto, porque os dados não estão prontamente disponíveis e o público em geral não conhece de forma clara esse assunto. O fato é que há uma percepção crescente de como o problema da previdência pública é grave e de expressiva magnitude.

Menciona que tem concentrado sua análise na previdência pública dos estados tanto pela sua gravidade como pelo tamanho, tendo como principais exemplos estudados os casos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, cujos os governadores compareceram no primeiro painel da presente edição do Fórum.

Em seguida compara a evolução no mesmo período (2006-2017) do gasto da previdência estadual em termos reais com o PIB real e há descolamento entre essas

duas variáveis a partir de 2010, com ampliação do crescimento do gasto previdenciário. Essa variável apresentou uma taxa média de crescimento real de 6,2% ao ano contra 1,9% ao ano do PIB real, o que obviamente é uma situação insustentável a continuar esse diapasão. Ao ilustrar o caso do Rio de Janeiro, as projeções mostradas por Raul Velloso são de que o crescimento da despesa previdenciária irá ser forte e contínuo pelos próximos 20 a 25 anos, o que significa que é um problema estrutural e que realmente precisa ser atacado. Quanto ao desempenho do PIB espera que o próximo presidente seja capaz de conduzir o País para uma retomada mais forte.

Mostra que a outra face da moeda do problema previdenciário é a forte queda do investimento público e corrobora sua explicação por meio da evolução do investimento público total na década de 70 até 2017, segundo dados compilados pela IFI e o pesquisador Manoel Pires do IBRE. Nesse período, a taxa de investimento público caiu de 10,6% do PIB em meados da década de 70 para 1,8% do PIB em 2017, o que considera uma queda extraordinariamente significativa. Então avalia que se a infraestrutura brasileira realmente está em condições crescentemente precárias, boa parte da explicação está no comportamento do investimento público, que é uma peça importante na evolução dos investimentos de qualquer país. Cita que essa análise conduz à infraestrutura porque a maior parte do investimento público se destina a esse setor.

Então, aponta que no Brasil há uma história de explosão do gasto previdenciário público (desconsiderando o gasto com o regime geral do INSS, que foge do escopo do seu trabalho) e uma derrocada do investimento público, que são questões que estão muito relacionadas. Mostra que o déficit dos regimes próprios da União e dos Estados alcançou R\$ 172 bilhões em 2017, sendo metade para União e a outra metade de origem nos estados. Esse valor é superior ao déficit do INSS que no ano passado teria sido de R\$ 94 bilhões, se fosse realizado um ajuste nas receitas das contribuições que excluísse os efeitos da maior recessão de nossa história, que são altamente dependentes do nível de emprego. Grosso modo, se conseguirmos equacionar o déficit dos regimes próprios de previdência dos servidores públicos se abrirá um espaço fiscal para investir em infraestrutura no montante de R\$ 172 bilhões a preços de 2017. Acredita que esse seja um objetivo fundamental e importante a ser perseguido, pois em várias circunstâncias não dá para substituir o investimento público pelo privado, e em muitos casos são complementares. Ou seja, acredita que não há como escapar de recuperar o investimento público em uma certa medida, caso se deseje que o Brasil volte a crescer, então essa é uma mensagem central.

Em seguida relata que não adianta apenas levantar o problema, mas é preciso oferecer uma solução para equacionar a previdência pública. O modelo proposto pelo economista não apresenta nenhuma novidade e já foi feito com as grandes estatais federais por meio da criação dos fundos de pensão, a exemplo da PREVI, PETROS e FUNCEF.

Menciona, ainda, que, com a Constituição de 1988, foram extintos os chamados “impostos únicos”, que eram fontes cativas da área de infraestrutura, notando que as respectivas bases de incidência foram transferidas para o âmbito estadual e municipal e passaram a constituir base adicional do ICMS, ou seja, houve uma transferência de tributos no âmbito federal que eram vinculados à infraestrutura para as esferas estadual e municipal onde não tiveram esse tipo de vinculação.

Assim, com a reorganização desse arranjo nos entes subnacionais, Raul Velloso acredita que houve pura e simplesmente uma troca de investimento por gasto com pessoal, que posteriormente se transformou também em gasto com previdência, no momento que os servidores se aposentavam. Em contexto similar, cita que, por outra mudança – a introdução do Regime Jurídico Único dos Servidores –, cerca de 300 mil servidores que eram celetistas na União passaram para o regime estatutário e ganharam o direito a todas as regalias dos funcionários públicos concursados e com isso passaram a também ter direito à aposentadoria integral sem nunca ter contribuído para esse fim, o que considera um “grande trem da alegria” que houve no passado. Portanto, analisa que parte da perda dos recursos da infraestrutura foi transferida sob a forma de um bônus que beneficiou servidores públicos e solicitou ao Ministro Máilon da Nóbrega para recuperasse a memória do acordo que viabilizou essa mudança.

Raul Velloso afirma que está trabalhando numa solução que equacione esse déficit previdenciário de R\$ 172 bilhões, que seja resolvido à parte do orçamento por meio de fundo de pensão e que os recursos liberados possam ser vinculados à infraestrutura. Caso contrário, o citado equacionamento poderia viabilizar uma nova rodada de aumento do gasto com pessoal, o que continuaria frustrando em grande medida o desejo de o país voltar a crescer impulsionado pelos investimentos em infraestrutura.

O economista levanta a seguinte questão: É possível zerar o passivo atuarial de um estado qualquer? Relata que está colaborando juntamente com o Leonardo Rolim em três estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Piauí) com o objetivo de implementar um novo regime previdenciário e equacionar o passivo atuarial. Exemplifica com o caso do estado do Rio de Janeiro, onde as projeções das despesas previdenciárias

indicam um crescimento nos próximos 25 anos com déficits crescentes. As simulações são de longo prazo e vão até 2091. Em seguida aponta a simulação do equacionamento do passivo atuarial dado pelo somatório das diferenças entre receitas e despesas pós-reformas. O valor presente desse somatório é nulo o que indica a possibilidade de zerar o passivo atual e de se pensar na utilização dos recursos que seriam liberados nesse processo para incrementar os combatidos investimentos em infraestrutura.

Menciona que o caos fiscal surgiu com toda força em função da recessão recorde, tendo essa exposto de forma dramática a crise previdenciária nos estados, que, diferentemente da União, não têm a possibilidade de emitir moeda para financiar o desequilíbrio fiscal. Para ilustrar isso, irá mostrar o caso de Minas Gerais utilizando o conceito de resultado fiscal orçamentário com valores de gastos “empenhados” (ou autorizados) inseridos nos balanços. Esse conceito é diferente do que é calculado pelo Banco Central que adota o conceito de caixa, que é obviamente inadequado em fases como a atual, porque na prática os governadores vão atrasando pagamentos e acumulando restos a pagar” até o último ano do mandato como forma de fechar as contas. Ocorre que essa forma de administrar e deixar restos a pagar para o mandato seguinte podem levar a punições graves, como até a prisão, por violar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso tudo fica camuflado em resultados apurados pelo conceito de caixa.

É de se notar que os superávits orçamentários em Minas Gerais começam a virar déficits nos últimos dois anos do governo Anastasia (2013/2014). Em 2015, quando o Governador Fernando Pimentel assumiu, o déficit registrado foi em torno de R\$ 9 bilhões e só não alcançou quase R\$ 14 bilhões porque foi obtida uma receita extraordinária de depósitos judiciais. Então, atualmente essa é uma prática comum dos governadores: a de perseguirem a obtenção de receitas extraordinárias. Já em 2016, o déficit previsto era da ordem de R\$ 9 bilhões e situou-se em R\$ 4 bilhões porque foi realizado um acordo da dívida com a União. Em 2017 esse mesmo acordo permitiu um alívio de praticamente R\$ 2 bilhões. Então, considera a situação de Minas Gerais dramática porque ao não aderir ao regime de recuperação fiscal, há uma previsão de R\$ 31 bilhões de acúmulo de restos a pagar sem caixa para ser passado para o mandato seguinte. Considera essa situação não resolvida, mesmo porque se parte dos restos a pagar for cancelada, ainda irá sobrar uma parte significativa dessa conta que precisa ser resolvida até o fim do ano. Então conclui que esse é o tamanho do problema resultante da combinação de recessão com o problema previdenciário. Menciona que no ano passado o déficit previdenciário de Minas Gerais foi de R\$ 16 bilhões com um déficit total de R\$ 10 bilhões, o que representa um superávit

nas contas exclusive previdência da ordem de R\$ 6 bilhões. Portanto, caso o estado não tivesse que arcar com o déficit previdenciário ele estaria numa situação confortável. Por outro lado, os dados apontam que mesmo que se o governador pudesse cortar grande parte das despesas, essa redução drástica seria insuficiente para sanar o problema. Finaliza apontando que não se pode atribuir esse histórico de déficits exclusivamente à perda de receitas oriunda da recessão ou somente ao problema previdenciário, em todos os estados. Mas acredita que se pode explicar essa trajetória pela conjugação desses dois fatores que estão desarrumando a situação financeira da maioria dos estados brasileiros, e por isso é necessário adotar uma solução estrutural que passa pelo equacionamento do passivo atuarial.



FERNANDO VELOSO*

Fernando Veloso centrou sua apresentação sobre o comportamento de curto prazo das variáveis macroeconômicas no Brasil, em especial do investimento privado e da situação fiscal federal, que poderá ser caótica se uma série de providências não forem adotadas. Para tanto, irá basear sua análise no boletim macro do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)-FGV/RJ e no Relatório de Acompanhamento Fiscal da Instituição Fiscal Independente do Senado. Ao final também abordará o tema da produtividade.

Menciona que Raul Velloso falou bastante sobre investimento público, mas também considera dramática a queda do investimento privado. Aponta que a taxa de investimento da economia (privada e pública) desabou passando de 20,9% do PIB no primeiro trimestre de 2014 para cerca de 15,3% do PIB no segundo trimestre de 2017, com uma pequena recuperação, situando-se em 15,8% do PIB no primeiro trimestre de 2018. Então constata que foi uma queda superior a 5 pontos percentuais do PIB num espaço muito curto de tempo e que a recuperação é extremamente lenta, com a taxa de investimento situando-se em 16% do PIB (segundo trimestre de 2018). Avalia que uma queda dessa magnitude não só tem efeitos de curto prazo mas afeta muito o potencial de crescimento da economia, tendo também consequências no longo prazo.

Em seguida, apresentou as projeções do IBRE para o crescimento do PIB e dos seus componentes (pelo lado da oferta) para este ano e para 2019. Em 2018, a economia deverá crescer 1,7% e em 2019, 1,9%, ou seja, um crescimento ainda bastante baixo e uma recuperação extremamente lenta. Lembra que, em 2017, o PIB cresceu 1% e que no início deste ano se estava prevendo um crescimento bem acima do esperado atualmente, em função de sistemáticas revisões das previsões para baixo ao longo do ano.

Menciona que a queda do investimento também está associada com o desempenho da construção civil que no ano passado caiu 5% e deve ficar mais ou menos estagnada esse ano tendo muita repercussão no emprego. Então avalia que o colapso da construção civil está prejudicando a recuperação do emprego.

Ao analisar pela ótica da demanda, apontou que a queda do investimento em 2017 foi de 1,8% e prevê uma recuperação em torno de 4% esse ano, que considera ainda insuficiente diante do desafio de recuperar a capacidade produtiva da

* Pesquisador do Centro de Economia Aplicada – IBRE/FGV.

economia. Avalia que o crescimento econômico ainda é surpreendentemente baixo e a recuperação é bastante lenta, diante da maior recessão já registrada desde 1980.

Ao observar o desempenho da economia, trimestre contra o mesmo trimestre anualmente, constata que no quarto trimestre de 2015 a queda foi de 5,6%, a mais significativa nessa comparação. Desde então as taxas foram ficando menos nega-

tivas e começaram a ficar positivas a partir do segundo trimestre de 2017 e acelerando-se até o final do ano passado, quando estava se desenhando uma recuperação mais robusta. Entretanto, essa recuperação de certa forma retrocedeu e a economia atualmente está andando de lado a cada trimestre. Constata que o comportamento é semelhante com o investimento. Essa variável apresentou taxas extremamente negativas com uma queda de 18,4% no quarto trimestre de 2015 e caindo mais de 30% desde 2014. Desde então houve um processo de recuperação e finalmente atingiu uma taxa positiva no final do ano passado. Entretanto, no primeiro trimestre deste ano o desempenho da formação bruta de capital fixa foi inferior ao do final de 2017, o que denota que o investimento também desacelerou a sua recuperação.

Aponta que outro indicador que mostra uma recuperação lenta é o desemprego com uma taxa de 12,4% no trimestre encerrado em junho deste ano, ou seja, são 13 milhões de desempregados dos quais grande parte no setor informal. Então, avalia que além do desemprego ser muito elevado, há um alto grau de informalidade, o que significa que o setor formal se recupera muito lentamente. Associa esse desempenho à trajetória explosiva da dívida pública bruta, que saltou de 52,6% do PIB em janeiro de 2014 para 77,2% em junho deste ano, um patamar muito acima da média dos países emergentes que situa-se em torno de 50% do PIB. Então considera esse crescimento da dívida pública dramático, o que pode explicar esse desempenho da economia brasileira, e acredita que no governo federal o colapso fiscal não se materializou porque a União pode emitir moeda, gerar

inflação e gerar dívida – como afirmou o Raul Velloso. Entretanto, alerta que a dívida pública não pode crescer nessa velocidade indefinidamente. Caso contrário, irá se instalar o caos fiscal no governo federal.

Na sequência, mostrou a evolução do indicador de incerteza da economia brasileira calculado pelo IBRE. Chamou a atenção para o fato de que a incerteza



atualmente é a mais alta da história neste século. Esse indicador capta o grau de incerteza em relação à economia e reflete questões do tipo: como será a política econômica que vai vigorar? Como o Brasil irá resolver a questão fiscal? Então mostra que o grau de incerteza está acima da época da crise financeira internacional de 2009 e acima do nível de 2002, um período também de muita incerteza em função das eleições naquele ano. Então, conclui que esse nível de incerteza extremamente alto trava os investimentos e o consumo e associa essa incerteza às dúvidas de como o Brasil poderá solucionar sua crise fiscal.

Em seguida apresentou os grandes desafios fiscais. O primeiro refere-se ao cumprimento do teto dos gastos públicos conforme previsto pela Emenda Constitucional 95/2016. Segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado a margem fiscal é quanto sobra para o governo efetivamente gastar, cortar ou realocar após ser retirada todas despesas obrigatórias e mesmo os gastos discricionários associada a essas despesas. Exemplifica que entre os gastos discricionários há dispêndios com saúde e educação que são impossíveis de serem cortados a curto prazo. Então, segundo a IFI a margem fiscal estimada não pode ficar abaixo de R\$ 80 bilhões porque senão a máquina pública deixa de funcionar. Portanto, cita que a IFI prevê que esse limite será atingido em 2021, quando a margem fiscal será de R\$ 73 bilhões ficando abaixo do mínimo necessário. Lembra que esse cálculo assume que será aprovada uma reforma da previdência nos moldes da proposta do governo Temer que estava sendo discutida até maio de 2017. Então alerta que mesmo com a reforma da previdência o teto de gasto seria descumprido em 2021 e mantê-lo será o primeiro grande desafio.

O segundo desafio é que a economia brasileira irá registrar déficits primários durante muitos anos, mesmo que se cumpra o teto dos gastos públicos. Cita que a previsão da IFI é que o setor público terá déficits primários até 2022. Então, somente será possível gerar superávit primário em 2023, mesmo assumindo que o teto dos gastos públicos seja cumprido, o que considera extremamente difícil.

E alerta que em função desse cenário a dívida pública bruta vai continuar a crescer. Informa que a previsão da IFI é que a dívida bruta alcance 84,5% do PIB em 2023 e 2024. Então supondo que o teto seja cumprido e a reforma da previdência seja aprovada, ainda assim a dívida bruta cresce até 2023-24 e só a partir de 2025 teria uma redução, o que significa que são vários anos de aumento da dívida pública. Além disso, em um cenário menos otimista com o teto dos gastos públicos não sendo cumprido e déficits maiores do que o planejado podemos facilmente ver a

dívida pública entrar numa trajetória explosiva. Então, conclui que o País está numa situação fiscal muito vulnerável.

Relembra que o Raul Velloso traçou um quadro tenebroso da situação fiscal dos estados, mas que o governo federal conseguiu adiar o seu encontro com a verdade que realmente está se aproximando rapidamente de um cenário de descontrole fiscal. Cita por exemplo, o caso da Turquia e quando sempre se tem alguma turbulência num país emergente acaba afetando o Brasil porque o País está muito vulnerável de fato. Portanto, alerta que sem equacionar a questão fiscal não tem como o Brasil voltar a crescer de forma sustentável.

Encerra informando que há uma outra questão preocupante: o crescimento da produtividade. E chama atenção para mais uma má notícia: o bônus demográfico – definido pelo crescimento da população em idade para trabalhar acima do aumento da população total – que estava previsto para acabar em 2023 foi antecipado para este ano. Ou seja, com o fim do bônus demográfico, a única forma de aumentar a renda per capita será por meio do aumento da produtividade. Então, ao observar o quadro da produtividade do trabalho no Brasil, Fernando Velloso aponta que essa variável cresceu mais ou menos 4,5% ao ano de 1950 até 1980 e desde então até os dias de hoje está basicamente estagnada. Nos anos 2000 a produtividade parecia que havia rompido essa trajetória de estagnação, mas de 2014 para os dias de hoje tem caído. Então quando compara a produtividade de hoje com a produtividade de 1980 o crescimento é de apenas cerca de 0,5% ao ano, o que configura uma situação realmente bastante dramática. Defende a necessidade de reverter esse quadro porque apesar de reformas que foram feitas a produtividade simplesmente não apresenta uma trajetória de crescimento sustentado. E reafirma que como investimento foi muito afetado pela questão fiscal fica muito difícil recuperar a produtividade sem elevar a taxa de investimento.

Finaliza apontando que o tema da produtividade também está relacionado com a questão fiscal, porque essa afeta o investimento que por sua vez influencia a produtividade. Defende ainda uma agenda de reformas: tributária, crédito e infraestrutura que é fundamental para aumentar a produtividade e também ajuda a resolver a questão fiscal porque se a produtividade cresce mais a economia gera mais receita e esse aumento de receita contribui para equacionar a questão fiscal. Então por esses motivos o tema da produtividade e a questão fiscal estão intimamente associados.





DESAFIOS FISCAIS DO NOVO PRESIDENTE¹

Fernando Veloso

1. INTRODUÇÃO

O próximo presidente terá de enfrentar um quadro fiscal muito grave, cuja resolução envolverá vários desafios. Em primeiro lugar, o tamanho do ajuste fiscal necessário para estabilizar a trajetória da dívida pública é muito expressivo, algo entre 4 e 5 pontos percentuais (p.p.) do PIB. Embora a recuperação da economia possa contribuir para o aumento das receitas, a melhoria do resultado primário recorrente terá de superar 3 p.p. do PIB.

Segundo, a correção desse desequilíbrio não poderá ser muito gradual. Como pudemos comprovar recentemente, um ajuste gradual é muito vulnerável à complacência que se instala no Executivo, no Congresso, e mesmo no mercado financeiro, quando a situação externa é favorável e a economia começa a melhorar. Além disso, a situação fiscal se agravou, o que também exige um ajuste mais forte.

O problema é que mesmo um ajuste gradual enfrenta enorme resistência. O teto de gastos já foi uma medida bastante gradual, com redução esperada da despesa primária de 5 p.p. do PIB em 10 anos. Mesmo assim, corre sério risco de não ser cumprido ou de ser modificado, a julgar pelas promessas de candidatos de modificar a emenda constitucional.

¹ Artigo preparado para o Fórum Nacional Especial de Agosto/2018.

Terceiro, uma forte coalizão no Congresso não será suficiente para fazer o ajuste. Como mostram os trabalhos do cientista político Carlos Pereira e coautores, a qualidade da gestão da coalizão governamental é muito importante para a aprovação de reformas. Os indicadores mostram que houve melhora dessa gestão no governo Temer, e o presidente e seu partido sempre tiveram a reputação de grande capacidade de negociação junto ao Congresso.

No entanto, apesar da aprovação de reformas importantes do ambiente de negócios (trabalhista e TLP, por exemplo), não houve muito progresso na resolução da crise fiscal. Embora a aprovação do teto de gastos tenha sido importante, sua viabilidade foi comprometida pela não aprovação da reforma da previdência e pela concessão de reajustes expressivos de salários do funcionalismo, sucessivos programas de Refis e, mais recentemente, pelo subsídio ao consumo de diesel.

Mais um exemplo dessa dificuldade foi a derrubada do dispositivo que introduzia na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 a proibição de reajustes do funcionalismo no ano que vem. Essa decisão abre caminho para que os servidores da União que negociaram acordos salariais até 2017 possam obter novos aumentos.

Além do Congresso, o novo presidente terá que lidar com as pressões de gastos oriundas do Judiciário, como demonstra a recente decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal de reajustar os próprios vencimentos em 16,38%.

Caso não seja feito um ajuste fiscal na dimensão necessária, o grau de incerteza continuará elevado, impedindo a retomada da economia e uma redução significativa do desemprego.

Este artigo está organizado em quatro seções, incluindo esta introdução. A segunda seção apresenta indicadores que mostram que a recuperação da economia brasileira tem sido lenta. A terceira seção argumenta que a crise fiscal gerou grande aumento da incerteza, fazendo com que consumidores e empresários posterguem decisões de consumo e investimento e, conseqüentemente, retardando a recuperação da economia. A quarta seção discute os desafios fiscais do novo presidente.

2. LENTA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA

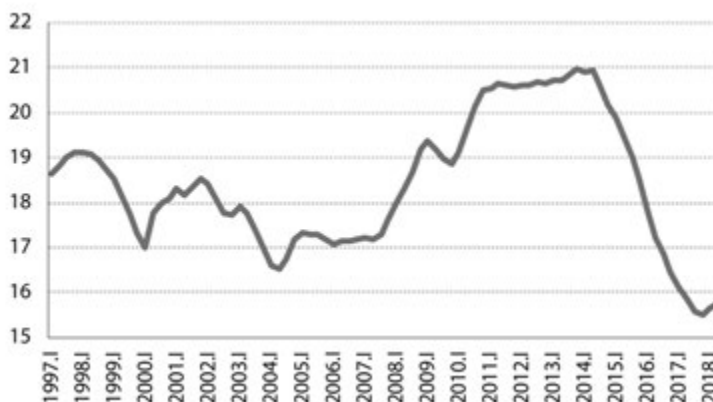
Uma característica marcante da recessão foi o colapso da taxa de investimento, que caiu de 20,9% do PIB no 1º trimestre de 2014 para 15,3% do PIB no 2º trimestre de 2017 (Gráfico 1). Depois houve uma pequena recuperação, mas a taxa de investimento permanece muito baixa, tendo alcançado apenas 15,8% do PIB no 1º trimestre de 2018.

DESAFIOS FISCAIS DO NOVO PRESIDENTE

A Tabela 1 apresenta a evolução dos componentes do PIB do lado da oferta em 2017 e as projeções do IBRE/FGV para 2018 e 2019. Após expansão de 1% em 2017, o IBRE prevê crescimento do PIB de 1,7% em 2018 e 1,9% em 2019.

Do lado da oferta, o crescimento do PIB em 2017 foi liderado pela agropecuária, com expansão de 13,0%. Após forte queda em 2016, a indústria de transformação cresceu 1,7% em 2017, enquanto o setor de serviços aumentou apenas 0,3%. Em 2018, o crescimento será liderado pela indústria de transformação, com expansão prevista de 3,0%. Após queda de 5,0% em 2017, a construção civil deverá retornar ao território positivo em 2018, com crescimento de 0,1%. O setor de serviços deve acelerar sua recuperação, com expansão de 1,5%.

Gráfico 1: Taxa de Investimento (% PIB)



Fonte: IBGE.

OBS: Os valores da taxa de investimento são médias móveis de quatro trimestres.

Tabela 1: Crescimento Anual – Ótica da Oferta

Atividades	2017	2018E	2019E
PIB	1,0%	1,7%	1,9%
Agropecuária	13,0%	0,8%	3,5%
Indústria	0,0%	1,8%	2,4%
Extrativa	4,3%	-0,5%	2,6%
Transformação	1,7%	3,0%	2,7%
Construção Civil	-5,0%	0,1%	1,8%
Eletricidade e Outros	0,9%	1,3%	2,1%
Serviços	0,3%	1,5%	1,5%

Fonte: IBGE. Projeções do IBRE/FGV para 2018 e 2019.

Do lado da demanda, o IBRE prevê um aumento do investimento (formação bruta de capital fixo) de 3,9% em 2018 e 3,5% em 2019 (Tabela 2). O consumo das famílias deverá crescer 2,2% em 2018 e 2,1% em 2019.

Tabela 2 – Crescimento Anual – Ótica da Demanda

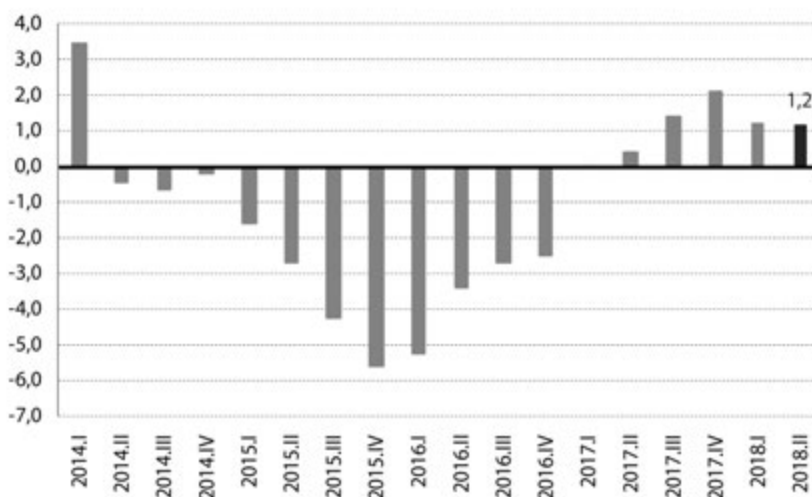
Atividades	2017	2018E	2019E
PIB	1,0%	1,7%	1,9%
Consumo das famílias	1,0%	2,2%	2,1%
Consumo do governo	-0,6%	0,1%	0,1%
Formação bruta de capital fixo	-1,8%	3,9%	3,5%
Exportação	5,2%	4,7%	5,2%
Importação	5,0%	7,4%	3,3%

Fonte: IBGE. Projeções do IBRE/FGV para 2018 e 2019.

Embora os dados anuais indiquem uma retomada do crescimento da economia, as informações recentes sobre o nível de atividade têm indicado que a recuperação será lenta.

O Gráfico 2 mostra que no 4º trimestre de 2015 houve queda de 5,6% do PIB em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Desde então, a redução do PIB tem diminuído continuamente, até registrar uma variação positiva de 0,4% no 2º trimestre de 2017. Nos dois trimestres seguintes o crescimento acelerou, atingindo 2,1% no

Gráfico 2: Crescimento Trimestral do PIB em Relação ao Mesmo Trimestre do Ano Anterior (%)

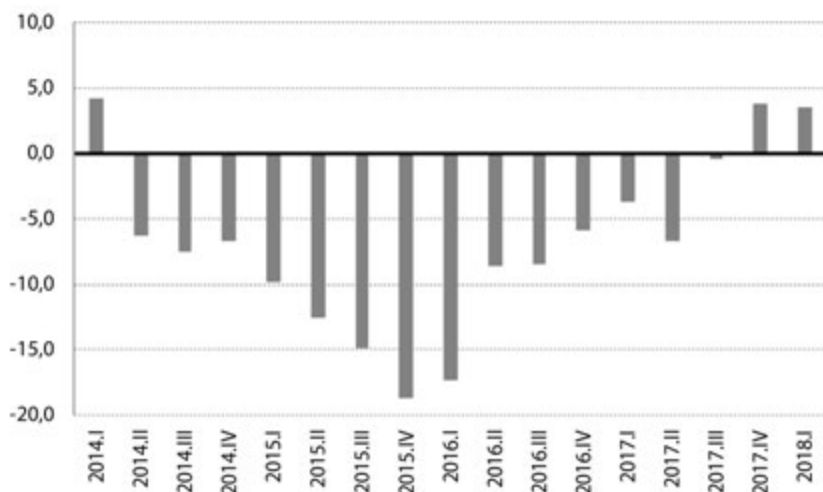


Fonte: IBGE. Projeção do IBRE/FGV para 2018.II.

4º trimestre de 2017. No entanto, houve uma desaceleração para 1,2% no 1º trimestre de 2018, e a previsão do IBRE/FGV é de que esse resultado vai se repetir no 2º trimestre.

O Gráfico 3 mostra que o investimento também tem experimentado uma recuperação gradual. Embora sua queda tenha sido ainda mais profunda que a do PIB (-18,7% no 4º trimestre de 2015), e suas variações interanuais tenham sido negativas por mais tempo, o investimento finalmente registrou uma variação positiva (em relação ao mesmo trimestre do ano anterior) no 4º trimestre de 2017 (3,8%) e no 1º trimestre de 2018 (3,5%).

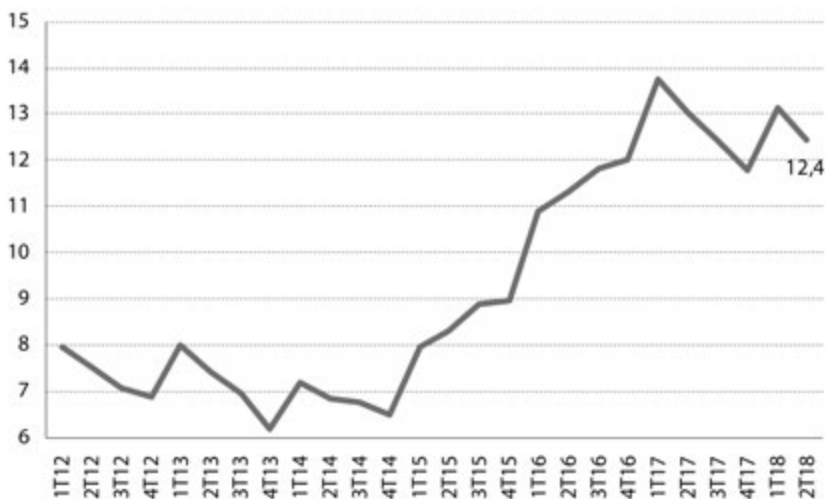
Gráfico 3: Crescimento Trimestral do Investimento em Relação ao Mesmo Trimestre do Ano Anterior (%)



Fonte: IBGE.

Outros indicadores confirmam o quadro de lenta recuperação da economia. Por exemplo, a taxa de desemprego, que havia caído para 11,8% no 4º trimestre de 2017, elevou-se para 12,4% no 2º trimestre de 2018 (Gráfico 4).

Gráfico 4: Taxa de Desemprego (%)



Fonte: IBGE.

3. FRAGILIDADE FISCAL E INCERTEZA ELEVADA

Um determinante crucial da recessão atual foi a forte deterioração fiscal dos últimos anos, que resultou em crescimento acelerado da dívida pública. Como mostra o Gráfico 5, a razão dívida/PIB elevou-se de 52,6% em janeiro de 2014 para 77,2% em junho de 2018.

Diante da falta de resolução da fragilidade fiscal do país, o nível de incerteza da economia brasileira permanece muito elevado (Gráfico 6). Segundo o Indicador de Incerteza da Economia Brasil (IIE-Br), calculado pelo IBRE/FGV, a partir de meados de 2014 houve grande aumento da incerteza na economia brasileira.² Essa incerteza elevada torna difícil a retomada da economia, na medida em que famílias e empresas preferem postergar decisões de consumo e investimento.

² O Indicador de Incerteza da Economia Brasil (IIE-Br) é um indicador mensal composto de três medidas: i) IIE-Br Mídia, baseada na frequência de notícias com menção à incerteza econômica publicadas em seis jornais de grande circulação; ii) IIE-Br Expectativa, construída a partir das dispersões das previsões de especialistas para a taxa de câmbio e para a taxa de inflação 12 meses à frente coletadas no Boletim Focus; iii) IIE-Br Mercado, baseada na volatilidade dos preços diários de fechamento do Ibovespa. O IIE-Br Mídia tem peso de 70% no IIE-Br, enquanto as ponderações do IIE-Br Expectativa e IIE-Br Mercado são de 20% e 10%, respectivamente.

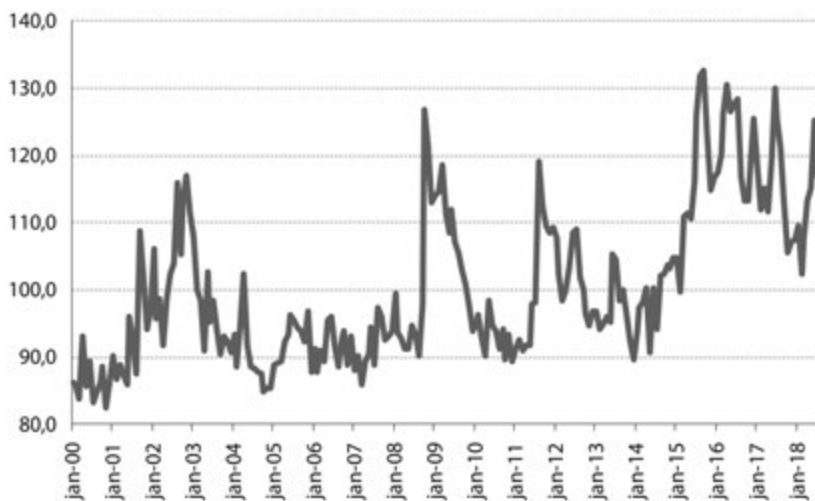
DESAFIOS FISCAIS DO NOVO PRESIDENTE

Gráfico 5: Dívida Bruta do Governo Geral (% PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil.

Gráfico 6: Indicador de Incerteza da Economia Brasil (IIE-Br)

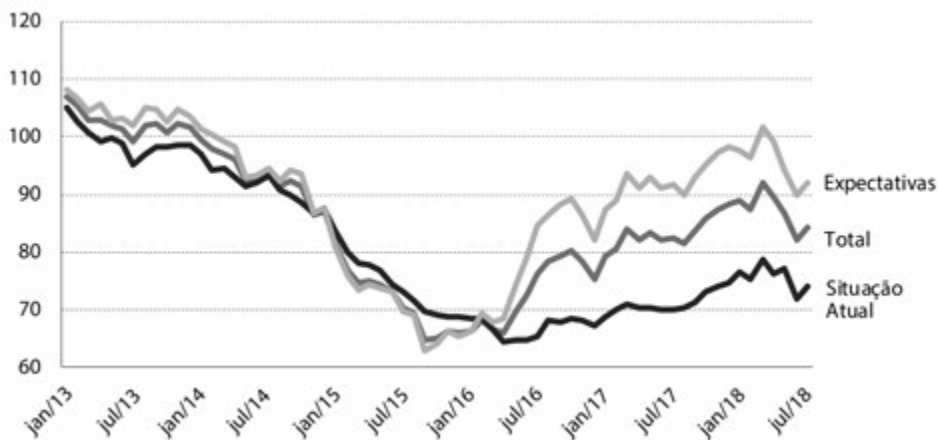


Fonte: IBRE/FGV.

OBS: O IIE-Br é normalizado de modo a ter média 100 no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2014.

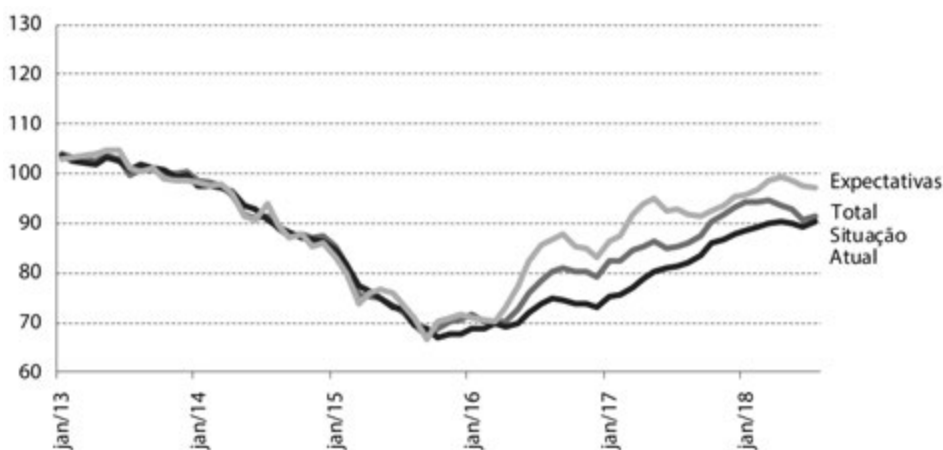
Isso é reforçado pelos resultados das sondagens de confiança do IBRE. Como mostram os Gráficos 7 e 8, a confiança de consumidores e empresários tem aumentado desde o primeiro semestre de 2016. No entanto, esse avanço decorreu quase que exclusivamente da melhora das expectativas, já que o componente da confiança que reflete a situação atual melhorou pouco.³ Além disso, houve queda da confiança desde maio, quando ocorreu a greve dos caminhoneiros.

Gráfico 7: Índice de Confiança do Consumidor



Fonte: IBRE/FGV.

Gráfico 8: Índice de Confiança Empresarial



Fonte: IBRE/FGV.

³ Os indicadores de confiança de empresários e consumidores obtidos a partir das sondagens do IBRE/FGV possuem dois componentes. O primeiro diz respeito às expectativas em relação ao futuro da economia. O segundo reflete a confiança em relação à situação atual.

4. DESAFIOS FISCAIS DO PRÓXIMO PRESIDENTE

Apesar de a aprovação da Emenda Constitucional do teto de gastos (EC 95/2016) ter representado um passo fundamental para o equilíbrio das contas públicas, será um desafio cumprir o teto nos próximos anos.

A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, tem abordado essa questão através do conceito de margem fiscal, que corresponde à diferença entre o teto de gastos e as despesas que não podem ser reduzidas.

Embora estimativas desse tipo já tenham sido feitas, a contribuição da IFI é levar em consideração o fato de que nem todas as despesas discricionárias podem ser comprimidas. Em particular, o gasto mínimo em saúde e educação precisa ser cumprido por determinação constitucional.

Além disso, as despesas discricionárias incluem investimentos públicos federais e despesas com o funcionamento dos órgãos públicos, que não são integralmente passíveis de redução. Em função disso, o espaço para o cumprimento do teto provavelmente será atingido antes que a margem fiscal chegue a zero.

A IFI estima que cerca de R\$ 80 bilhões correspondem a despesas que dificilmente poderão ser comprimidas. Nesse caso, como mostra o relatório de agosto da IFI recentemente divulgado, o teto possivelmente já não será cumprido em 2021, mesmo que seja feita uma reforma da previdência na forma proposta pelo substitutivo da PEC 287/2016 aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados (Tabela 3).⁴

Tabela 3: Evolução da Margem Fiscal (R\$ bilhões) – 2018-2030

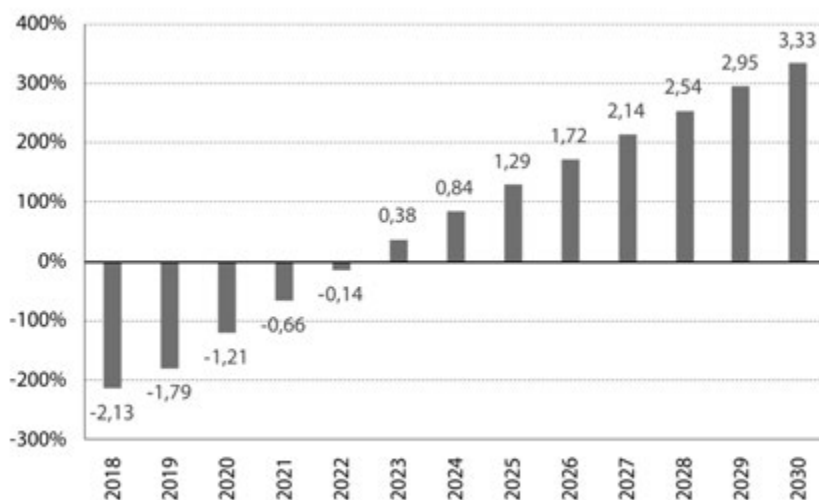
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Teto (A)	1.348	1.407	1.465	1.523	1.583	1.646	1.712	1.780	1.852	1.927	2.005	2.087	2.173
Despesas obrigatória (B)	1.238	1.302	1.375	1.449	1.529	1.616	1.707	1.805	1.909	2.020	2.139	2.266	2.401
Margem Fiscal (A-B)	110,0	105,4	90,3	73,3	54,3	30,5	4,3	-25,0	-57,3	-93,4	-133,8	-178,8	-228,0
% do Teto	8%	7%	6%	5%	3%	2%	0%	-1%	-3%	-5%	-7%	-9%	-10%

Fonte: Instituição Fiscal Independente. Relatório de Acompanhamento Fiscal de agosto de 2018.

⁴ Ver Instituição Fiscal Independente. *Relatório de Acompanhamento Fiscal. Agosto de 2018.*

Mesmo que o teto de gastos seja cumprido, a economia brasileira continuará a registrar déficits primários elevados por vários anos. De acordo com projeções da IFI apresentadas no Gráfico 9, o setor público consolidado continuará a ter déficits primários até 2022.

Gráfico 9: Projeção do Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)



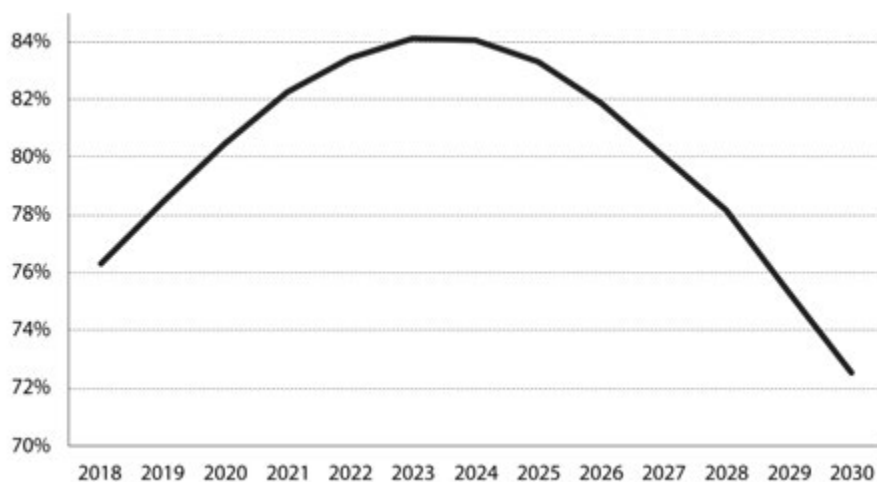
Fonte: Instituição Fiscal Independente. Relatório de Acompanhamento Fiscal de agosto de 2018.

Em função dos déficits primários sucessivos e da taxa de juros real elevada, a dívida bruta do governo continuará a crescer nos próximos anos. O relatório de agosto da IFI divulgou projeções da dívida bruta do governo geral até 2030. As projeções da IFI indicam crescimento da dívida até atingir 84,5% do PIB em 2023 e 2024, seguido de redução gradual. Em 2030, o valor estimado da dívida é de 75,5% do PIB (Gráfico 10).



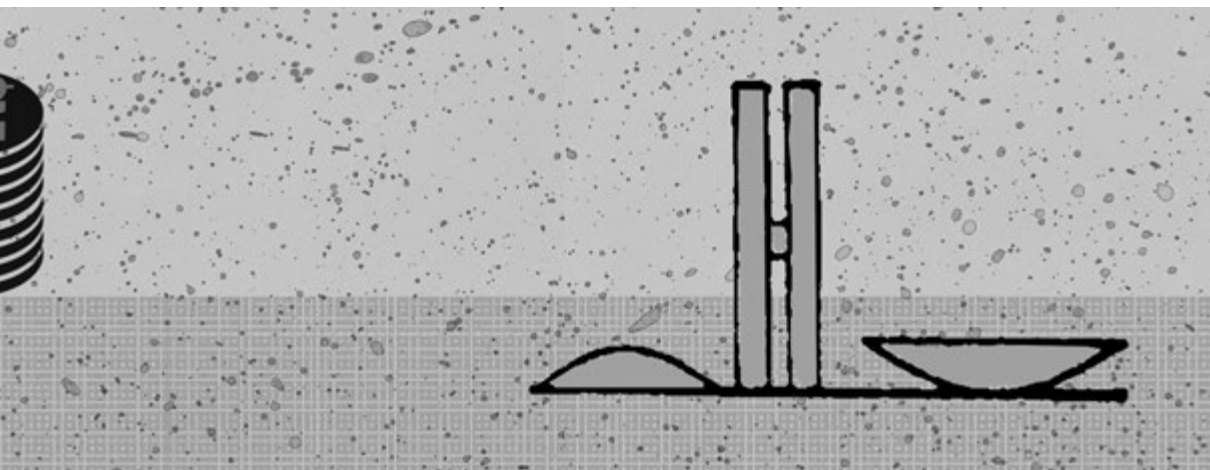
DESAFIOS FISCAIS DO NOVO PRESIDENTE

Gráfico 10: Cenário de Evolução da Dívida Bruta do Governo Geral (% PIB)



Fonte: Instituição Fiscal Independente. Relatório de Acompanhamento Fiscal de agosto de 2018.

Esse contexto fiscal coloca o Brasil em posição muito vulnerável diante de uma situação internacional volátil. Diante disso, o próximo presidente terá que superar vários desafios fiscais para que a economia brasileira volte a crescer de forma sustentada. Em particular, terá que cumprir o teto de gastos, voltar a gerar superávits primários significativos e estabilizar a relação dívida/ PIB. Para que isso seja possível, será imprescindível não somente uma liderança determinada por parte do presidente eleito e uma forte coalizão no Congresso, mas também um grande e persistente esforço de convencimento da sociedade sobre a necessidade das reformas.



MAÍLSON DA NÓBREGA

O economista inicia sua apresentação agradecendo o convite ao Raul Velloso para coordenar um painel do Fórum e lembrando que teve a honra de abrir o 1º Fórum Nacional no BNDES, na condição de Ministro da Fazenda. Em seguida fez um breve comentário acerca da Constituição Federal de 1988, a qual considera um desastre, porque definiu um conjunto de regras que tem um lado positivo do ponto de vista das instituições, mas que foi extremamente negativa do ponto de vista fiscal. Aponta que nesse sentido a Constituição atrasou o Brasil, dado que muitos dos problemas que estamos tendo atualmente já eram divisados naquela época. Lembra que o Presidente José Sarney às vésperas da promulgação da Constituição de 1988 fez um discurso dramático de que o país ficaria ingovernável com base em informações repassadas pelo Ministério do Planejamento e da Fazenda. No entanto, o Presidente da Constituinte Ulisses Guimarães reagiu fortemente e batizou a Constituição de cidadã. Menciona que está preparando um artigo sobre o tema, catalogando todos os grandes desastres da Constituição de 88. Ressalta que a conta das regras da Constituição levou 30 anos para chegar, mas agora de fato essa conta chegou. Comenta sobre dois temas que o Raul destacou de mudanças produzidas pela Constituição de 1988. O primeiro trata da transferência de 300 a 400 mil servidores celetistas do setor público para o regime estatutário. Alega que essa mudança resultou da influência das corporações do setor público que atuaram na Constituinte que praticamente ganharam todos pleitos, enquanto o país e o governo perdiam. Dessa forma foi incluído o chamado Regime Jurídico Único, praticamente eliminando o regime celetista no governo federal, um modelo de contratação que tinha sido iniciado ainda nos anos 60 e 70, inclusive com impacto em todos os estados porque a Constituição é nacional e os estados tiveram que adotar esse regime. O segundo ponto é entender porque foram extintos os impostos únicos sobre combustíveis, energia e comunicações. Avalia que essa medida foi resultante de um processo de negociação. Informa que havia um sentimento na Constituição de que se deveria descentralizar a receita pública com objetivo de devolver o poder aos governos locais, aos estados e municípios. Assim, a Constituição transferiu da União federal para os estados e municípios um montante substancial de recursos sem a correspondente transferência de responsabilidades. Cita que o aumento da distribuição do Fundo de Participação que era de 5% passou para 10% num longo período. Depois no governo

* Consultor e ex-ministro da Fazenda

Geisel passou de 10% para 20% e no governo Sarney alcançou 30%. Com a Constituição de 1988 cresceu imediatamente para 47% e atualmente já está em 49% da arrecadação do imposto de renda e do IPI que vão para estados e municípios. Além disso, a União entrega mais 10% do IPI proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados para uma indenização de supostas perdas

com o comércio exterior. Isso significou que a União para cobrir as despesas que a Constituição tinha criado e em função da entrega de grande parte do IPI e do imposto de renda criou outra grande distorção do sistema tributário brasileiro: a incidência de tributos não partilháveis. Então alega que essa estratégia não foi maquinada para tirar dinheiro dos estados e municípios, mas representava um mal menor, que era obter uma fonte de financiamento para pagar a conta das regras constitucionais. E nesse arranjo a maior parte (cerca de 80%) do fundo de participação dos estados e municípios é direcionado para regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Portanto, essa medida não beneficiaria os estados do Sul e Sudeste. Então a forma encontrada para compensar os estados do Sul e Sudeste era a de incorporar os impostos únicos na base do ICMS: energia, minerais, transporte, onde a maior da arrecadação desses impostos únicos estavam exatamente nas regiões Sul e Sudeste. Dessa forma esse foi o acordo realizado entre os estados e constituintes em desfavor da União, que é a grande perdedora da Constituição de 88.

Passa a descrever os grandes desafios a serem enfrentados pelo próximo Presidente da República em linha com que já foi apresentado pelo Raul Velloso e pelo Fernando Veloso. Então resume todos os desafios em dois, que têm seus desdobramentos. O primeiro é o de evitar a insolvência fiscal do estado. O segundo é o de fazer o Brasil voltar a ganhar produtividade. Ou seja, o país só cresce se obtiver ganhos de produtividade. Cita que o Brasil está numa situação semelhante ao Japão hoje, não tanto pelo investimento neste país mas pela queda da população. Menciona que nós já perdemos o bônus

demográfico e como se sabe um país cresce pela associação de três elementos: força de trabalho que se incorpora ao processo produtivo, o investimento em capital físico, software, entre outros e a produtividade. Cita um estudo recente que mostra que nos últimos 80 anos o crescimento dos Estados Unidos é explicado em 80% por ganhos de produtividade e menciona frase famosa de Paul Krugman: "A produtividade não é tudo numa economia, mas no longo prazo é quase tudo. Assim, reafirma que a



produtividade é a principal fonte de geração de riqueza e conforme as evidências mostradas na apresentação do Fernando Veloso a produtividade no Brasil vem caindo ou está estagnada desde os anos 80. Cita que observou uma estatística de 2008 a 2014 que mostra que a produtividade total dos fatores cai sistematicamente, sendo negativa na indústria e positiva na agricultura. Portanto, conclui que esse é um grande desafio, porque sem ganho de produtividade o Brasil não tem futuro e dessa forma teremos uma economia estagnada o que ameaça a própria viabilidade da democracia brasileira. Aponta que nenhuma democracia resiste a um período prolongado de estagnação que no caso do Brasil será acompanhada de inflação, ou seja, o pior dos mundos.

O outro desafio refere-se à questão fiscal. Cita que em 1989 o Brasil não tinha o risco da insolvência fiscal com a relação dívida/PIB que situava-se em torno de 30%. No período mais recente essa relação era 51%, quando começou o governo Dilma, e atualmente deve ir para 77% do PIB, não caindo antes de 2023. Então defende que o ponto de partida para evitar a insolvência fiscal é a reforma da previdência, mesmo que ela não resolva no curto prazo. No entanto, acredita que essa reforma é o sinal de que é possível estabilizar a relação dívida-PIB, fazendo com que esse indicador decline ao longo do tempo. Por outro lado, alerta que será uma catástrofe se o Brasil tiver uma insolvência fiscal. Menciona que a insolvência fiscal no Brasil não será como a grega, onde as dívidas deixaram de ser pagas porque a Grécia não emite dinheiro. Já no Brasil a insolvência fiscal se materializará num violento processo inflacionário e pelo efeito corrosivo que será exercido sobre quem investe em papéis do governo. Isso se explica porque embora a Constituição proíba o Banco Central de financiar o Tesouro, essa proibição é interpretada corretamente pela ausência do Banco Central nos leilões primários do Tesouro, mas essa instituição pode comprar papel do mercado secundário e sempre haverá uma interpretação criativa que vai permitir por tabela o Banco Central financiar o Tesouro de forma inflacionária. Então aponta que o colapso fiscal levará o Brasil a entrar numa situação de dominância fiscal, na qual o Banco Central perde a capacidade de assegurar a estabilidade da moeda.

E questiona: por que uma situação de insolvência fiscal seria mais grave hoje do que em 1989? Primeiro, explica que o Brasil mudou muito nos últimos 30 anos e atualmente tem uma poderosa indústria de fundos de pensão com ativos ao redor de 900 bilhões de reais. Já em 1989, os fundos de pensão eram basicamente estatais: a Previ, a Petros e a Funcef, dentre outros. Atualmente essa é uma indústria poderosíssima. Um segundo ponto é a gigantesca quantidade de brasileiros que colocaram suas poupanças, mesmo que de forma indireta, em papéis públicos.

Cita que somente 30% da dívida pública está em posse do sistema financeiro e os demais 70% estão com investidores institucionais e no Tesouro direto, que é de pessoa física. Além disso, entre os 30% que estão no sistema financeiro, uma parte está aplicada em papel público. Exemplifica que quando alguém compra um CDB de um banco provavelmente o dinheiro está aplicando pelo menos em parte em papéis do setor público.

Portanto, alerta que será uma catástrofe: se, primeiro, o novo presidente não perceber os riscos fiscais. Segundo, se ele não tiver a capacidade de articulação política de gerenciar uma coalizão majoritária para aprovação da reforma previdenciária, isso porque teremos as forças contrárias à reforma que vão entrar em cena novamente e podem limitar a capacidade do governo de fazer essa reforma. Atenta para o fato de se não for aprovada a reforma no primeiro ano o sinal será péssimo. Isso porque apesar dessa crise os investidores continuam comprando papéis públicos nacionais e estrangeiros com a percepção de que qualquer que seja o presidente da República teremos uma reforma da previdência e essa reforma conduzirá a relação dívida/PIB para estabilidade. Assim, se o projeto da reforma previdenciária fracassar no primeiro ano o sinal será de que o colapso fiscal é mais provável. Então, na sua visão isso se traduzirá em fuga de capitais e uma deterioração muito rápida do ambiente econômico no Brasil.

Retoma a discussão sobre como melhorar a produtividade, a alocação de recursos e o ambiente de negócios de modo a favorecer a expansão dos investimentos. Nesse caso aponta que há três elementos que são fundamentais para a produtividade nos próximos anos. Cita que o mais importante deles é a reforma tributária e que o Brasil piorou consideravelmente nessa área por conta da Constituição de 88. Menciona que nosso sistema tributário é um caos completo de difícil entendimento. Por exemplo, o ICMS muda 70 vezes por semana e afirma que nenhuma empresa consegue entender inteiramente o ICMS. Logo, a probabilidade de um fiscal entrar numa empresa e interpretar que ela está sonegando é muito alta. Essa situação gera passivos fiscais tributários das empresas e aumenta o custo de transação. Avalia que o sistema tributário brasileiro ficou imprestável, sendo necessário substituí-lo na tributação do consumo. Na tributação da renda há espaço para aprimorar a incidência sobre os dividendos e agir para acabar o uso excessivo da *pejotização*. Mas entende que as principais distorções situam-se na tributação do consumo. Então defende que é preciso o Brasil voltar às origens do sistema tributário de 1965 que começou a funcionar em 1967 e melhorá-la para criar um IVA nacional. Esse é modelo é o padrão de tributação de consumo do mundo inteiro. Cita que somente dois países adotam tributação do consumo na ponta, o *sales tax*, que são os Estados Unidos e

uma ilha do Caribe. Então afirma que o resto do mundo adota o IVA, inclusive mais recentemente temos a experiência da Índia, que tinha um caos parecido com o do Brasil e introduziu o IVA. Segundo cálculos do FMI essa reforma tributária irá gerar 2 pontos percentuais de aumento do PIB potencial indiano. Avalia que o impacto seja semelhante no caso brasileiro, em razão do atual sistema tributário que é caótico. Menciona que há um projeto muito bem elaborado pelo Centro de Cidadania Fiscal e percebe que quase todos os candidatos à presidência está assumindo essa ideia de adoção do IVA. Porém, entende não ser fácil viabilizar esse projeto porque implica em adotar uma arrecadação centralizada na União e os críticos vão afirmar que é uma forma de centralizar a arrecadação na União em detrimento dos estados. Porém, afirma que essa visão não corresponde à realidade porque o que se pretende com a reforma é viabilizar o crescimento do país, o que importa a todos.

Um segundo elemento para agenda da produtividade é melhorar e ampliar a oferta dos serviços de infraestrutura, onde o Brasil está muito atrasado. Aponta que especificamente no modal rodoviário tem muito a ser realizado. Mas afirma que felizmente há muito apetite e interesse para se investir sendo fundamental a melhoria dos marcos regulatórios para que se possa ingressar num processo vigoroso de expansão do investimento em infraestrutura, particularmente com a participação do setor privado. Isso porque o setor público está investindo 1,5% do PIB em razão de todas as distorções fiscais que se acumularam ao longo das últimas décadas. Portanto, considera que o investimento em infraestrutura no curto prazo é uma demanda da economia e no longo prazo se traduz em produtividade porque melhora a operação da logística e tem inúmeras consequências positivas. E finalmente, elenca que o terceiro determinante é a educação, a qual considera um elemento chave para a produtividade do trabalho. Nesse caso, afirma que o Brasil fracassou na questão da qualidade da educação. Relembra que acompanhou de perto as discussões na constituinte sobre a educação e que havia uma percepção de que resolveríamos o problema da educação se gastássemos mais e todos os mecanismos foram estabelecidos para os estados, os municípios e o governo federal ampliarem os gastos em educação. Então, o Brasil passou de um gasto com educação da ordem de 3% do PIB no final dos anos 80 para 6,2% do PIB o ano passado, enquanto a média dos países da OCDE é de 5,8% do PIB. Portanto, cita que já gastamos em educação proporcionalmente uma vez e meia o que gasta a China, que apresenta um grande êxito em educação e está na vanguarda da inteligência artificial e que tem um projeto de lançar um homem à lua. Menciona que a China também está na vanguarda da nanotecnologia e é o país que tem a maior quantidade de engenheiros especializados em inteligência artificial e tudo isso gastando 4% do PIB enquanto

o Brasil gasta 6,2% do PIB e tem uma miséria de qualidade na educação. Cita que o Brasil está nas últimas colocações entre os países que participam do PISA e tem um grau de analfabetismo funcional enorme. Por outro lado, menciona que avançamos na universalização do ensino fundamental e ampliamos a participação do jovem no ensino médio. No entanto, afirma que desperdiçamos muitos recursos criando universidades que não se justificam e que são centros de grande ineficiência.

Finaliza alertando que o novo Presidente da República se não perceber esses desafios e os temas que precisam ser enfrentados então correrá o risco de presidir um período de grande crise no Brasil. Espera que não seja esse o caso, que todos tenham não só a exata percepção dos desafios, mas também a capacidade não só de formar e gerir uma coalizão de forma adequada, mas ter a habilidade de convencer a sociedade brasileira da necessidade dessas reformas. Afirma não ser pessimista com relação ao futuro do Brasil e acredita que temos todas as condições para vencer os desafios, já que vivenciamos na nossa história situações piores que foram resolvidas. Porém alerta que não é possível desprezar os riscos e a tremenda responsabilidade que terá o novo chefe do governo para enfrentar os desafios comentados.



CHRISTIAN LOHBAUER

O candidato a Vice-Presidente na chapa do Partido Novo inicia sua apresentação realizando um agradecimento especial ao Raul Velloso pela oportunidade de participar de debates como esse promovido pelo Fórum Nacional que já alcançou a sua 30ª. edição. Ressalta que esse é um espaço precioso em função das dificuldades que o Partido Novo tem em participar de eventos dessa natureza.

Ressaltou que o Brasil é um país que gasta muito e mal há bastante tempo, tendo o desafio de superar o imbróglgio institucional que determinou que esses gastos, em boa parte, estão garantidos em lei e que gerou um desequilíbrio estrutural que é o déficit da previdência, já destacado pelo Raul Velloso. O programa do Novo objetiva trazer o capitalismo para o Brasil que ainda não chegou ao País na sua complexidade e totalidade. Acredita que o Brasil é um país que perdeu a ambição, sobretudo quando se compara o nosso desempenho com os países asiáticos, tais como China, Cingapura, Vietnã e outras nações do sudeste asiático.

Menciona que o atual cenário é resultante de um processo de endividamento irresponsável ocorrido desde 2003. Defende que a solução passa por dois eixos comentados pelo ministro Maílson da Nóbrega. O primeiro é a redução do custo do capital e o segundo é o aumento da produtividade. Ressalta que a sociedade não pode mais suportar um setor público que retira 40% da riqueza nacional para devolver muito pouco, gastando boa parte desses recursos em privilégios. Considera esse é um dos maiores processos de transferência de riqueza de pobres para ricos da história da humanidade patrocinado por um partido e seus aliados que aconteceu nos últimos 14 anos, ou seja, desde 2003. Trata-se de um processo sistemático de transferência de recursos que precisa ser revertido. Diante dessa realidade, aponta que como o governo gasta muito, ele utiliza parte da poupança privada, o que eleva o custo do dinheiro para as pessoas e para as empresas. A situação piora porque existem os privilegiados que recebem metade desse recurso de forma subsidiada com um spread de 3,4% ao ano, enquanto a outra metade dos recursos custa 32% ao ano para o restante da população. Então, afirma que se criou no Brasil dois tipos de sociedade com respeito ao acesso ao crédito, o que precisa ser revertido. Afirma que o mundo ideal seria que todos pudessem ter crédito praticamente nas mesmas margens e de forma barata. Essa é uma constatação que nos impõe a necessidade de rever a função do BNDES e qual o tipo de política da instituição deverá ser adotado, a partir de 2019, num ambiente tão desafiador.

* Candidato a Vice-Presidente na chapa do Partido Novo.

Defende que é preciso criar soluções. Primeiro, acredita ser fundamental que o Brasil saia da condição de observador para ser membro da OCDE, isso porque o País se comprometerá com uma série de aspectos de transparência e paradigmas internacionais de performance econômica.

Segundo, defende acabar com a seletividade que é sinônimo de privilégio porque temos adotado políticas públicas que escolhem setores, o que encerra o velho debate sobre a política industrial, que nos coloca na armadilha de sermos extremamente seletivos e criar grupos privilegiados em relação a outros. Por exemplo, o Brasil precisa ser mais horizontal na escolha de quem recebe o crédito, principalmente o crédito público. Cita que o Partido Novo é acusado injustamente de ser um partido elitista porque a agremiação representa 27 milhões de brasileiros que têm empresa própria e quase 1/3 da massa ativa de trabalhadores. São empreendedores que formam a categoria social mais taxada no país. Nesse sentido, destaca que há no Brasil uma visão antiempresarial e que há um furor arrecadatário e incontrolável que precisa ser rompido. Acredita que a solução deverá vir pelo ajuste da despesa e o teto de gastos precisa ser cumprido.

Além disso, o país terá que enfrentar um processo de abertura comercial e em alguns casos de forma unilateral. Ressalta que não é possível proteger um setor e patrocinar privilégios em detrimento de outros segmentos. São mais de 20 anos com esse tipo de medida. É preciso entrar nas novas lógicas das cadeias produtivas internacionais e abrir o mercado brasileiro de forma transparente e negociada com todos os setores mais sensíveis, ou seja, não é possível deixar o Brasil vivendo nesse ambiente fechado e de proteção e de privilégios de alguns segmentos da economia. Porém, levanta a seguinte questão: como promover a abertura comercial, se temos o chamado Custo Brasil? As reformas precisam ser feitas simultaneamente, mas provavelmente uma parte do ajuste do custo Brasil será feita em função da pressão externa e não somente da capacidade interna de fazê-lo.

Destaca que 33% do PIB do País está concentrada em 20 mil empresas, grande parte estrangeiras e que representam somente 4% da força de trabalho. Citou que trabalhou como diretor da Bayer até recentemente e afirma que essa empresa não tem o dobro do tamanho no Brasil em função de questões regulatórias e



governamentais que travam o desenvolvimento do grupo empresarial que tem 4 mil funcionários e poderia ter 8 mil. Portanto, esse raciocínio é válido para todos os grupos empresariais que atuam no País.

Menciona que o Partido Novo defende e vislumbra o que está expresso num estudo publicado pelo Banco Mundial que foi encomendado pelo então Ministro Joaquim Levy e que foi publicado em 2017. Esse estudo mostra os ajustes que podem ser feitos no âmbito da despesa, por uma década, o que retiraria ineficiências que podem alcançar 8,3% do PIB. Cita 5 exemplos ilustrados por essa avaliação.

Primeiro, uma reforma da previdência, nos moldes que estava em tramitação no Congresso Nacional, que geraria até 2026 uma redução de 1,8% nos gastos públicos em relação ao PIB.

O segundo ponto fundamental e simbólico é de 50% de redução no prêmio salarial da elite do funcionalismo público federal. Os números apontam que 67% da média de salário dessa elite está acima da média salarial da elite do setor privado, quando o parâmetro internacional é de 30%. Defende que essa situação precisa ser modificada. Acredita que esse é um problema político e não econômico e que essa agenda precisa ser enfrentada pelo Congresso Nacional. Não é possível que 1,2 milhões de brasileiros possam auferir da sociedade 11% do orçamento federal.

Outro aspecto ressaltado pelo estudo é da eliminação de ineficiências nos três níveis da educação: municipal, estadual e federal, que alcança tanto o ensino fundamental básico quanto as universidades. A redução dessas ineficiências poderia economizar até 1,5% de PIB. Mais um ponto destacado é o da otimização da Lei 8.666, que trata das licitações e de compras governamentais. Defende que uma reforma nesse marco legal proporcionaria uma redução dos gastos da ordem de 0,2% do PIB.

Finalmente, enfatiza que o estudo do Banco Mundial aponta que uma a reforma do regime tributário do Simples geraria uma economia dos gastos tributários da ordem de 1,5% do PIB.

O estudo ainda lista uma série de 15 a 20 tópicos que mostram um potencial para redução de despesas. Finalmente acredita que essa agenda de redução de gastos e de privatizações de empresas estatais (onde 150 dessas empresas geram um prejuízo anual de R\$ 30 bilhões para os contribuintes) não poderá conviver com o modelo do presidencialismo de coalizão. Defende a necessidade de se ter um enfrentamento democrático, que precisa ser colocado abertamente. Então, ressalta que esse é nosso desafio e que a ruptura tem que se ocorrer no âmbito do Congresso Nacional com grupos que não têm nenhum acordo prévio com essas tradições políticas que nos

conduziram a essa situação vivenciada hoje. Defende uma renovação do Congresso Nacional que nos conduza a um outro tipo de relação política que nos retire desses modelos de gastos permanentes.



PAULO RABELLO DE CASTRO*

O economista inicia agradecendo ao INAE e ao Raul Velloso e relembra que foram coautores do livro *Panorama Fiscal no Brasil*, onde já alertavam sobre os problemas fiscais e suas consequências para o País. Essa é uma visão compartilhada por vários grandes economistas em outras épocas, a exemplo de Mário Henrique Simonsen, Roberto Otávio Gouveia de Bulhões e Lucas Lopes. Em seguida critica a Constituição Federal que está ancorada em equívocos como a lei da usura que limitou os juros reais em 12% e a constitucionalização do reajuste anual global (art.37, inciso 10). Nesse último caso, considera essa constitucionalização da indexação e da correção monetária muito pior do que os eventuais bônus e proventos dos servidores públicos.

Além disso, critica as emendas sucessivas que estabeleceram o nosso manicômio tributário, uma expressão por ele utilizada sob inspiração do Roberto Campos. Isso se reflete num processo de paralisia institucional que ajuda a explicar a estagnação dos indicadores de produtividade do País como foi destacado na apresentação do Fernando Veloso. Avalia que essa paralisia institucional provém desse arcabouço, então é preciso identificá-lo e revisá-lo gerando um enfrentamento e um pacto nacional de governabilidade chamando todos à consciência de que precisamos realmente mudar. Critica ainda a chamada PEC do teto dos gastos públicos, a qual considera um erro aritmético de atrelar o crescimento do gasto público brasileiro à taxa de inflação do ano anterior. Exemplifica que se o País registrar uma inflação de 10% e um desempenho pífio do PIB real, então a emenda constitucional está abonando a concessão de 10% de aumento do gasto. Por outro lado, se a economia em termos reais crescer 10% e a inflação for nula, por essa regra o governo está congelado e não pode ampliar os gastos em educação, saúde e inclusive em infraestrutura porque não tiveram a capacidade de separar o investimento daquilo que de fato precisa ser contido que é o custeio. Além disso, essa seria excepcionalizar a menor parte, porque os investimentos representam menos de 10% do gasto total.

Afirma que o plano de governo do candidato Álvaro Dias é formado por 19 + 1 metas e foi inspirado no Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek, o qual considera um grande presidente porque fez o país crescer, mesmo tendo algumas consequências inflacionárias. Isso porque JK foi capaz de inspirar os brasileiros a tomar coragem de se reorganizarem em torno do seu efetivo potencial e fazer o crescimento realmente brotar.

* Economista e candidato à vice-presidência da República.

O plano de governo da sua coligação propõe de início uma revisão constitucional, que está sendo estruturada por Ives Gandra e o filho, Rogério e Miguel Reale. Nesse sentido, não é necessário uma nova constituinte porque a Constituição Cidadã tem uma estrutura, um esqueleto e até uma musculatura democrática mais que razoável.

A ideia não é alterar cláusulas pétreas, nem mudar a República, a Democracia e o sistema de governo. Mas acredita que seja preciso retirar as indexações, simplificar radicalmente o campo tributário e reformar a previdência. Na parte político-eleitoral defende a redução do número de parlamentares e a distritalização do voto. Dessa forma, o Brasil começará a se preparar para o salto capitalista que o Christian Lohbauer mencionou na sua apresentação no Fórum.

Critica os níveis de taxas de juros no Brasil e aponta que o sistema financeiro tem que funcionar para conceder crédito e o setor produtivo não pode depender somente do BNDES, que apenas no PSI fez mais de 700 mil operações e com cartão BNDES, sem intermediários, é possível atingir rapidamente 1 milhão de micro empreendedores com tíquete médio dez mil reais.

Para a geração de empregos defende a mudança do eixo central da política econômica do país que há décadas está concentrado na frouxidão fiscal tantas vezes apontada pelo Raul Velloso como um modelo de excesso de gasto. Assim, o país é frouxo na parte fiscal e excessivamente rígido e dependente do Comitê de Política Monetária que a cada 45 dias tem que definir uma taxa de juros elevada. Portanto, é preciso inverter esse processo, que resulta num ajuste emergencial no ano de 2019 que somente a equipe do presidente Álvaro Dias está preparada para fazer.

Volta a criticar a PEC do teto dos gastos públicos porque a considera uma mecânica aparentemente pesada mas que não entrega resultados, isso porque as projeções para trajetória da dívida pública nos próximos anos apontam para um crescimento elevado dessa variável (próximo de 100% do PIB). Acredita que a solução somente poderá ocorrer por meio de uma reforma de fato emergencial e estrutural que realmente reestruture todo o processo de gastar com uma forma de controle. Defende ainda outra regra de controle dos gastos públicos que ficaria atrelada a taxa de crescimento do PIB nominal, com uma taxa de contenção da ordem de 30% a 40% da variação do PIB nominal. Acredita que essa regra seria virtuosa porque o crescimento do gasto



público estaria atrelado ao crescimento real e se o crescimento do PIB nominal for mera inflação, maior será o corte relativo. Considera que essa regra é suave e não sufoca o crescimento porque ao final se pretende alcançar a meta número um que é gerar pelo menos 10 milhões de empregos.

Avalia que está entre 1 e 2 pontos percentuais o acréscimo permanente do PIB decorrente da simplificação tributária. Segundo os cálculos do Movimento Brasil Eficiente há uma elasticidade negativa entre taxa de investimento e crescimento da carga tributária de meio ponto, de forma que se aumentarmos a carga tributária perdemos no PIB por reduzir a taxa de investimento. Portanto, esse é dos motivos por que a produtividade não cresce dado que o aumento da taxa de inversão é baixo. Já o fator trabalho é completamente constrangido por uma paralisia absoluta. Alega que a reforma trabalhista realizou vários avanços, mas não simplificou o contrato de trabalho, ou seja, é importante transformar esse contrato de trabalho em algo simples de fazer e desfazer, simplificar e modernizar o processo do FGTS.

Cita ainda que o País detém um elevado volume de capital morto nas estatais e no setor elétrico fruto de poupança forçada mal documentada contabilmente. Lembra que os impostos únicos eram uma forma de criar poupança forçada, assim como a reserva geral de reversão e outros empréstimos compulsórios. Lembra que as ideias não eram ruins, mas o resultado final deveria contemplar a devolução desse capital para o povo que realizou essa poupança compulsória (talvez os filhos ou os netos desses trabalhadores). Portanto, esse acerto de capital patrimonial poderia contribuir para equalizar o grande passivo a descoberto da previdência social do presente e do futuro, na linha defendida pelo Raul Velloso, que está realizando essa engenharia no campo estadual e que poderia ser estendida para o âmbito federal.

Com relação à privatização, Paulo Rabello de Castro admite ser um conceito secundário e defende a democratização do capital, assinatura de contratos de gestão com cada uma dessas empresas e um cálculo efetivo do valor dessas empresas. Por exemplo, no caso da Eletrobrás, segundo estimativa do especialista Manuel Jeremias (que contribuiu para o programa de governo do Podemos), há um valor de pelo menos R\$ 1 trilhão a mais.

Encerra afirmando que na sua gestão do IBGE conseguiu junto com a colaboração dos servidores realizar o censo agropecuário pela metade do orçamento original. Nesse sentido, discorda do Fernando Veloso e do Felipe Salto da IFI do Senado em afirmar que com R\$ 80 bilhões o governo fica disfuncional. No entanto, a sua impressão é exatamente oposta. Defende que após uma contenção da ordem de 120 bilhões de reais, o governo estará funcionando tão bem ou melhor do que hoje.

Afirma que após essa contenção emergencial a economia irá crescer e o governo também se beneficiará da ampliação do espaço fiscal. Portanto, é por isso que relembrou JK por acreditar ser necessário mobilizar a sociedade para fazer ressuscitar o País e refundar a República. Afirma que o caminho existe, mas depende de vontade política, inteligência, determinação e coragem para preparar o Brasil para o futuro.





PAINEL 3

RAUL VELLOSO

Raul Velloso inicia o terceiro painel do Fórum que tratará da situação financeira do Rio de Janeiro indicando a ordem de apresentações: Raul Velloso, Leonardo Rolim, o atual Secretário da Fazenda do Estado do Rio, Luiz Cláudio Gomes, o Ex-Secretário da Fazenda estadual, Gustavo Barbosa e em seguida o candidato a governador pelo Partido Novo, Marcelo Trindade e o representante do candidato Romário Faria do partido Podemos, o economista Guilherme Mercês.

Raul Velloso destaca que o tema do Fórum associa a questão da dificuldade que os Estados e a União estão atravessando na área da gestão da previdência pública com a derrocada dos investimentos públicos em geral. Entende que essas questões são duas faces da mesma moeda. Ressalta que nesse painel será abordado especificamente o caso do Rio, mas na sua introdução irá abordar esse tema de um modo mais geral.

Para demonstrar a dramaticidade da situação fiscal dos estados, apresenta a evolução do índice real da despesa previdenciária estadual em comparação com a evolução do PIB real no período de 2006 a 2017. Os dados mostram que o gasto real com a previdência estadual cresceu 93%, enquanto o PIB real elevou-se apenas 23,5%, o que considera uma situação obviamente insustentável. Em termos de taxa média anual, a despesa previdenciária avançou à uma razão de 6,2% ao ano, enquanto o PIB cresceu 1,9% ao ano.

Prossegue comparando os dados do déficit previdenciário dos regimes próprios de previdência com o do INSS. No primeiro caso, se somar os déficits da União com

os Estados o valor alcança R\$ 172 bilhões em único ano (2017). Já o déficit do INSS corrigido pelos efeitos da pior recessão de nossa história e do desemprego resultante – que atinge as receitas de contribuições -- apontam para uma estimativa de R\$ 94 bilhões. Então afirma que esses números mostram a magnitude e a importância do desequilíbrio na previdência pública. Por outro lado, o investimento público total caiu de 10,6% do PIB em meados dos anos 70 para apenas 1,8% do PIB em 2017. Então avalia que essa situação reflete duas faces da mesma moeda: o crescimento abrupto do gasto previdenciário e a queda extraordinária do investimento público. Portanto, para o país recuperar o investimento público e elevar o crescimento econômico é preciso equacionar o problema previdenciário.

Raul Velloso apresenta dados referentes aos gastos previdenciários nos estados como proporção da receita corrente líquida, separando os entes federados por faixas de comprometimento: um grupo que gasta até 9% da receita; um segundo bloco que engloba de 10% até 19%; um terceiro grupo que está no intervalo de 20% a 29% de receita; os estados que gastam no intervalo de 30% a 39% da receita, e finalmente o que gasta acima de 40% da receita corrente líquida. Nessa última faixa está o estado do Rio Grande do Sul que tem a situação mais complicada, quando se examinam essas estatísticas. Aponta que a média de comprometimento dos estados nos últimos três anos, entre 2015 a 2017, cresceu de 17% para 22% da receita corrente líquida. Cita que Minas Gerais está liderando a faixa dos que gastam entre 30% e 39% da receita e o Rio de Janeiro é o destaque entre os estados que estão empregando entre 20% e 29% do que arrecadam no pagamento de aposentadorias e pensões. Então enumera os estados que são os campeões em matéria de elevado peso da previdência pública em relação às suas receitas: Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e o Mato Grosso. Cita que os outros estados têm um peso menor com a maioria se concentrando entre 10% a 19% da receita corrente líquida, a exemplo de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Bahia.

Em seguida, apresenta dados considerados inéditos onde se compara a evolução da despesa real com o pessoal ativo dos estados, em particular do Rio de Janeiro e da União, no período de 2006 a 2017. E mostra que entre 2013 e 2017, o estado do Rio reduziu em cerca de 21% em termos reais o gasto com pessoal ativo, enquanto a União apresentava um crescimento acima da inflação de 1%. Quando considera o conjunto dos estados, a queda real foi de 3,6% no mesmo período. Então, conclui que no período que engloba o mandato do Governador Luiz Fernando Pezão e diferentemente do que é divulgado na mídia, ocorreu um forte ajuste na despesas com pessoal ativo no Rio de Janeiro, inclusive bem acima da média dos estados. Concluiu que, relativamente à média dos demais, o Rio fez seu dever de casa nesse particular, mas

esse ajuste não foi suficiente para garantir que o Rio estivesse atualmente em uma boa situação, em função principalmente da magnitude do problema previdenciário.

Alerta que a crise previdenciária combinada com a maior recessão da história do País acabou levando ao caos fiscal nos estados, ainda que tenha havido um esforço de ajuste do gasto com o pessoal ativo, que não foi suficiente para evitar esse caos em função da magnitude do problema previdenciário e dos efeitos danosos da recessão sobre as contas públicas. Acredita ainda que a crise previdenciária ficaria um pouco oculta durante mais alguns anos se não tivéssemos experimentado a recessão, dado que daria ainda para conviver com essa crise porque a evolução da receita encobriria por algum tempo esse problema.

Para ilustrar o caos fiscal, Raul Velloso utiliza os dados de balanço do resultado orçamentário do estado de Minas Gerais. Cita que até 2012 esse Estado registrava resultados orçamentários positivos, ou seja superávits, que depois se transformaram em elevados déficits: R\$ 948 milhões em 2013, R\$ 2,165 bilhões em 2014 e quando inicia a atual administração em 2015, o déficit de R\$ 2,165 bilhões só não cresceu para R\$ 13,8 bilhões porque o estado recorreu ao uso de depósitos judiciais, o que reduziu o déficit para R\$ 8,9 bilhões. Nos anos seguintes, 2016 e 2017, houve o acordo de renegociação da dívida da União com a redução das parcelas do pagamento de juros nesses anos, o que permitiu que em 2016 o déficit fosse de R\$ 4,1 bilhões ao invés de R\$ 9,1 bilhões e em 2017, de R\$ 9,8 bilhões ao invés de R\$ 11,4 bilhões. Para 2018, a expectativa é que o déficit orçamentário em Minas Gerais se situe em R\$ 8,1 bilhões. Aponta que esse é o maior retrato do caos fiscal em que Minas se encontra e que generalizando também pode estar alcançando outros estados. Alerta que esse problema também traz uma grave consequência que é um brutal acúmulo de restos a pagar que deveriam ser liquidados no último ano dos mandatos sob pena de violar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a despeito da possibilidade de se cancelar parte dessa rubrica e de se explicar economicamente a conjunção de fatores que levaram a essa situação: previdência pública mais a maior recessão da história. Mas avalia que atualmente o atendimento desse dispositivo da LRF é uma questão em aberto, e que todos os estados estão enfrentando essa situação. Acredita que a exceção a esse tema será o estado do Rio de Janeiro que foi o único a entrar no programa de recuperação fiscal, que será apresentado pelo Secretário da Fazenda Luiz Cláudio, que o dispensaria de cumprir essa mesma exigência.

Finalmente, encerra a apresentação afirmando que com fim da recessão uma parte do problema será sanada, mas há uma questão estrutural a ser resolvida que é como equacionar o problema da previdência dos servidores públicos. E alerta que se

não conseguirmos zerar os passivos atuariais o País não sai da crise fiscal gigantesca em que está inserido. Além disso, encerra perguntando se é possível zerar o passivo atuarial no caso do Rio de Janeiro, algo que deverá ser assunto da apresentação do Leonardo Rolim, que vem estudando o tema.



LEONARDO ROLIM GUIMARÃES*

Leonardo Rolim iniciou a apresentação mencionando que já vem discutindo com Raul Velloso por algum tempo alternativas para equacionar o passivo atuarial dos regimes próprios. Alerta que a previdência no Brasil tem problemas seriíssimos atestados por estudos realizados pelo IPEA, Banco Mundial e por outras entidades internacionais, que sempre colocam o nosso regime como um dos dois mais insustentáveis do mundo dependendo do critério de comparação. Cita que somos um país relativamente jovem e já temos um gasto com previdência maior do que países envelhecidos. No ano passado o Brasil gastou 14,3% do PIB com benefícios previdenciários, incluindo os Benefícios de Prestação Continuada (BPC), que embora sejam de natureza assistencial estão incluídos como gasto previdenciário na categoria de benefícios não contributivos. Isso significa um dispêndio maior do que a média dos países da União Europeia, quando o Brasil é um país ainda muito jovem cotejado ao perfil da população da União Europeia. Ainda se compararmos com a América Latina, o gasto do Brasil em percentual do PIB é bem superior.

Em seguida apresentou dados do passivo atuarial de cada estado em quantidade de vezes as respectivas receitas correntes líquidas. Cita que o Rio, que apresenta uma relação de 3,33, até não está entre os piores índices porque esse estado aportou os royalties de petróleo para cobertura previdenciária. Entretanto, alerta que se excluirmos os royalties de petróleo de modo a ficar num nível mais comparável com os outros estados, o Rio iria para um passivo atuarial de algo em torno de cinco vezes a receita corrente líquida sendo a segunda maior nessa proporção entre os estados, o que demonstra a gravidade do problema. Menciona que se somarmos o passivo atuarial da União, dos estados e dos municípios, trazidos a valor presente com uma taxa de desconto que varia entre 5% e 6%, teremos um valor em torno de R\$ 4,5 trilhões, o que representa cerca de 86% da dívida bruta, algo que não está incluído na conta da dívida pública. Ou seja, é uma dívida enorme e que tem que ser paga de qualquer jeito e não pode ser rolada, a exemplo do que União está fazendo com a sua dívida já há vários anos e até pelo menos 2023 sem sequer pagar os juros. Lembra que a dívida previdenciária tem que ser paga porque representa o pagamento das pensões e das aposentadorias dos servidores e alerta que qualquer atraso causa grandes transtornos, a exemplo do que aconteceu no Rio de Janeiro por alguns meses.

Apresenta em sequência a proporção entre receita e despesa dos regimes próprios comparando-se com o regime geral. Então, mostra que quase 2/3 da

* Consultor concursado da Câmara Federal.

despesa dos regimes próprios é financiada pelos Tesouros estaduais sob a forma de déficit e que as receitas incluindo a contribuição patronal financiam pouco mais de 40% da despesa total. Já no regime geral, embora o déficit financiado pelo Tesouro Nacional também seja grande a receita responde por mais de 70% da despesa total. Então conclui que se os déficits nos dois regimes são parecidos em números absolutos, mas em termos estruturais os regimes próprios têm um *gap* de financiamento muito maior do que o regime geral da previdência social.

Em seguida mostra que a evolução da despesa previdenciária do Rio de Janeiro em relação ao PIB estadual cresce numa proporção maior do que a média nacional. Então, conclui que a dramaticidade do problema fiscal no Rio é ainda maior do que a nível nacional. Além disso, quando observa as projeções da avaliação atuarial do fundo financeiro do regime próprio de previdência do Rio até 2091, mostra que o déficit deverá cair nos próximos anos em função das receitas do petróleo, mas mesmo assim irá permanecer num patamar muito elevado. Posteriormente cita que o déficit voltará a crescer bastante e só a partir da década de 2040 é que começará a cair. Ou seja, o cenário previdenciário do Rio para as próximas décadas é nada animador.

Ressalta que o equacionamento do passivo atuarial do estado do Rio de Janeiro passa pelo aporte de ativos e por uma reforma paramétrica em termos de regras de acesso e de cálculo dos benefícios que irá determinar a trajetória da despesa. Então mostra que a trajetória da receita com aporte de ativos e a projeção da despesa pós-reforma são compatíveis com alguns anos de superávit e outros de déficit de modo que o resultado geral será um equilíbrio atuarial. Então defende um mecanismo de securitização que busca antecipar receitas futuras e equilibrar o curto prazo, sobretudo nos próximos anos, quando se espera um déficit brutal. Assim, será possível resolver o problema do curto prazo e também no período posterior, quando os royalties de petróleo já não terão efeito tão forte e serão registrados déficits elevados na previdência porque ainda não surgiu o efeito maior das reformas pelo lado das despesas. Destaca que nas projeções de despesa está sendo considerado o efeito de uma reforma nos moldes daquela que atualmente está proposta no Congresso Nacional. Lembra que o efeito dessa reforma no Estado do Rio não é tão grande porque não será possível alterar direitos adquiridos dos aposentados e nem daqueles que já têm implementados seus direitos e que mesmo que não tenham ainda se aposentado estarão num



regime de abono de permanência e deverão exercer esses direitos futuramente. Então menciona que o efeito da reforma paramétrica reduz o déficit do Rio pelas contas preliminares em torno de 15%, tendo um efeito razoável, mas bem menor do que o obtido pelo aporte dos ativos.

Em seguida apresenta uma simulação preliminar do equacionamento do passivo atuarial do Rio de Janeiro com os impactos do aporte de ativos, da reforma previdenciária e do custo da securitização. Os resultados provisórios apontam para uma redução do passivo atuarial a um valor em torno de R\$ 15 a 16 bilhões que se comparado ao valor atual de R\$ 253 bilhões é algo plenamente suportável pelo estado.

Leonardo Rolim passa a apresentar as principais medidas com o objetivo de reorganizar o regime próprio de previdência do Estado do Rio. Primeiro, propõe a revisão da segregação de massas. Cita que o Rio de Janeiro tem hoje o modelo de segregação do fundo de previdência em duas massas: uma para quem ingressou após a criação da previdência complementar em setembro de 2013 e a outra para quem ingressou anteriormente a esse período. O primeiro fundo está equilibrado e o segundo é altamente deficitário. Ocorre que esse modelo leva a um custo de transição elevado e a proposta é revisar essa segregação de massas de forma que se elimine ou se reduza substancialmente esse custo de transição. A ideia é acumular ativos suficientes para equacionar todo o déficit e dessa forma agregar os servidores em um único fundo capitalizado. O período previsto para que isso aconteça é em torno de dez anos porque não é possível fazer tudo de imediato. Então para se processar essa transferência de forma responsável, o custo atuarial de se transferir um determinado número dos servidores deve ser exatamente igual ao valor de um dado ativo aportado. Assim, com uma margem de segurança será realizada paulatinamente a transferência dos servidores até o momento em que todos ativos aportados cubram todo passivo atuarial. Então, após esse equacionamento será possível se promover o processo de securitização que irá viabilizar os recursos no curto prazo e em momentos que se tenha um fluxo de receitas menor do que de despesas de modo a equilibrar o fluxo financeiro.

Ressalta que não adianta fazer todas as mudanças citadas anteriormente sem melhorar a governança do Rio Previdência, que será fundamental ainda mais num cenário em que se terá uma grande movimentação de ativos no âmbito dessa autarquia. Faz questão de destacar que a atual governança do Rio Previdência não é ruim e talvez seja uma das melhores se comparada com a de outras administradoras dos regimes próprios estaduais. Porém acredita que há espaço para avanços, sobretudo em termos de uma participação mais equilibrada entre os poderes e os servidores,

dados que atualmente há uma concentração muito grande do Poder Executivo. Então acredita ser necessário ter mais regras de transparência e de *compliance* para se garantir uma melhor governança.

Além disso, defende a criação de uma alíquota complementar patronal para as categorias com direito a aposentadorias antecipadas. Segundo Leonardo Rolim esse modelo já existe no regime geral e se constitui em uma forma de dar mais transparência ao custo das aposentadorias especiais, a exemplo de professores, profissionais de saúde e policiais que se aposentam mais cedo. Além da transparência essa medida seria importante para financiar e eliminar o déficit financeiro que ocorrerá nos próximos 10 anos. Realça que atualmente todo esse déficit é coberto com recursos do Tesouro, o que considera inadequado e em desacordo com o previsto no artigo 40 da Constituição.

Finaliza a sua participação afirmando que a Câmara dos Deputados, por meio a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, da qual faz parte, tem um protocolo de cooperação com o Estado do Rio e é sob esse protocolo que vem discutindo tanto com o Poder Executivo como o Ministério Público esse conjunto de ideias, além de realizar estudos e promover debates. Lembra que foi realizado um debate bastante construtivo no Seminário Muda Rio promovido pelo Ministério Público e que a partir das discussões surgiram algumas das propostas apresentadas no Fórum. Cita que outras ideias foram apresentadas a partir de experiências e boas práticas na área previdenciária já implantadas em alguns estados e municípios, sobretudo os de médio porte. Critica a União que apesar do seu déficit brutal (acima da média dos estados) apresenta uma governança que considera um caos. Segundo Leonardo Rolim a União descumpra cabalmente todos os princípios constitucionais do seu regime próprio: não tem unidade gestora única, cada órgão administra a seu bel-prazer e a contabilidade é toda fatiada, apesar da pressão do Tribunal de Contas da União para reverter esse cenário. Afirma que essa gestão da União contrasta com o observado em muitos municípios que criaram sua previdência a menos tempo e que são considerados ótimos exemplos de gestão: fundos totalmente capitalizados e em muitos casos totalmente equilibrados. Aponta que em outras cidades são registrados déficits, porém com plano de equacionamento desses déficits ao longo de 35 anos já totalmente implementados. Cita ainda que em muitos municípios há um bom modelo de governança com conselho paritário, inclusive com eleição entre os servidores para presidência do instituto de previdência. Então, encerra destacando que temos boas práticas pelo Brasil e são essas boas práticas que pretende disseminar como forma de contribuir para melhoria da gestão da previdência do regime próprio do estado do Rio.

LUIZ CLAUDIO GOMES*

O Secretário da Fazenda Estadual do Rio de Janeiro fez uma breve exposição sobre um tema fundamental para o estado que é o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), iniciando pelas premissas do regime e posteriormente avaliando as suas perspectivas.

Em seguida mostra a evolução da situação fiscal do Rio entre 2013 a 2017 e destaca que a exemplo do que o Raul Velloso expôs para o caso de Minas Gerais, De 2013 a 2017, o governo do Rio teve que contar com receitas extraordinárias de monta, que contribuíram atenuar a grave crise fiscal. Em 2013, foram as receitas de royalties impulsionadas pelo elevado preço do petróleo. Em 2015, o governo teve que recorrer a saques nos depósitos judiciais, e em 2016 o estado recebeu um auxílio financeiro da União em função das Olimpíadas. Já em 2017, o governo vendeu a folha salarial e obteve receitas oriundas da repatriação de recursos do exterior, além da operação de crédito lastreada pelos ativos da CEDAE.

O Secretário mostrou a evolução das taxas de variação da receita corrente líquida em valores nominais e valores reais entre 2010 e 2017, apontando para uma De qualquer forma, houve uma acentuada tendência de queda de receita no período. Quanto à evolução dos Royalties do Petróleo, registre-se que tiveram a sua menor arrecadação em 2016, com o valor do petróleo atingindo o piso de 28 dólares o barril em 2015, embora tenha se recuperado em 2017. O mais importante a ser destacado é o efeito da chamada tempestade perfeita que iniciou em 2015, prosseguiu em 2016 e em parte de 2017, quando as finanças estaduais sofreram o impacto da feroz recessão que ainda vivemos e que alcançou fortemente a cadeia de óleo e gás, atingindo duramente a economia do estado do Rio de Janeiro. A Petrobras reduziu drasticamente seus investimentos e o ativo principal do governo do estado do Rio (royalties) perdeu seu valor nesse período. Então, menciona que esses três fatores fizeram com que a receita esperada do estado caísse dramaticamente, originando a crise fiscal.

Destaquem-se, a seguir, os principais itens da despesa do estado de 2013 a 2017. O principal item foi a folha salarial: ativos e inativos, seguido do pagamento de juros e amortizações com a dívida estadual. Já em 2017 houve a suspensão do pagamento da dívida junto à União, sob o Plano de Recuperação Fiscal – PRF, o que proporcionou um forte alívio às contas do Estado.

* Secretário da Fazenda Estadual do Rio de Janeiro.

Outro fato público e notório, mas que merece ser ressaltado, é a queda brutal nos investimentos. A formação bruta de capital fixo alcançou R\$ 1,3 bilhão em 2013 e a cada ano foi se reduzindo até chegar em 2017 a um valor de apenas R\$ 141 milhões. Alerte-se que esse desempenho tende a continuar assim durante algum tempo, enquanto não se conseguir organizar a situação fiscal do estado.

Como resultado de tudo isso, a sequência de resultados fiscais orçamentários (resultados esses obtidos nos balanços anuais, ou seja, no regime de competência) levou ao estoque de “restos a pagar” de R\$ 19,3 bilhões no final de 2017, devendo, pela última previsão oficial, chegar a R\$ 15,5 bilhões no final de 2018, o que, conforme a linha 6 da tabela anexa exigiria um superávit orçamentário de R\$ 6,4 bilhões este ano.

Corresponde à deterioração acumulada da situação do estado do Rio. Explica que esse é um valor acumulado ao longo dos anos, isso porque as despesas ocorrem e não são pagas em função da insuficiência de receitas, transformando-se em restos a pagar de pessoal, fornecedores etc. Então, esses restos a pagar formam uma dívida que não resulta de uma operação de crédito.

Em seguida mostrou um resumo dos indicadores fiscais do estado de 2010 até 2016. Aponta uma deterioração nas principais estatísticas como dívida consolidada, resultado primário, resultado nominal, especialmente a partir de 2015, o que culminou na crise em 2016.

Mostrou depois as consequências da deterioração fiscal do Estado do Rio. Primeiro mencionou o impacto das decisões judiciais no caixa do estado quando se têm despesas que são obrigatórias e receitas insuficientes para atendê-las. Em função disso surgem os arrestos da dívida da União, dos Poderes Autônomos para pagamento de duodécimo e dos sindicatos para a folha de pagamento, o que significou que durante todo o ano por vários dias e a cada mês o estado ficou sem acessar o caixa. Explica que o arresto subsistia pelo período necessário até completar o valor provisionado das contas do Tesouro. Exemplifica que em 2016 e 2017 foram registrados arestos e bloqueios superiores a 11 bilhões de reais entre a conta única do Tesouro e demais contas. Cita que a partir de julho 2017, após uma decisão judicial no STF, o caixa obteve um alívio porque se conseguiu bloquear os arrestos de folha até chegar em setembro com a assinatura do regime de recuperação.



Mas como ocorre na maioria dos estados, o maior problema das contas fluminenses é o gigantesco déficit previdenciário financeiro, entre R\$ 10 e 12 bilhões em 2016-17, déficit esse que teve de ser coberto pelo Tesouro Estadual, e impede que o Estado destine maior volume de recursos para as rubricas prioritárias.

Em anos anteriores, a conta fechava com receitas extras que o próprio fundo de previdência conseguia gerar com a gestão dos ativos, algo que se vem esgotando. Uma boa notícia é que Entretanto, cita que esses ativos foram se acabando e, na realidade, o déficit atuarial se transformou em um déficit financeiro e a partir de 2016 o estado teve que começar a cobrir esse déficit do Rio Previdência. Por outro lado, nem tudo é má notícia e o Rio Previdência desde 2012 vem tendo uma política de auditoria da sua folha que, em 2017, alcançou a marca de R\$ 1,7 bilhão de benefícios que foram auditados e corrigidos e/ou cortados.

O PRF pode ser dividido em requisitos de habilitação, condições de adesão e prerrogativas concedidas para o estado que aderir ao programa. Menciona que para se enquadrar no PRF é preciso que o estado esteja numa situação de severa crise financeira, ou seja, esse programa não foi criado para situações não graves. De fato, o modelo parece ter sido inspirado no caso do Rio de Janeiro, onde os sintomas de calamidade eram óbvios: a Assembleia Legislativa cercada e 17 meses de salários atrasados, com algumas categorias com 3 meses de atraso consecutivos.

As condições de entrada são tais que a primeira exige que a receita corrente líquida anual seja menor que a dívida consolidada ao final do exercício financeiro anterior. No caso do Rio, em 2016, a receita corrente líquida era de R\$ 46,2 bilhões, enquanto a dívida consolidada situava-se em R\$ 108 bilhões, ou seja, o requisito foi atendido largamente. A segunda condição é que as despesas “liquidadas” (ou prontas para pagar) com pessoal, juros e amortização representem no mínimo 70% da receita corrente líquida aferida no exercício financeiro anterior ao do pedido. Essa é uma condição extremamente crítica porque exige um elevado grau de comprometimento das receitas com despesas obrigatórias, como folha de salários e serviço da dívida.

No caso do Rio, em 2016, a folha de pessoal alcançava R\$ 33 bilhões, o pagamento de juros foi de R\$ 2,7 bilhões e os gastos com amortização atingiram R\$ 2 bilhões, o que correspondia a 82,5% da Receita Corrente Líquida. Portanto, o Rio também se enquadrava nesse requisito. Finalmente a terceira condição é a de que o valor total de obrigações contraídas seja maior do que as disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa de recursos sem vinculação de receitas. Nesse caso, o governo estadual acumulava R\$ 11 bilhões de obrigações, enquanto detinha R\$ 862 milhões de disponibilidade de caixa sem vinculação. Essa é uma condição que buscava

traduzir a situação de liquidez e de disponibilidade de caixa do estado. Nesse caso, o Rio também estava numa situação extremamente crítica, o que se configurou em todos os requisitos para entrada no PRF.

Para continuar na adesão ao regime, o estado teve que aprovar um conjunto de leis; propor um diagnóstico em que foi identificada a situação de desequilíbrio financeiro; e prover um conjunto de medidas com os impactos esperados e os prazos para a sua adoção dentro do limite temporal autorizado pela lei complementar. Essas medidas devem conduzir o estado na direção de uma situação de melhor saúde fiscal.

Por outro lado, a lei complementar trouxe um conjunto de prerrogativas para o estado. Primeiro, a prorrogação das prestações relativas ao serviço da dívida com o Tesouro Nacional. Assim, esses pagamentos podem ser interrompidos até que a crise momentânea possa ser resolvida e as medidas estruturais surtam efeitos, ou seja, se consiga alcançar a um equilíbrio fiscal. Segundo, o regime dispensa para a realização de algumas operações de crédito os requisitos legais para a contratação com a União e a verificação dos requisitos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal -- LRF. Nesse caso, a mais famosa e primeira operação de crédito foi a que teve como segunda garantia as ações da CEDAE e que foi realizada em dezembro de 2017. Terceiro, a suspensão da aplicação de exigências da LRF, mais especificamente sobre a adequação aos índices da folha salarial e da dívida consolidada com relação à receita corrente líquida, que no momento da adesão se tornavam impossíveis de serem atendidas e que atualmente ainda são inviáveis de cumprimento.

No tocante às vedações, o Secretário cita o caso da aprovação pela Alerj do reajuste de 5% para o Ministério Público e para o Tribunal de Justiça. Cita que pelo regime de recuperação fiscal não se pode conceder a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros dos Poderes ou de órgãos, de servidores e empregados públicos e de militares. Isso significa que não é possível criar novas despesas. Explica que as vedações estão muito vinculadas ao controle do principal item da despesa do estado que é a folha salarial. Portanto, se veda a realização de concursos quando não se tem a criação de vagas para aposentadoria, além de proibir a concessão de aumentos, progressões e criação de qualquer tipo de auxílio.

Em seguida apresenta um resumo global do impacto do conjunto de medidas do Plano de Recuperação Fiscal (PRF) num horizonte de 6 anos. São R\$ 50 bilhões de aumento das receitas, R\$ 16 bilhões de redução das despesas, principalmente com a folha salarial, R\$ 19,7 bilhões com novos cálculos no serviço da dívida administrada pelo Tesouro Nacional e com outras dívidas que não entraram no PRF, e

mais R\$ 8 bilhões com operações de crédito que foram autorizadas pelo Tesouro no âmbito do PRF. No total o somatório de medidas irá gerar uma liquidez no período de 6 anos de R\$ 94 bilhões.

Cita especificamente o comportamento das receitas tributárias no horizonte temporal do regime. Essas receitas passariam de cerca de R\$ 51 bilhões em 2018 para R\$ 70 bilhões em 2023. Essa projeção seria explicada não só da partir da evolução natural do PIB/inflação, mas principalmente pela modernização da máquina arrecadatória do estado.

Então passou a apresentar conceitualmente como estão distribuídas as medidas do plano. Com relação às receitas, a expectativa é que na primeira metade do PRF o crescimento ocorra em função de medidas tópicas: as vendas relacionadas com a CEDAE, da folha de pagamento e de outros ativos. Então essas receitas extraordinárias contribuem para melhorar o fluxo de caixa no período 2017-2020, enquanto se espera que as medidas estruturais, que levam tempo para gerar resultado, possam ter o impacto significativo no transcorrer da segunda metade do regime, de modo a garantir o financiamento das despesas que são recorrentes.

Em seguida passa a tratar da evolução da despesa prevista no período do regime. A despesa total deve crescer nominalmente 31% entre 2017 e 2023, incluindo o serviço da dívida. No principal item da despesa, que é a folha salarial, a expansão com o pessoal ativo será de 10,5% e com os inativos alcançará 16,3%. A expansão maior ocorrerá com o pagamento do serviço da dívida a partir de 2020, porque atualmente se tem um *waiver*, ou seja, o governo estadual não está pagando os serviços da dívida e essa é a principal fonte de liquidez para o estado na primeira fase do regime de recuperação fiscal. Esse alívio é da ordem de R\$ 30 bilhões. Na segunda fase do PRF se volta a pagar o serviço da dívida numa curva crescente de modo que em 2024 ocorra o pagamento integral desses serviços para o estoque da dívida naquele período.

O Secretário mostra que os impactos das medidas de contenção das despesas serão mais relevantes no segundo período do regime e alcançam R\$ 21 bilhões contra R\$ 5,6 bilhões do primeiro período. São medidas como a impossibilidade de criar cargos, conceder aumentos, realizar concursos e toda ordem de contenção do principal item da despesa que é a folha salarial.

Na sequência, apresentou a evolução do resultado primário fiscal e dos juros e encargos da dívida num cenário base e num cenário alternativo (com a adoção do PRF) no período de 2017-2023. No cenário base o resultado primário é deficitário em todos os anos ocorrendo redução desse déficit a partir de 2021, além de se arcar com o serviço da dívida em todos os anos. No alternativo, com a adoção do PRF há

um alívio na primeira fase do regime do pagamento dos encargos da dívida, com a retomada mais expressiva a partir de 2021. Menciona que essa prerrogativa é a grande fonte de liquidez do regime de recuperação fiscal, que irá permitir que o estado evolua com as medidas estruturais, tanto de receita como da despesa, e na segunda fase possa voltar a pagar dívida. Nesse caso, as medidas estruturais já estarão gerando receita suficiente e as despesas serão contidas, de modo a sair da calamidade financeira e gerar resultados primários expressivos.

Encerra tratando do monitoramento do plano que impôs a criação de um conselho ou comissão de acompanhamento formada por um membro do Ministério da Fazenda, um do estado do Rio de Janeiro e outro do Tribunal de Contas. Cita que esses membros estão fisicamente no Ministério da Fazenda do Rio, mas que em 90% do tempo estão dentro da Secretaria de Fazenda do Estado, ou seja, há uma grande pressão no monitoramento das ações do plano e cita que o acompanhamento não é nem diário, mas por hora.



MARCELO TRINDADE*

Marcelo Trindade, candidato do Partido Novo ao governo do estado do Rio de Janeiro, inicia agradecendo o convite do Fórum Nacional, onde já esteve algumas vezes quando foi diretor e presidente da Comissão de Valores Mobiliários a convite do ministro João Paulo Reis Velloso, quem considera um exemplo de resiliência em que o Brasil deveria se guiar. Cita que se tivéssemos seguido metade das recomendações que foram feitas nos Fóruns Nacionais, o Brasil certamente seria um país radicalmente diferente do que somos. Cumprimenta o atual Secretário da Fazenda do Rio, Luiz Cláudio Gomes e o Ex-Secretário Gustavo Barbosa, pelo trabalho de adesão ao plano de recuperação fiscal que autoriza a moratória no pagamento dos serviços da dívida e que prevê uma solução de longo prazo para os problemas financeiros do estado.

Defende que se tem que enfrentar a situação fiscal do Rio de frente utilizando muita clareza. O plano de recuperação fiscal prevê uma situação fiscal equilibrada em 2023, caso as medidas surtam efeito e as projeções se confirmem. Avalia que um dos grandes problemas do Rio de Janeiro foi não ter previsto a hipótese de cenários de risco ou de estresse durante o período da bonança, a exemplo do que é feito na administração das empresas. Cita que o governo concedeu elevados aumentos salariais e contratou em demasia. Exemplifica que de 2008 a 2017, enquanto a inflação cresceu 70%, a folha salarial aumentou 144% e a reboque vieram o crescimento das despesas previdenciárias. Assinala que esse é o resultado do excesso de otimismo, imprevidência, demagogia e do velho hábito dos políticos de não ouvirem o aconselhamento dos secretários e do corpo técnico. Menciona ainda que a blindagem da Secretaria da Fazenda do Rio ao longo dos anos foi insuficiente para impedir a crise financeira.

Em seguida expressa que a queda na folha de ativos citada pelo Raul Velloso pode ser influenciada também pelo aumento das aposentadorias por medo da reforma previdenciária. Ilustra sua tese com o caso da Polícia Militar, onde os oficiais conseguem progressivamente alcançar o posto de Coronel e irem para reserva, assim como todos os praças se aposentam com promoções. Então avalia que se tem um gravíssimo problema estrutural no Rio de Janeiro do ponto de vista das carreiras públicas. Cita ainda o caso das carreiras de gestor que foram criadas por iniciativa do Gustavo Barbosa em 2010 e que teriam por sua capacidade técnica influenciar nas

* Candidato do Partido Novo ao governo do estado do Rio de Janeiro.

decisões na administração estadual. Entretanto, menciona que esses gestores que eram cerca de 400 caíram para 280 em função dos poucos estímulos para a progressão e por serem chefiadas por nomeações políticas sem a mesma competência técnica. Então menciona que faltou essa valorização e os incentivos necessários para valorização do quadro técnico na administração do estado.

Defende ainda que é preciso de uma vontade política nova e de uma postura política diferente na gestão. É fundamental ter clareza em afirmar que é necessário promover um corte profundo nos gastos públicos. Nesse sentido, afirma que o programa de governo do Partido Novo para o estado do Rio tem como meta promover a redução de gastos públicos da ordem de R\$ 9 bilhões em quatro anos, com um corte de R\$ 2 bilhões já no primeiro ano.

Menciona que a questão dos arrestos é um exemplo do quanto o Rio de Janeiro precisa de um pacto novo na política para com legitimidade construir esse acordo junto ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público. Não enxerga que esse pacto possa ser construído por políticos tradicionais que não têm a credibilidade necessária para avançar nessa direção. Menciona que esse pacto é de convivência e principalmente de prevalência da lei. Exemplifica que se um servidor público for demitido, ele ou sindicato irão buscar uma liminar em juízo para ser reintegrado, então é preciso que o Presidente do Tribunal casse essa liminar, se algum juiz de primeira instância conceder esse direito provisório. Então acha fundamental que o Judiciário e o Ministério Público do Rio de Janeiro cooperem de verdade para que se possa retirar o estado da situação financeira crítica em que se encontra. Caso contrário, as medidas serão inócuas e os números dos arrestos demonstram essa situação.

Por outro lado, concede uma ressalva de crédito ao Poder Judiciário. Isso porque o governo do estado do Rio de Janeiro havia perdido a sua legitimidade institucional, o que determinou a postura do Judiciário em autorizar os arrestos de forma generalizada. No entanto, os dados mostrados pelo Secretário da Fazenda apontam que quando o regime de recuperação fiscal se institucionalizou o Judiciário arrefeceu essa posição quanto aos arrestos. Explica que como advogado há 32 anos compreende que quando o devedor começa a não pagar os credores há uma demanda por arrestos, liminares, sequestros, buscas e apreensões até que se impetre a concordata ou o regime de recuperação judicial.



E cita que o Rio tinha virado um estado desse tipo, que não pagava suas dívidas e seus salários e assim estava sendo acossado pelos credores. Dessa forma, o Judiciário terminava por reagir, embora, reconheça o pedaço da culpa que esse próprio Poder tem na crise financeira. Nesse sentido, aponta o elevado peso do Poder Judiciário na folha salarial e com aposentadorias e pensões. Exemplifica que dos R\$ 33 bilhões anuais do gasto com pessoal, R\$ 25 bilhões refere-se ao Executivo e o restante é o dispêndio com outros poderes, o que considera um valor muito elevado. Outra distorção é o caso da Polícia Militar, onde o gasto com inativos é elevado com a existência de coronéis reformados que se aposentam aos 50 anos ou menos auferindo salários de R\$ 30 mil.

Em seguida descreve que o pacto a ser estabelecido demanda dois requisitos básicos. O primeiro é o de encarar a realidade e não realizar discursos políticos de promessas. Critica os candidatos que anunciam expansão de gastos e não números de corte ou reduções. Então acha incompreensível candidatos que sabendo das condições financeiras do estado querem assumir o governo com um discurso de falsas promessas. O segundo requisito é de natureza política que expressa a visão do Partido Novo. Acredita que o pacto e as soluções a serem construídas não virão dos políticos tradicionais porque eles não têm capacidade de fazer diferente do que sempre fizeram. Então eles acreditam que a política é isso mesmo, então vão tentar conviver com uma ALERJ que nesse quadro de crise financeira, por exemplo, derrubou o veto do governador Pezão que desautorizou o aumento de 5% para o Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. Elogia a postura do governador Luiz Fernando Pezão por ter sido certamente o governador que historicamente mais vetou leis, ou seja, agindo corretamente a cada irresponsabilidade eleitoreira da ALERJ. Nesse último caso, a ALERJ ainda derrubou o veto, o que irá exigir da Procuradoria do Estado recorrer ao Supremo Tribunal Federal para cassar essa medida que considera irresponsável. Caso semelhante é a liminar concedida pelo órgão especial do Tribunal de Justiça para reduzir a contribuição previdenciária dos servidores de 14% para 11%. Portanto, reafirma que infelizmente o pacto a ser construído e a percepção da realidade financeira do estado não serão alcançados por quem não seja novo na política e não tenha legitimidade moral para estabelecer uma discussão de verdade.

Finaliza agradecendo o convite do Raul Velloso e pelo aprendizado proporcionado pelo Fórum. Expressa que já tinha se debruçado sobre a realidade financeira do Rio antes de se candidatar e realizado a análise do cenário de estresse do governo do estado que coincide com o cenário base. Nesse caso, o debate no Fórum confirmou a sua percepção de que ou se faz uma abordagem séria, definitiva e enfrenta de frente dos problemas do Rio ou o Rio não irá sair do buraco.

GUILHERME MERCÊS*

Guilherme Mercês atesta que a situação fiscal-financeira do estado do Rio ficou exposta de forma clara pelos participantes do terceiro painel do Fórum. Acredita que o diagnóstico e as soluções estão colocados e são conhecidos não só no Rio de Janeiro, mas também em outros estados, inclusive em municípios. Portanto, é preciso vontade política para enfrentar esse tema. Como representante do senador Romário, candidato ao governo estadual, há uma compreensão de que o Rio atravessa uma situação financeira muito complicada e que é preciso compartilhar essa visão não somente com a sociedade, mas também com os outros poderes. Nesse sentido é incoerente diante da população fazer promessas incompatíveis com a situação financeira que foi bem demonstrada no Fórum. Dessa forma, obedecendo a essa lógica é que o plano de governo do candidato Romário tem poucas promessas e que o principal objetivo é justamente arrumar a casa e conseguir um fôlego financeiro nos próximos anos.

Acredita que o estado do Rio de Janeiro tem que enfrentar três grandes desafios que estão intrinsecamente relacionados: a questão fiscal, a segurança pública e a geração de emprego. Os problemas com segurança pública afetam negativamente a atividade produtiva, não atraindo novas empresas e contribuindo para fechar as existentes com impactos no emprego e na arrecadação. Além disso, a falta de empregos gera mais insegurança, o que novamente prejudica direta e indiretamente a arrecadação e as finanças públicas num ciclo vicioso. Portanto, defende que é necessário ter uma visão da situação fiscal também acoplada aos temas da segurança pública e da geração de emprego.

Assinala que tem estudado bastante o Rio de Janeiro nos últimos anos e que a crise econômica impactou o estado com muita força por alguns motivos específicos. Lembra que os setores que mais sentiram a crise no Brasil são justamente aqueles que tem uma grande importância no estado do Rio: petróleo e gás, construção civil e automotivo. A queda desses setores foi muito forte no Brasil e maior ainda no Rio, o que gerou um impacto significativo nas receitas de ICMS e dos royalties. Aponta que as transferências voluntárias, principalmente para Copa e Olimpíada, aumentaram bastante o orçamento estadual nos anos anteriores e assim esconderam parcialmente o problema com os gastos de pessoal. Questiona se essas transferências voluntárias de caráter temporário devam compor a receita corrente

* Representante do candidato Romário ao governo do Estado do Rio de Janeiro.

líquida, isso porque não é possível financiar gastos com pessoal que são rígidos com receitas extraordinárias e temporárias. Nesse caso, acredita que faltou uma maior previsibilidade em determinar um cenário e realizar as ações necessárias. Diante desse panorama, a dívida pública cresceu substancialmente e atualmente é quase três vezes maior do que receita corrente líquida situando-se muito acima do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. De modo semelhante o gasto com pessoal em 2016 ultrapassou 72% da receita corrente líquida.

Ressalta a importância do regime de recuperação fiscal para essa transição de governo, tanto do ponto de vista da liquidez como legal. Isso porque o Rio, assim como Minas Gerais e o Rio Grande do Sul, estão enfrentando nos últimos dois anos um elevado volume de restos a pagar acima dos recursos em caixa. Cita que esses estados estão diante de um problema sério com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda ao governante entregar ao seu sucessor mais restos a pagar do que recursos disponíveis. Assim, se está diante de um problema de liquidez que somente pode ser solucionado com empréstimos. Por isso a grande importância para o Rio desses aportes de empréstimo do governo federal no âmbito do regime de recuperação fiscal.

Assinala que o estado do Rio colapsou em função dos salários atrasados e da queda brutal dos investimentos de um modo geral. Menciona que a crise financeira foi agravada e lembra que em 2017 a grande maioria dos servidores teve quase 4 meses de salários atrasados. Avalia que esse cenário intensificou a crise na medida em que se tem um contingente expressivo de funcionários públicos no Rio e os atrasos salariais retiram grande parte do poder de compra da população com impactos no comércio e nos serviços. Além disso, cita que os investimentos públicos declinaram fortemente não somente no governo estadual, mas também nos municípios.

Destaca que os municípios do Rio atualmente investem 1/3 se comparado à média das prefeituras brasileiras. Então, menciona que a demanda por investimentos em infraestrutura caiu muito, tanto por parte do estado como dos municípios, o que debilitou muito o mercado da construção civil. Observa que os mercados da construção civil e de serviços basicamente caíram o dobro no Rio de Janeiro cotejado com a média nacional. Esse resultado explica porque o mercado de trabalho do Rio de Janeiro é o pior do Brasil, dado que é um dos poucos que ainda continua demitindo.



Exemplifica que em julho deste ano, enquanto o País gerou mais de 47 mil empregos com carteira assinada, o Rio de Janeiro continuou num processo de demissão com saldo negativo de mil vagas. Portanto, cita que os dois setores (construção civil e serviços) que são grandes empregadores demonstram essa condição muito desfavorável do estado do Rio de Janeiro no que diz respeito à geração de emprego. Assinala que essa situação está bastante relacionada com crise fiscal do estado.

Em seguida lança a seguinte questão: como resolver a crise fiscal do Rio? Acredita que pelo lado das despesas, o Fórum lançou as principais questões que merecem ser aprofundadas no debate. No tocante às receitas, defende que é preciso preparar o estado para o futuro. Isso porque num processo de securitização de ativos ou recebíveis para cobrir o déficit previdenciário é importante adotar outra estratégia em paralelo que construa as condições de equilíbrio fiscal, em que a estrutura tributária seja capaz de financiar as despesas, quando o adiantamento dos recebíveis/ativos se esgotar. Acredita que independentemente do próximo governante é preciso endereçar essas questões que julga importantes.

Nesse sentido, acredita ser inevitável a discussão do pacto federativo, no bojo de uma reforma tributária. Avalia que o Rio é bastante prejudicado no atual pacto federativo porque produz mais de 70% do petróleo do Brasil e devido a uma exceção possui a tributação toda concentrada no destino, o que retira bastante receita do estado. Sugere que fosse até mais vantajoso para o Rio realizar uma compensação com a divisão das receitas de royalties em troca do ICMS sobre o petróleo.

Outro tema inescapável é a reforma previdenciária independentemente de quem seja o presidente eleito. Defende que é preciso se partir de uma reforma paramétrica federal e se for necessário também pensar numa mudança dos parâmetros estaduais de pagamento dos benefícios de forma geral.

Cita que a Lei Kandir é outro ponto importante que precisa ser discutido com o governo federal. Concorde com o Leonardo Rolim que não caberá ao Rio de Janeiro um valor tão grande, mas outros estados têm bastante a receber. Destaca a importância de lançar as bases para uma nova economia no Rio de Janeiro. Ressalta a necessidade de o estado ter uma capacidade de arrecadação diferente da atual que é muito concentrada no petróleo e em setores tradicionais. Isso porque esses setores necessariamente vão perder espaço nos próximos anos em função da revolução científico-tecnológica que atravessa o mundo. Avalia que o mundo deve operar em termos produtivos e de mercado de trabalho de uma forma absolutamente diferente do que opera atualmente já na próxima década. Então é preciso colocar o Rio na vanguarda desse processo e assim possibilitar que o estado lidere as mudanças que

estão em curso e lance as bases de uma nova estrutura econômica. Cita que esse trabalho deve ser feito em paralelo com a agenda de curto prazo de recuperação financeira para se garantir a sustentabilidade fiscal no longo prazo. Tem a confiança que o Rio de Janeiro é um dos estados brasileiros que tem as melhores condições de dar esse salto produtivo.

Finaliza reafirmando que o Rio três principais desafios: recuperação fiscal, geração de empregos e resgate da segurança pública. Mas por outro lado, apresenta três grandes forças. Primeiro, a visibilidade global. Ao recuperar a credibilidade do Rio com a sua visibilidade incomparável no Brasil, o estado poderá captar recursos, atrair parcerias de forma geral e até obter dos fornecedores preços menores do que são cobrados hoje. A segunda força ou ativo do Rio que pode ser bastante explorada é a sua posição estratégica em termos logísticos e geográfico. O Rio detém uma infraestrutura logística bastante favorável com cinco portos. Além disso, o estado abrange num raio de 500 Km cerca de 50% do PIB nacional. Portanto, defende que é preciso explorar esse hub logístico do Rio. A terceira força do Rio de Janeiro reside na elevada concentração de capital humano. Cita especificamente a área da saúde, onde se tem um grande número de médicos e doutores, e que representa um dos setores com maior potencial na revolução científico-tecnológica. Assim, destaca que oportunidades existem e há um diagnóstico bem feito com as ferramentas necessárias para lidar e superar a crise financeira. Ressalta que o trabalho é grande mas pode ser dividido em duas perspectivas: a de curto prazo, que é de apagar o incêndio e gerir a recuperação financeira e a de médio e longo prazos, em que se faz necessário lançar as bases da nova economia até para não desembocar em outra crise em função da dependência econômica, tanto do setor de petróleo como dos setores tradicionais.



GUSTAVO BARBOSA*

Gustavo Barbosa inicia elogiando o candidato do Partido Novo, Marcelo Trindade, e o representante do candidato Romário Dias, o economista Guilherme Mercês, por defenderem a prática de responsabilidade fiscal. Além disso, critica outros candidatos que afirmam que vão retirar o estado do Rio do Plano de Recuperação Fiscal (PRF), atribuindo esse comportamento ao completo desconhecimento do que significa o PRF e as consequências de um eventual abandono. Explica que o PRF permite que o Estado do Rio não pague integralmente o serviço da dívida com União durante a sua vigência. Cita que esses valores estão contabilizados numa conta gráfica que atualmente está próxima a R\$ 27 bilhões sem contar os juros de mora. Então, a partir do momento em que o estado sai por opção, de forma imotivada ou por não cumprir as condicionantes (a exemplo da insistência da Assembleia Legislativa na aprovação do aumento para os Poderes Autônomos), o estado terá que arcar no curto prazo com o pagamento dos R\$ 27 bilhões mais os juros de mora, o que seria mais um problema gravíssimo para as finanças estaduais. Portanto, alerta que essa não é uma opção viável.

Em seguida, aponta que o Estado do Rio teve um conjunto de problemas resultantes de ações discricionárias e não-discricionárias. Concorda com o Raul Velloso de que o governo fluminense enfrenta um problema estrutural previdenciário, assim como ocorre em outros estados e municípios. Por outro lado, afirma que numa apresentação que realizou para a Associação de Municípios do Estado do Rio de Janeiro constatou que mais de 70% das prefeituras estão com dificuldades no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal por estarem no limite de despesa de pessoal. Porém, com um detalhe, diferentemente do município do Rio e do Estado do Rio esses municípios não têm pressão previdenciária, ou seja, o maior problema tem a ver com pessoal ativo. Diante desses e outros fatos avalia que é preciso repensar o estado brasileiro. E recupera uma questão levantada pelo governador Fernando Pimentel no Fórum do INAE: “Será que a sociedade sabe o quanto custa o estado?”. E afirma que a sociedade realmente não tem ideia dos custos. Faz uma ressalva de que a culpa não é do servidor público que realiza o concurso de forma legítima e está amparado legalmente. Mas acredita que é preciso reavaliar essa estrutura. Por exemplo, existem carreiras que têm uma remuneração no Estado do Rio altíssima e que em menos de dez anos o servidor estará no topo da carreira com salário que alcança o teto remuneratório. Então acredita que não faz sentido um

* Ex-secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

servidor começar ganhando R\$ 15 mil e em menos de dez anos passar a auferir R\$ 30 mil. Desse modo, o estado funciona como um transferidor de renda para certos grupos. Por exemplo, no caso do Rio de Janeiro a arrecadação de ICMS alcança R\$ 40

bilhões, um valor equivalente ao da despesa de pessoal, entre ativos e inativos. Portanto, esse modelo é muito concentrador de renda porque se utiliza 100% da arrecadação do maior tributo do estado e direciona para 420 mil pessoas em detrimento da população total de 16,5 milhões. Então, defende mudanças legais que alterem essa estrutura. Logo, acha impressionante que a Assembleia Legislativa derrube o veto do governador de aumento salarial para as carreiras que foram as menos prejudicadas e que detêm as maiores médias salariais e que em nenhum momento tiveram seus salários atrasados, diferentemente de outros servidores do Poder Executivo. E questiona se a sociedade fluminense conhece essa realidade. Aponta que os deputados sabem porque são eles que votam esses aumentos e nesse caso não há deliberação exclusiva do Poder Executivo.

Na sequência, trata de um tema que considera pontual, mas importante: a CEDAE. Afirma que a CEDAE não foi vendida por R\$ 2,9 bilhões, mas foi utilizada como lastro em segunda garantia de uma operação de crédito no valor de R\$ 2,9 bilhões. Portanto, é falsa a ideia de que a CEDAE vale R\$ 2,9 bilhões. Lembra que na precificação que foi realizada quando da operação de crédito, a CEDAE foi avaliada em R\$ 8 bilhões e que a empresa será reavaliada com uma estrutura definida com o BNDES, o Estado do Rio de Janeiro e o Ministério da Fazenda que são os participantes do processo. Então critica candidatos que afirmam que a CEDAE foi vendida e avaliada em R\$ 2,9 bilhões, o que é um equívoco e que eles precisam se informar no tocante a esse assunto.

Encerra voltando ao tema da previdência do setor público que tem sido enfatizada pelo Raul Velloso e o Leonardo Rolim, mostrando que há maturações diferentes dos planos previdenciários. Por exemplo, o Rio Grande do Sul está numa situação extremamente aguda, enquanto o Rio de Janeiro e Minas Gerais estão num quadro menos crítico, porém ruim. Outros estados estão numa situação menos crítica e ainda há os estados da região Norte que eram territórios e que se transformaram em estados no período mais recente. Então essas unidades da Federação têm o que se chama de plano pouco maduro, ou seja, eles ainda não estão intensivamente



gerando despesa. Portanto, afirma que a realidade de cada ente público é diferente também sob a ótica previdenciária. Então, afirma a posição do Raul Velloso de que a reforma da previdência precisa estipular um piso, ou seja, regras paramétricas mínimas para os regimes próprios. Dessa forma, os poderes legislativos estaduais e municipais se assim desejarem poderão adequar as regras à realidade local, desde que aquele piso seja cumprido. Por exemplo, se há uma situação gravíssima no estado do Rio Grande do Sul, então as regras poderiam ser mais rigorosas. Logo, defende que é preciso entender de forma mais aprofundada a realidade previdenciária da Federação, de cada estado e de cada município.



A p ê n d i c e



PROGRAMA DO
FÓRUM NACIONAL
(Sessão Especial)
agosto de 2018





FÓRUM NACIONAL (Sessão Especial)

23 e 24 de agosto de 2018
BNDES (Rio): Av. Chile, 330 - 8º andar,
Ed. Ventura (Torre Oeste)

T E M A S

Previdência pública
e infraestrutura: a
saída para o Brasil

A recuperação da
economia e o
novo governo



P R O G R A M A Ç Ã O

23 de agosto

Quinta-feira

10:00h às 13:00h – PAINEL I: “PREVIDÊNCIA PÚBLICA E INFRAESTRUTURA: A SAÍDA PARA O BRASIL”

Abertura: **Dyogo de Oliveira**, Presidente do BNDES

Governadores: **Luiz Fernando Pezão** (RJ), **Fernando Pimentel** (MG), **Wellington Dias** (PI)

Convidados especiais: **Weder de Oliveira**, Ministro do TCU

Panelistas: **Raul Velloso**, **César Borges** e **Bernardo Figueiredo**

14:30h às 17h30 – PAINEL II: “A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA E O NOVO GOVERNO”

Abertura: **Mailson da Nóbrega**, ex-ministro da Fazenda

Panelistas: **Raul Velloso** e **Fernando Veloso**

Convidados especiais: **Paulo Rabello de Castro** e **Christian Lohbauer**

24 de agosto

Sexta-feira

10:00h às 13:00h – **PAINEL III: “MESA-REDONDA SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”**

Raul Velloso, Leonardo Rolim Guimarães, Luiz Claudio Gomes, Marcelo Trindade, Guilherme Mercês e Gustavo Barbosa



voltados para o desenvolvimento brasileiro

Não é a primeira vez que o **FÓRUM NACIONAL** demonstra preocupação com o investimento em infraestrutura no Brasil. Ocupamos reiteradamente péssimas colocações em rankings internacionais, posições essas incompatíveis com nosso nível de renda. O investimento em infraestrutura vem ocupando cerca de 2% do PIB nos últimos 20 anos, quando o mínimo para manter o estoque de capital teria de ser 3% do PIB. Para que nossa infraestrutura alcançasse um padrão comparável ao de economias de renda média, o investimento teria de ser da ordem de 4% ou 5% do PIB ao ano, durante vinte anos.

Raul Velloso

Formato: 16 x 23 cm.

Tipologia: Caecília, Myriad Pró e Fira Sans (miolo/capa)

Papel: Offset Alta Alvura 90g/m² (miolo)

Cartão Supremo 250g/m² (capa)

CTP, impressão e acabamento: J. Di Giorgio

Rio de Janeiro, dezembro/2018.

Acesse www.inae.org.br por tablet ou celular, utilizando um leitor QR Code



www.facebook.com/forumnacionalinae
www.youtube.com/forumnacionalinae
www.instagram.com/forumnacionalinae

ISBN 978-85-67859-24-8



9 788567 859248

